

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CULTURA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO**

**A CULTURA CANÁBICA NUMA REDE SOCIAL: UMA
AUTOETNOGRAFIA NO FACEBOOK**

Alanna Oliveira Santos

**CACHOEIRA – BAHIA
2018**

A CULTURA CANÁBICA NUMA REDE SOCIAL: UMA AUTOETNOGRAFIA NO FACEBOOK

Alanna Oliveira Santos
Bacharel em Comunicação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zelinda dos Santos Barros

CACHOEIRA – BAHIA
2018

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Santos, Alanna Oliveira
S237c A Cultura Cannábica numa rede social: uma autoetnografia no facebook / Alanna Oliveira Santos. – Cachoeira, 2018.
136 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Zelinda dos Santos Barros.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais : Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

1. Cultura e tecnologia. 2. Cibernética - Aspectos sociais. 3. Ciberespaço - Aspectos sociais. 4. Tecnologia da informação - Aspectos sociais. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título. III. Título: Uma autoetnografia no facebook.

CDD: 303.483

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CULTURA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO

**A CULTURA CANÁBICA NUMA REDE SOCIAL: UMA
AUTOETNOGRAFIA NO FACEBOOK**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação

Alanna Oliveira Santos

Aprovada em: 24 / 09 /2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Ciências Sociais.



Profª. Drª. Zefinda dos Santos Barros
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB
(Orientadora)

Prof. Dr. Wilson Penteado
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB
(Examinador Interno)



Profª. Drª. Edméa Oliveira dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo ao meu pai, Jonas, e a minha mãe Helena, por me apoiarem e sempre acreditarem em mim, mesmo quando não são capazes de entender o que me move. A Anna Luísa agradeço pela força, motivação, ajuda e por todo amor, por todo companheirismo e pela pessoa maravilhosa que ela é e tudo que me ensinou e me ensina (É difícil resumir toda gratidão que tenho por ela). A minha irmã, Arianne, sou grata por todo cuidado que ela me dedicou em boa parte da minha vida, sendo uma segunda mãe para mim.

A minha orientadora, Zelinda Barros, agradeço por toda paciência ao longo desses dois anos, compreendendo minhas dificuldades, e me incentivando a romper algumas barreiras que a academia nos impõe. Aprendi a admirá-la pela força do seu caráter, pelo seu feminismo, pela forma como suas práticas estão em consonância com os seus ideais e pela beleza de seu olhar humano diante de realidades diferentes da dela.

Felipe Ramos merece um agradecimento especial por sua disposição em ler e debater constantemente este trabalho, pela troca de ideias, pelas referências e pelas contribuições que só seu lugar no mundo poderia me dar. Tudo isso me ajudou muito na difícil tarefa de escrever este trabalho e sem dúvidas o tornou mais rico.

Ao querido amigo Rodrigo Paixão minha gratidão é por mais uma vez compartilharmos desse momento e todas as angustias, medos, inquietações, mas também os prazeres que a vida acadêmica proporciona. Nossas conversas carregadas com os desafios da pesquisa e nossas expectativas em superá-los sempre aliviaram a angustia da solidão que acompanha esta produção intelectual. A Aline Brune agradeço por sua energia contagiante e motivadora que sempre ajuda a renovar minhas esperanças, pelos desabafos e carinhos. A Alana também agradeço a todo amor, carinho, paciência, motivação e aos mergulhos sempre refrescantes. À Zé Mario agradeço pelas conversas intelectualmente estimulantes e a sua visão crítica de mundo que muitas vezes me trouxe à realidade quando me perdia em utopias e otimismo. Agradeço ainda a Rebeca Andrade e Rafael Moitinho pelas diversas acolhidas em suas casas, pelos momentos de diversão e por aturarem meus dramas.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRB pela acolhida e por propiciar ao desenvolvimento desta pesquisa, em especial ao atual coordenador do programa, Diogo Valença, por seu empenho e dedicação nesta função e pelo seu jeito cuidadoso com os discentes do programa. Desejo que seus esforços para a construção de um programa conciso e participativo se concretize para que a produção do conhecimento a partir desse lugar tão importante que é o Recôncavo e a UFRB se fortaleça e ganhe o reconhecimento que merece.

A CULTURA CANÁBICA NUMA REDE SOCIAL: UMA AUTOETNOGRAFIA NO FACEBOOK

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo compreender as relações entre o ciberespaço e as identidades culturais a partir do estudo da comunidade de maconheiros dentro do Facebook.. Se as identidades são construídas na fronteira do eu e do outro, tentamos compreender os elementos que marcam o fazer parte do grupo e os que marcam o diálogo com o outro, a saber, a sociedade proibicionista. Para isso, primeiramente, observamos de que maneira os espaços de trocas e sociabilidades proporcionados pelo Facebook colaboram na construção de um sentimento de pertencimento a partir do compartilhamento de uma série de experiências em comum. Em seguida, considerando que o grupo em questão é socialmente criminalizado, buscou-se perceber as estratégias adotadas por seus membros para a ressignificação do uso da maconha através de uma série de discursos que visam contrapor a sociedade proibicionista e os significados estabelecidos por ela como os estereótipos do maconheiro, o entendimento da maconha enquanto droga e a necessidade da sua proibição. Por fim, tendo constituído elementos que geram o sentimento de pertencimento e todo um aparato discursivo pra contrapor o estatuto de ilegalidade da maconha, torna-se possível a organização de um movimento social dedicado à transformação social através de pressão nas instituições do Estado para a revisão das leis que proíbem o uso da maconha, ao mesmo tempo em que passam a pautar os meios de comunicação tradicional a partir de uma nova perspectiva sobre a maconha, associada em especial aos seus efeitos medicinais, ampliando a discussão para além das fronteiras do grupo. Tudo isso se desenrola partir de uma extensa rede articulada e mobilizada constantemente através do Facebook. O ciberespaço, de uma maneira mais ampla, as redes sociais, especificamente o Facebook, e as tecnologias materiais que lhe dão suporte, como os computadores, tablets e smatphones, aparecem como importantes atores neste processo por possibilitarem os variados mecanismos de comunicação e sociabilidade que criam novas formas de experienciar e de ser no mundo, que poderíamos chamar de uma cibercultura que marca a contemporaneidade.

Palavras chave: Autoetnografia. Cibercultura. Identidade. Maconha.

THE CANNABIS CULTURE IN A SOCIAL NETWORK: AN AUTOETHNOGRAPHY ON FACEBOOK

ABSTRACT: This research consists to understand the relations between cyberspace and cultural identities, as a result from the study of the community of marijuana users on Facebook. If identities are built on the border of self and other, we try to realize attributes that defines the part of the group and the dialogue with other people, in other words, the prohibitionist society. To do this, we first observe how the zones of reciprocation and friendship provided by Facebook, helps to figure out a sense of connection as result for the reason that sharing a series of experiences in common. Then, considering the group in question as socially criminalized, it was sought to understand the strategies adopted by the members to change the signification of the use of marijuana, including a large conversation that refute the prohibitionist society and yours stereotypes, like pothead, and the idea of marijuana as a drug and the need of your interdict. At last, after realize elements that generate the feeling of belonging and a whole discursive mechanism to counter the statute of illegality of marijuana, it becomes possible to organize a social movement dedicated to social transformation through pressure in the institutions of the State for review their prohibitionists laws, and simultaneously starting to regulate the traditional media from a new perspective of marijuana, associated in particular with the medicinal effects, expanding the discussion also out of the group. All this is a result of an extensive network, articulated and mobilized on Facebook. Cyberspace and the social networks, specifically Facebook, and the technologies that support it, such as computers, tablets and smartphones, arise as valuable instruments in this process, creating considerable methods of communication and sociability that construct new ways to experience and being in the world, a cyberculture that defines the modernity.

Key words: Autoethnography. Cyberculture. Identity. Marijuana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Fonte: Facebook	25
Figura 2 Fonte: Facebook Maconheiro Memo	30
Figura 3 Fonte: Facebook Rede Canábica	37
Figura 4 Fonte: Facebook Maconheiro Memo	39
Figura 5 Fonte: Facebook Maconheiro Memo	41
Figura 6 Fonte: Facebook Filhos de Jah	48
Figura 7 Fonte: Facebook Pânico Maconheiro	50
Figura 8 Fonte: Facebook Pânico Maconheiro	51
Figura 9 Fonte: Facebook Diário da Erva	59
Figura 10 Fonte: Facebook Frases da Maconha	60
Figura 11 Fonte: Facebook Quebrando Tabu	61
Figura 12 Fonte: Facebook Legalize Já	61
Figura 13 Fonte: Facebook Chá da Paz	65
Figura 14 Fonte: Facebook Maconheiro Memo	65
Figura 15 Fonte: Facebook Revolução Verde	67
Figura 16 Fonte: Facebook Charas	67
Figura 17 Fonte: Facebook Legaliza Brasil	68
Figura 18 Fonte: Facebook Legaliza Brasil	69
Figura 19 Fonte: Facebook	78
Figura 20 Fonte: UOL	80
Figura 21 Fonte: O Globo	80
Figura 22 Fonte: Facebook Paulo Teixeira 1398	81
Figura 23 Fonte: Facebook Maconha Industrial	92
Figura 24 Fonte: Facebook Eu Uso Maconha Medicinal	94
Figura 25 Fonte: Facebook Eu Uso Maconha Medicinal	94
Figura 26 Fonte: Facebook Senado Federal	96
Figura 27 Fonte: Facebook Paulo Teixeira 1398	97
Figura 28 Fonte: Facebook Plantar Para Não Comprar	100
Figura 29 Fonte: Facebook Lucas Alexandre Esperança – Maconha Medicinal	108

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRACE - Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança
ADIn - Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BBC - British Broadcasting Corporation
BH – Belo Horizonte
CBD – Canabidiol
DDD – Discagem Direta a Distância
DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBC – Agência Brasileira de Comunicação
ENFA – Encontro Nacional de Feministas Antiproibicionistas
EUA – Estados Unidos da América
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IDDH – Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos
INNPd - Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas
IRCCA - Instituto de Regulação e Controle de Cannabis
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MG – Minas Gerais
MS – Mato Grosso do Sul
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF – Polícia Federal
PM – Polícia Militar
PT – Partido dos Trabalhadores
RENCA – Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas
RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
RJ – Rio de Janeiro
SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
STF – Supremo Tribunal Federal
SUG – Sugestão de projeto
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
THC – Tetrahydrocannabinol
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CULTURA CANNÁBICA NUMA REDE SOCIAL	23
1.1 O que é o Facebook?	23
1.2 Identidade e Facebook	27
1.3 Compartilhando Experiências	34
1.3.1 O autocultivo e a troca de conhecimentos	35
1.3.2 Identificação e singularidade a partir da experiência	38
1.3.3 O registro da experiência	42
2 QUATRO E VINTE: COMPARTILHANDO SIGNIFICADOS	47
2.1 Ressignificando a proibição	52
2.2 Maconha: uma droga?	57
2.3 Mil e uma utilidades	66
2.4 O mercado da maconha em expansão	70
2.5 A “guerra às drogas”	72
2.6 Lá é legal - a experiência de outros países	83
2.6.1 #PartiuUruguai	85
3 MILITÂNCIA DENTRO E FORA DA REDE	90
3.1 Maconha Medicinal	90
3.1.1 Legalizando o Remédio	93
3.1.2 Ei, ANVISA . Vê se legaliza!	96
3.2 A Marcha em Rede	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	124

INTRODUÇÃO

Embora os portugueses já tivessem conhecimento sobre a *Cannabis sativa*¹ ao chegarem ao Brasil, em 1500, é provável que ela tenha se disseminado aqui através de africanos escravizados. É o que indica o uso das palavras: “maconha”, “diamba”, “liamba”, “riamba”, “aliamba”, “bongo”, “ganja”, “marigonga”, “namba” e “pango”, todas de origem africana, para designar a Cannabis no Brasil. (MOTT, 1984, p.123) Assim como outros elementos da cultura africana, como a capoeira e o candomblé, o uso da maconha foi reprimido e criminalizado.

Baseada em discursos médicos-sanitaristas, a ideia de que os usuários de maconha eram vadios, pervertidos sexuais, “rixosos”, “agressivos”, capazes de praticar “violências e crimes” e que seu uso causaria delinquência, imbecilidade e até mesmo a morte foi difundida (DÓRIA, 1915, p. 29). Essas informações alarmantes, juntamente com discussões internacionais sobre o comércio de “entorpecentes”, servem para respaldar o decreto nº 4.294, de 1921, que passa a punir a venda de substâncias entorpecentes. O uso, até então, não era considerado crime, passando a ser proibido onze anos depois, com a diferenciação entre usuário e traficante.

Getúlio Vargas, em 1938, lança o Decreto-lei que põe os usuários de tóxicos como doentes que necessitam de internação civil e interdição. Em seguida, o Código Penal de 1940 determina novamente punição somente para o tráfico. É importante observar as várias mudanças na lei em um período de 17 anos, mostrando sempre dificuldade de se qualificar o usuário, ora identificando como criminoso, ora como doente, ora como cidadão são e idôneo. Na década seguinte, a imprensa passa a publicar notícias em que o uso da maconha está associado à desordem e ao “desvio de caráter” dos fumantes, alertando a população contra o ato que induz ao banditismo, servindo para disseminar a representação que já havia se iniciado no início do século, marcando profundamente “o modo como as novas gerações seriam prevenidas, instruídas, ou, surpreendidas por seus familiares como consumidores de maconha”. (MACRAE & SIMÕES, 2004, p. 22)

Nos anos 1960, o uso da maconha difundiu-se também na classe média, principalmente entre jovens e intelectuais que buscavam um estilo de vida

¹ Nome científico da maconha.

alternativo, em que pudessem ser livres para pensar o que quisessem e experimentar outras formas de percepção. Este estilo de vida foi alvo dos interesses dos militares que governavam o país e tentavam impor uma conduta moral e intelectual. MacRae e Simões (2004) apontam que, como boa parte das pessoas que se opunham ao regime militar, comunistas, também compunha os mesmos grupos dos usuários de maconha, formado por jovens e intelectuais, o regime militar associou diretamente uma coisa à outra, tornando a maconha também inimigo importante do Estado, por induzir à subversão. Assim, em 1968, ano em que se intensificou a repressão às tentativas de oposição ao governo, também se verifica um aumento na repressão ao uso da maconha com o Decreto Lei 385, que equipara o usuário de maconha ao traficante, sendo os dois passíveis da mesma pena, que variava de 5(cinco) a 20 (vinte) anos de prisão. Com essa lei, o tráfico passou a ser crime hediondo, não tendo o acusado direito de pagar fiança ou responder ao processo em liberdade.

As classes média e alta também passaram a se preocupar diretamente com o problema, que agora atingia os seus filhos. Ao mesmo tempo em que esses usuários eram recriminados pela família, enfrentando velhos estigmas de “vagabundo”, esta também passou a defender um menor rigor nas penas sobre o seu uso, afinal os filhos da classe média, futuros médicos e empresários, não poderiam ser presos e punidos como os traficantes. Assim, em 1976, a Lei nº 6.368/76 volta a diferenciar o traficante do usuário e os que fossem considerados dependentes não seriam presos. Os acusados pegos com maconha passaram a entregar laudos médicos que atestavam sua dependência e inflavam as estatísticas de viciados na droga. Robinson (1999) relata que entre os anos de 1970 e 1980 houve maior divulgação na mídia sobre a maconha, já que várias personalidades foram apreendidas com a erva, como Paulo Ricardo, Lobão, Rita Lee, Gilberto Gil e o jogador de futebol Casagrande.

Em agosto de 2006, com a promulgação da Lei nº 11.343, o usuário de maconha passou a ser novamente diferenciado do traficante, não sendo preso nem mais tratado como um viciado. Porém, continuou sendo visto como um criminoso, tendo sua pena reduzida à prestação de serviço comunitário ou educativo e a decisão de enquadrar quem for pego como traficante ou usuário cabe a polícia. Está brecha incentivou a prática de extorsão por parte dos policiais e é a forma jurídica que até hoje rege a política de drogas no país.

O fato de ter se disseminado entre os jovens de classe média, principalmente os universitários, foi decisivo para o início de um movimento pela descriminalização do consumo de maconha. Em 1980, inicia-se no Brasil o debate sobre a legalização da maconha e, até o final da década de 1990, esta discussão se restringia a debates e simpósios nas universidades, com a participação de políticos, pesquisadores, artistas e um pequeno número de profissionais de segurança pública. A partir de então, passaram a se formar dentro das universidades grupos de pesquisa sobre o tema, assim como grupos de ativistas de redução de danos, contribuindo para a ampliação do debate. No entanto, o tema dificilmente era pauta de outras esferas da sociedade, como os meios de comunicação tradicionais, cuja abordagem era comumente voltada para os malefícios da substância e do tráfico, sempre reiterando o caráter perigoso da planta (JUNIOR, 1985). As religiões cristãs, que desde a Idade Média condenavam o uso da maconha, associando-a a bruxaria e aos mulçumanos, reforçam agora o discurso proibicionista que demoniza a erva, colocando-a no mesmo patamar de drogas pesadas e acusando-a de levar ao pecado e à ruína social.

Com o surgimento e a popularização da internet, outros atores sociais que não detêm o poder dos grandes meios de comunicação puderam expor outros pontos de vista sobre diversos temas, dando força a discursos que não estão presentes nos meios tradicionais de comunicação. Esse novo espaço, o ciberespaço, permite ainda uma nova forma de se comunicar e de produzir informações. Agora a mensagem não parte mais de um emissor destinada para todos, mas é sim elaborada por todos, para todos, numa troca interativa que permite a construção de novos sentidos (LÉVY, 1999; LEMOS, 2004).

O potencial do ciberespaço foi prontamente aproveitado pelos usuários da maconha, em especial, por jovens universitários de classe média que passaram a expandir o debate que já vinha ocorrendo nas universidades. A possibilidade de produção e difusão de discursos por atores não hegemônicos, inclusive a circulação de produtos culturais relacionados à maconha, o compartilhamento de experiências, a possibilidade de comunicação de todos com todos, permitiram a reconfiguração da identidade do “maconheiro”², que passou a compartilhar um variado repertório de significados relacionados à erva.

² Nome dado ao usuário de maconha.

Como usuária, me mantenho informada sobre os desenrolar das leis que regulamentam o consumo de maconha. Apesar de minha localização geográfica em uma cidade no interior da Bahia, além de outras limitações pessoais que não me permitirem participar ativamente da construção de um movimento social pela legalização, me sinto parte dele na medida em que, seja através de pesquisas acadêmicas, conversas de bares ou ações no ciberespaço, ajo em prol da transformação da realidade que criminaliza os usuários e que legitima a violência decorrente da proibição. A partir desse lugar que ocupo no mundo, como mulher branca, de classe média, do interior da Bahia, que marca a forma como compreendo a realidade, busco construir um conhecimento de modo alternativo às formas tradicionais de fazer ciência, tornado possível graças à virada epistemológica pela qual tem passado as ciências, em especial as ciências humanas, nas últimas décadas. Acompanho o desenvolvimento do movimento da Marcha da Maconha pela internet desde 2009 e, mais assiduamente a partir de 2011, pelo Facebook.

Com esta pesquisa, busco responder às seguintes perguntas: De que forma os maconheiros utilizam o ciberespaço, em especial o Facebook, para falar sobre a maconha? O que dizem sobre ela? Quais os impactos que as variadas formas de ações no e do ciberespaço têm a respeito do uso da maconha? A importância desta pesquisa se revela na necessidade de compreendermos as novas formas de sociabilidade, as experiências que elas proporcionam, o modo como contribuem para a significação da realidade e para a constituição das identidades.

As questões que busco entender, a mobilização de conceitos como cultura, identidade e significado, assim como a busca por um método que torne relevante a dimensão da experiência na pesquisa, me aproximaram cada vez mais da Antropologia, que passou a definir os contornos desta pesquisa. No entanto, se na Antropologia clássica a observação participante se constituía em peça fundamental para legitimar narrativas sobre a cultura dos “outros”, meu interesse se situa no polo oposto, que surge da possibilidade de falar sobre uma cultura que também é minha.

Uma série de transformações, ocorridas tanto na sociedade como no próprio campo da Antropologia, criou a ambiência para o surgimento de pesquisas como esta. No decorrer do século XX, o empreendimento colonial europeu chegou aos quatro cantos do mundo e o capitalismo se impôs como sistema econômico, transformando profundamente as mais variadas culturas (não sem resistência). Concomitantemente, foram se desenvolvendo os centros urbanos e o encontro de

diferentes culturas, espaços férteis para o desenvolvimento de uma grande variedade de estilos de vida, se intensificaram. (MAGNANI, 1996)

Tornou-se necessário, às/aos antropólogas/os, rever seu objeto de estudo, passando a olhar com curiosidade para sua própria sociedade e, ao mesmo tempo, para as sociedades tradicionalmente estudadas, movimento que fez com que intelectuais nativos tivessem mais espaço na Antropologia para reivindicarem o direito de falar sobre sua própria cultura. O pesquisador, outrora estranho à cultura, agora poderia ser o “nativo” (KLINGER, 2006). Mulheres, negros(as), a comunidade LGBT e outros segmentos marginalizados e subalternizados passaram a reivindicar o direito de representar a si mesmos.

Outra mudança significativa que passa a ocorrer, em especial a partir dos anos 1960, é um interesse cada vez maior dos antropólogos e sociólogos em entender a ação social e como esta se articula às estruturas já estabelecidas em termos de sua manutenção ou transformação (ORTNER, 2011). A partir disso, a preocupação em representar a totalidade de uma cultura e encará-la como determinante dos comportamentos individuais foi deixada de lado e o interesse se voltou para a compreensão de maneira como os indivíduos interpretam a cultura da qual são agentes e, a partir de sua subjetivação, agem significando e ressignificando essa mesma cultura.

No contexto da cibercultura, as formas de ação a partir do ciberespaço são muitas e vão se modificando na mesma medida em que ele vai se transformando e se complexificando. Para compreender o entrelaçamento entre a construção e a consolidação desse movimento com a sua inserção no mundo online, adotei a autoetnografia como metodologia por permitir a compreensão do fenômeno a partir das minhas experiências como pesquisadora nativa.

A insatisfação com o modelo positivista tradicional do fazer científico, atrelada à denúncia pós-estruturalista de que não há um mundo não mediado pela linguagem e, portanto, não é possível descrição objetiva dele, à crítica da representação dos pós-modernistas, aos estudos fenomenológicos da Escola de Chicago, que valorizavam a experiência como forma de conhecimento e a inserção cada vez maior dos pesquisadores nativos que buscam estudar a cultura dos grupos do qual fazem parte, foram os pontos nodais que fez surgir a autoetnografia com o objetivo explícito de unir experiência, narração e autorreflexão na construção do saber científico a partir do final da década de 1970 (BOCHNER, 2012; ANDERSON, 2006;

ELLIS e BOCHNER, 2011; CHAVEZ, 2012; DOUGLAS E CARLESS, 2013; WHITE, 2003).

O movimento de autoetnografia, que se iniciou na Escola de Chicago no final dos anos 1970, tem ganhado espaço na cena norte americana no século XXI e tem como principal característica possibilitar às/aos pesquisadoras/es nativas/os desenvolver pesquisas na própria cultura da qual fazem parte. David Hayano, em 1979, cunhou o termo *autoetnografia*. Defendendo a tendência contemporânea dos antropólogos estudarem sua própria cultura, Hayano escreveu sobre sua experiência como jogador de poker, combinando a narrativa em primeira pessoa com o método analítico, já consagrado nas ciências sociais (ANDERSON, 2006; WHITE, 2003).

Treinada durante toda a graduação para seguir o pressuposto positivista da objetividade e do afastamento com relação ao “objeto” de pesquisa, a primeira vez em que a objetividade científica apareceu como um problema para mim foi na disciplina de Antropologia I, ao retornar à graduação para cursar Ciências Sociais. Como atividade final, a professora pediu que a turma fizesse um diário de campo sobre algo do interesse de cada um(a). Focada em compreender o universo do uso da maconha, decidi por fazer o meu diário sobre esses grupos, dos quais eu faço parte. Seguindo o passo a passo apresentado por Malinowski em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, me dediquei a escrever os espaços, comportamentos, falas e emoções do grupo observado (MALINOWSKI, 1997). No entanto, como parte do grupo, não sabia o que fazer com os meus comportamentos, falas e emoções, que muitas vezes tinham impacto direto nos significados que emergiam da minha observação. Numa encruzilhada entre o que eu considerava objetividade *versus* ética, optei por não me identificar enquanto parte de tais atos, descrevendo minhas próprias ações através da generalização.

Trabalho entregue, essas questões permaneceram (e ainda permanecem) comigo: Fazendo parte do grupo estudado, meus sentimentos, pensamentos e comportamentos acerca do uso não poderiam ser úteis à pesquisa? De que maneira me omitir tornaria meu trabalho mais verídico ou legítimo? Deveria deixar de participar e interferir no grupo para poder realizar a pesquisa? Ao ler o artigo “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, de Dona Haraway (1995), passei a compreender a questão mais profunda por trás da objetividade científica: A quem ela interessa e que tipo de ciência ela visa construir?

Haraway revela como as ideias de objetividade e neutralidade servem como ferramentas para esconder as relações de poder por trás da produção do conhecimento. Esses conceitos, longe de produzir conhecimentos imparciais e universais, estão no cerne de um projeto de poder que visa a manutenção do *status quo*. Não há posição inocente ou neutra, o que há são os olhos do dominador, aquele que vê sem ser visto, representa sem ser representado e faz parecer que esse lugar que ocupa é neutro quando, na verdade, demarca o seu próprio ponto de vista, sempre reiterado pela noção de que este é imparcial e que devemos, portanto, adotá-lo para a produção de um conhecimento válido.

Em Antropologia, é comumente chamado de *estranhamento* (OLIVEIRA, 2000) o exercício de desnaturalização necessário para a compreensão dos fenômenos. No entanto, a partir do momento que o estranhamento passa a se constituir enquanto um *habitus* (BOURDIEU, 2007) faço-me o seguinte questionamento: Até que ponto minha participação interfere no meu estranhamento e até que ponto meu estranhamento interfere em minha participação enquanto membro do grupo? Em especial, ao mesclar relatos pessoais com análises teóricas, creio que acabo por percorrer esse movimento de aproximação e afastamento.

Nesta pesquisa, ao optar pela autoetnografia, busquei fugir dos modelos etnográficos tradicionalmente aplicados às pesquisas no ciberespaço. Essa escolha se deu em especial por dois motivos. A experiência de cada pessoa nesta rede social é personalizada de acordo com seus interesses, amigos, com as configurações selecionadas e com as nossas próprias ações no ciberespaço, que servem de base para que o Facebook selecione o que pode estar de mais acordo com as informações que desejamos receber. Assim, as informações que aparecem para cada pessoa são diferenciadas. Tal personalização se assemelha em alguma medida à forma que experienciamos o mundo, visto que está sempre relacionada ao nosso ponto de vista. (HARAWAY, 1995)

Uma autoetnografia me parece a melhor forma de, a partir do meu próprio Feed de Notícias, não só observar a ação de atores específicos engajados em produzir conteúdo com fins políticos, mas interagir com outros atores, inclusive o próprio Facebook. O ponto específico de considerar a agência não humana nos aproxima de algum modo das etnografias no ciberespaço que tem ganhado a cena contemporânea (RIFIOTIS, 2016; SEGATA, 2016; MAXIMO, 2016; PETRYS, 2016;),

em especial no Brasil, cuja perspectiva teórica e metodológica é a Teoria Ator-Rede (TAR), em especial as contribuições de Bruno Latour (2012).

Mas, afinal, em que consiste esta autoetnografia? Ser membro do grupo estudado é condição suficiente para fazer autoetnografia? Penso no meu trabalho para a disciplina de Antropologia I e no meu posicionamento nele. Embora fosse parte do grupo, ao escrever meu trabalho utilizei-me das mesmas estratégias do modelo tradicional de conhecimento científico. Ao excluir minha voz do texto e silenciar minha participação nos acontecimentos, embora membro do grupo, meu trabalho estava longe de ser enquadrado como uma autoetnografia.

Ellis e Bochner (2011), por exemplo, são autores que consideram que a autoetnografia é um método que busca descrever e analisar a experiência pessoal como forma de entender a experiência cultural. Para Chavez (2012), tal termo deve ser utilizado em referência aos estudos em que o pesquisador é um nativo do grupo estudado. Considero que ambas podem ser enquadradas como autoetnografias, contanto que o posicionamento do autor esteja explicitado e seja problematizado e que a sua experiência, politicamente situada, seja o fio condutor da pesquisa. Vejo especialmente que ser ou não ser um membro do grupo estudado pode ser relativo em muitas ocasiões.

Para isto, é possível combinar elementos da etnografia com relatos biográficos, assim como utilizar-se de estilo narrativo, da escrita criativa, da reflexividade e da análise interpretativa dos fenômenos vivenciados (BOCHNER, 2012; ANDERSON, 2006; ELLIS e BOCHNER, 2011; CHAVEZ, 2012; DOUGLAS E CARLESS, 2013; WHITE, 2003). Neste trabalho, utilizo em especial a narrativa pessoal, com elementos autobiográficos em combinação com a observação participante e a reflexividade e análise teórica proposta por Anderson (2006).

Abordar as interações numa rede social em um trabalho científico tem tido diversas consequências na minha experiência enquanto cibernauta, pois a própria dinâmica do Facebook me levou reiteradamente a tentar novas formas de registro e métodos de produção de dados no campo. A princípio, comecei mapeando as páginas e grupos sobre maconha utilizando o mecanismo de busca do Facebook, passei a curtir cada nova página que encontrava, ao mesmo tempo que a incluía numa planilha com os principais dados: nome, tipo (página ou grupo), classificação, endereço, quantidade de membros ou seguidores e ainda se possuíam sites ou canais em outras redes sociais divulgados nos perfis.

Esta foi uma maneira clássica de entrar em campo e ter uma noção geral sobre sua dimensão, ainda que esta pesquisa não tenha pretensões de fazer uma análise quantitativa desses dados, eles se mostraram úteis para demonstrar a variedade de categorias que os produtores de conteúdos sobre a maconha se enquadram, a partir de objetivos distintos, bem como de revelar a importância dada pelo Facebook à quantidade de seguidores e movimentação das páginas como elemento de seleção do que deve ou não ser visto, dentre tudo ao que me conecto através dele.

Em seguida, passei a fazer uma observação mais sistemática das publicações sobre maconha que apareciam no meu Feed de Notícias. Construindo meu diário de campo, descrevendo cada nova publicação, quem publicou ou quem compartilhou e que fez chegar até mim, registrava o número das várias reações permitidas pela rede. Registrava ainda a quantidade de compartilhamentos, comentários e analisava os comentários, por vezes copiando alguns deles. Esta forma de registro rendeu bons materiais para análise em especial da forma de utilização dos diversos mecanismos do Facebook, assim como suas variadas formas de ação, os significados produzidos e a forma como são compartilhados. Por outro lado, perdia horas na anotação de cada detalhe e a preocupação em recolher dados me distanciava da experiência cotidiana de vivenciar o Facebook. Em um acesso de horas, em que provavelmente teria visto dezenas de publicações sobre maconha, intercaladas com uma infinidade de informações sobre variados temas, acabava por registrar umas poucas postagens e logo me sentia cansada e saturada. Para o registro detalhado e presa a um certo rigor que a obrigação do trabalho científico parece impor, utilizava-me ainda apenas do acesso ao Facebook pelo computador para compor meu trabalho de campo.

Desconfortável com esse método de recolha do material de campo, em especial por considerá-lo limitador em sua capacidade de registrar de fato minha experiência, passei a adotar outra perspectiva à qual intercalei com essa, numa tentativa de enriquecer este trabalho. Tratam-se de narrativas sobre experiências com os conteúdos sobre maconha (mas também outros), acessando o Facebook em condições variadas e a partir tanto do computador quanto do meu *smartphone*. A preocupação nesse caso foi mais em registrar minhas próprias sensações e a forma como utilizo as ferramentas que a rede social me propicia a produção de dados sobre o que se faz na rede.

Este método esteve mais relacionado com a minha presença cotidiana no ciberespaço e me fez observar a velocidade do fluxo de informações a partir da velocidade que as percorro, muitas vezes sem dar atenção a uma infinidade delas. A forma como intercalo o uso desta rede social com uma série de outros lugares no ciberespaço e fora dele me permite fazer uma infinidade de coisas simultaneamente, por vezes interrompendo o correr do Feed de Notícias, ou a leitura de algo, para conversar com pessoas, no próprio Face, pessoalmente ou em outros locais na rede, ou para fazer uma pesquisa mais detalhada sobre um determinado tema. Me perco através do hipertexto que uma informação específica provoca ou simplesmente salvo algo que achei interessante para ler mais tarde. As diferenças entre estar no ciberespaço através de plataformas variadas também mudam a experiência lembrando o clássico texto de MacLuhan (1964) sobre a relação de interdependência entre os sentidos que apreendemos das mensagens e os meios pelos quais elas chegam até nós.

Esse primeiro olhar para o campo teve como objetivo não só explicitar os métodos utilizados, mas em especial para demonstrar as dificuldades encontradas em campo e os caminhos percorridos para superá-las. A esse método foi acrescentado relatos de memórias autobiográficas para auxiliar a compreensão dos fenômenos a partir da experiência pessoal do antropólogo nativo, possibilitado pelo método da autoetnografia.

Em *O Manifesto Ciborgue*, Haraway sinalizava que a crescente incorporação das tecnologias como parte do homem, através de próteses e outros mecanismos, borram ao mesmo tempo a distinção entre homem e máquina e a distinção entre natureza e cultura (HARAWAY, 1995). Somos todos híbridos de homens e máquina. Latour (2012) parte de ideia semelhante e a leva a outro patamar ao refletir sobre a agência não humana. Para ele, não é possível separar os domínios do humano e do não humano na constituição de uma ciência social. Agir, ele propõe, não é uma qualidade apenas humana, pois o não humano, aí incluídos natureza e objetos, também atuam na medida em que nos fazem fazer coisas.

Me aproximo do conceito de ator-rede proposto por Latour (2012), ao perceber a agência do Facebook, por exemplo, ao selecionar quais as informações que devem aparecer em meu Feed de Notícias, bem como compreender a difícil distinção entre natureza-homem-máquina no momento em que minha presença no ciberespaço pode ser possibilitada por uma série de artefatos tecnológicos. A

categoria ator-rede, enquanto conceito que permite observar as múltiplas agências e suas correlações, na medida em que fazem outros fazerem coisas, será de grande valia para esta pesquisa, mas a concepção metodológica de Latour, na qual o mundo não precisa ser explicado nem criticado, apenas descrito, não condiz com os objetivos desse trabalho. Neste sentido, me aproximo de algumas ideias de Cristine Hine (2012), ao reconhecer a importância da reflexividade no fazer etnográfico.

A dissertação está organizada em três seções. Na seção 1 – “A cultura Cannábica numa rede social”, abordo a rede social Facebook e as possibilidades que oferece para expressão e construção de identidades. Para melhor compreender o Facebook, utilizo-me do trabalho de Correia e Moreira (2014), enquanto Raquel Recuero (2005; 2009) me ajuda a compreendê-lo como uma rede social, em suas variadas dimensões, interfere na expressão da identidade dos sujeitos. Manuel Castells (1999; 2005) colabora na percepção das formas de ação desses sujeitos como atores coletivos e na construção do que ele chamou de “Sociedade da Informação”, o que se evidenciou durante a pesquisa. Por fim, Stuart Hall contribui com suas reflexões sobre as múltiplas identidades no mundo globalizado. Observo, apoiada nos trabalhos de Roland Barthes (1984), Gil Ferreira (2012), Victor Sousa e Vitor Braga (2013) e Francisco dos Santos (2016) a relação entre o Facebook, o compartilhamento e a experiência na significação dos usos da maconha.

A seção 2 – “Quatro e vinte: compartilhando significados”, aborda a construção da maconha como ‘problema’, sua influência na representação social dos usuários e os significados disseminados pelos discursos anti-proibicionistas. Demonstro como o ciberespaço tem possibilitado o compartilhamento de discursos que se contrapõem ao proibicionismo por meio da produção e compartilhamento massivo de informação. Para tanto, utilizo como referência os estudos de Edward MacRae (2004; 2010), Mauricio Fiore (2004; 2005; 2008; 2012), Erving Goffman (1988) e Jorge Emanuel de Souza (2015) para discutir o processo de estigmatização do usuário e evidenciar empiricamente como usuários dialogam com os discursos proibicionistas na construção dos seus significados sobre a maconha.

Ainda na segunda seção, a ‘guerra às drogas’ é analisada como uma política que tem vulnerabilizado os usuários, pequenos traficantes e até mesmo pessoas que não têm relação com o trágico de drogas, sendo co-responsável pela crise da segurança pública que tem exterminado e encarcerado em massa a jovens negros periféricos. Nesta discussão, utilizo o conceito de *biopolítica* cunhado por Foucault,

aplicado na realidade brasileira pelas autoras Priscilla Vianna e Cláudia Neves (2011), entre outros, além do material produzido no campo.

Por fim, a terceira seção – “Militância dentro e fora da rede social”, aborda de que maneira todas essas possibilidades oferecidas pelo ciberespaço atuam não só na ressignificação da maconha em nível da subjetividade dos usuários. A partir do sentimento de pertencimento surge um ator coletivo capaz de pressionar e provocar mudanças sociais, demonstrando como o ciberespaço produz realidades. A organização de movimentos sociais em prol da maconha e a pressão que exerce nas instituições para uma transformação dos significados sobre seu uso, não só em nível simbólico, mas também material, a partir de pequenas vitórias conquistadas judicialmente são observadas a partir de um intenso trabalho de campo. Ao longo da dissertação, citarei trechos do meu Diário de Campo, que virão destacados em itálico para diferenciá-los das outras citações.

O desafio deste trabalho consiste em demonstrar a importância da ação das tecnologias para a transformação social, tanto na constituição de uma nova cultura, a cibercultura - que borra as fronteiras entre natureza-cultura-tecnologia e produz novas experiências, como nas possibilidades de construção de uma identidade cultural a partir do uso da maconha e do engajamento para a transformação do seu significado.

1 A CULTURA CANNÁBICA NUMA REDE SOCIAL

1.1 O que é o Facebook?

O Facebook é uma mídia social que pode ser compreendida pela sua capacidade de permitir a comunicação entre os diversos usuários através da troca de conteúdos em suportes multimídias variados a partir de um formato descentralizado e não hierárquico (RABELO, 2010). Por sua característica de conectar pessoas e permitir diversas formas de socialização entre elas, o Facebook também pode ser definido como uma rede social. Segundo Raquel Recuero, em seu livro *Redes Sociais na Internet*, “Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais)” (RECUERO, 2009, p. 24).

Embora a definição de Recuero seja útil na compreensão do fenômeno conhecido como redes sociais na internet, sua abordagem dos conceitos de ação e rede na composição do que é social deixa de observar outros tantos atores para além dos humanos, restringindo a sua concepção do que é ação social. Bruno Latour (2012), em sua teoria ator-rede, coloca em questão a separação natureza – homem – tecnologia para refletir a agência não humana. Para ele, não é possível separar os domínios do humano e do não humano na constituição de uma ciência social. As ações, ele propõe, não é uma qualidade apenas humana, o não humano, aí incluído natureza e objetos também atuam na medida em que nos fazem fazer coisas. Tal concepção do que é social e do que age socialmente revela o Facebook, assim como todo o ciberespaço, como um importante ator-rede, como veremos durante toda essa pesquisa, onde cada ferramenta nos possibilita uma infinidade de ações que conectadas tomam proporções que extrapolam qualquer barreira entre o mundo on e off-line.

Enquanto Recuero vê as conexões constituídas primordialmente pelos laços sociais, Latour as vê como feitas pelas ações desses atores, ou actantes, seja eles quais forem, por isso ator-rede. As conexões enquanto ações independem do laço que o actante tenha com outros actantes, mas da ação capaz de conectar os seres sociais na medida que os impulsionam a agir também. Assim, os atores são os nós e suas ações as conexões da rede. Isso significa que ao pensarmos, então, o Facebook enquanto uma rede social precisamos extrapolar o sentido de social

contido nas pessoas que fazem uso dele para compreendê-lo enquanto parte desse social que age, e devido ao grande número de ações que possibilita a outros atores se caracteriza como um importante ator-rede na sociedade contemporânea.

Para utilizar o Facebook é preciso criar uma conta no site, o que pode ser feito por qualquer pessoa a partir dos 13 anos de maneira totalmente gratuita. Tendo ingressado no Facebook, é necessário então criar o seu Perfil, que é a representação da pessoa dentro da rede social, e pode ser preenchido com fotos de perfil, lugar onde nasceu e onde vive, famílias, informações sobre instituições de trabalho e educação e descrição pessoal. Essas informações básicas podem ser complementadas através dos diversos interesses da pessoa como os filmes, livros, séries, músicas e times de futebol de sua preferência e ainda personalizada através da imagem de capa de seu Perfil. Criada a conta, pode-se então começar a estabelecer sua rede, adicionando aos seus contatos outros amigos que também possuem conta no site, bem como ingressar em grupos e páginas de acordo com seus interesses. Segundo Correia e Moreira, "(...) a página de perfil do Facebook é uma tela em branco sobre a qual o utilizador tem total liberdade para construir, publicamente ou semi-publicamente, uma imagem de si próprio" (CORREIA e MOREIRA, 2014, p. 181).

A partir de então, pode-se compartilhar com as pessoas conectadas conteúdos originais ou encontrados em outros lugares da internet tanto em seu perfil quanto no de amigos e grupos. Todas as postagens feitas aparecem em forma de Linha do Tempo (Timeline) no perfil pessoal. Porém a forma mais comum de acessar os conteúdos compartilhados dentro da rede é através do Feed de Notícias.

Com o feed de notícias, sempre que o utilizador acede à rede, ao invés de ver o seu perfil, é-lhe apresentada uma listagem das ações e atualizações feitas na rede, por todos os amigos (incluindo alterações de perfil, atualizações de aniversários e de eventos). O feed de notícias mostra ainda os diálogos mantidos publicamente entre os murais de amigos do utilizador. (CORREIA e MOREIRA, 2014, p 174)

No Feed de notícias aparecem as publicações de amigos, páginas e grupos, de maneira que é possível facilmente saber o que as pessoas de nossa rede estão pensando, fazendo e discutindo. Mais ainda, é possível interagir com as publicações através de comentários, que podem ser feitos tanto através de texto, como de

imagens, links, vídeos e gifs, ou marcando outras pessoas para verem a publicação. Pode-se também reagir às publicações.

As reações são baseadas em ícones que representam a sua atitude diante daquela informação. As reações disponíveis são: Curtir, representada pelo sinal de “legal” feito com o polegar apontando para cima; Amei, representado por um coração; Haha, demonstrando reação de riso e representado por um emoji de uma cara com a boca aberta em alusão à gargalhada; Uau, designando reações de surpresa e espanto, também representado por um emoji de um rosto com a boca aberta em sinal de espanto; Triste, indicado por um emoji de um rosto com a boca pra baixo e uma lágrima caindo; e Grr, utilizado para demonstrar raiva ou descontentamento e representado por um emoji de um rosto vermelho e sobrancelhas franzidas.

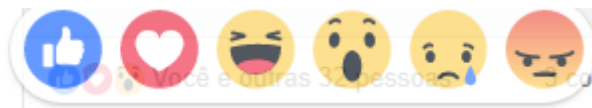


Figura 1 Fonte: Facebook

As reações e os comentários ficam disponíveis para que outras pessoas possam ver, sabendo de que maneira você reagiu ao quê e podendo estabelecer uma conversa entre diversas pessoas a partir dos comentários. As publicações, comentários e reações também podem ser feitas dentro dos grupos de interesses. Já as páginas, de caráter mais institucional, costumam representar empresas e instituições, limitam a publicação em seus perfis, mas ainda é possível comentar e reagir às suas publicações.

É possível ainda compartilhar conteúdos postados por outras pessoas em páginas e grupos, desde que essa permita o compartilhamento em suas configurações de privacidade. Dessa forma, um conteúdo postado por uma pessoa pode ser compartilhado por outras dentro de seus próprios perfis, ficando visível para outras pessoas com as quais estão conectadas e ampliando exponencialmente o número de pessoas que verá aquela informação. Essa característica, em especial, permite que um determinado conteúdo alcance um número muito maior de pessoas do que aquela que quem postou estava conectado diretamente, contribuindo para sua divulgação que pode alcançar níveis mundiais a depender da quantidade de compartilhamentos.

O site apresenta também um bate papo que permite conversar de maneira privada com qualquer pessoa de sua rede ou também criar grupo de bate papo coletivo sem que essas conversas sejam vistas por todos como nos comentários, e um Marketplace, lugar onde é possível comprar e vender produtos, e acessar aplicativos. Este último é possível graças a linguagem de programação aberta do Facebook, que permite que outros websites e aplicativos se integrem à sua plataforma. “Uma aplicação, ou “*app*”, pode ser entendida como um pequeno programa informático, concebido especificamente para o Facebook, e que engloba uma diversidade de categorias, entre as quais se incluem jogos, votações e páginas de fãs.” (CORREIA e MOREIRA, 2014, p 177)

Esta tecnologia, além de permitir a integração de aplicativos, possibilita que conteúdos de qualquer site na internet possa ser compartilhado no Facebook através de links. Essa é uma importante característica, como pode ser observado dentro desta pesquisa, por fazer com que um usuário do Facebook, por meio dele, tenha contato com informações vindas de qualquer lugar da rede, fazendo com que ele não esteja apenas no Facebook, mas que, a partir dele, possa ir a muitos outros lugares do ciberespaço.

Talvez por minha formação em jornalismo, a forma como melhor consigo entender e explicar o Facebook é em comparação a um jornal. Mas, ao contrário deste, em que um jornalista age para selecionar o que é notícia e sob qual o ponto de vista ela deve ser elaborada, que deve estar de acordo com o alinhamento político da empresa, é o próprio sujeito que seleciona o que é de seu interesse e de qual perspectiva ele gostaria de consumir tais informações que correm sem fim pela tela. Como veremos com base nos nossos dados de navegação, o Facebook também passa a agir elegendo os critérios de noticiabilidade com base no interesse de cada um, de maneira que cada usuário terá uma experiência diferenciada com base em seus gostos e suas ações.

Essas ferramentas combinadas agem permitindo que cada membro do Facebook possa realizar uma gama de ações sociais que vão desde a representação de si mesmo a ações políticas organizadas de maneira horizontal por um grupo de indivíduos dispersos em localizações geográficas distintas através do agrupamento em grupos e comunidades em um determinado espaço virtual.

1.2 Identidade e Facebook

Se pensarmos as interações sociais como constituídas pela imagem que os outros fazem de nós e a imagem que nós imaginamos que os outros fazem de nós, como propõe Erving Goffman (1987), podemos perceber que em locais como o Facebook o controle que temos sobre a imagem que passamos é maior do que nas interações *vis-à-vis*, visto que temos maior controle de seleção de qual imagem de nós queremos passar.

Possuir um perfil ativo no Facebook significa estar presente nesse espaço de sociabilidade. Tal qual um avatar, é a representação de si próprio através da qual pode agir nesse espaço. “Essas apropriações funcionam como uma presença do “eu” no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público” (RECUERO, 2009, p. 27). Neste sentido, cada postagem, curtida, compartilhamento, amizade, cada evento que se mostra interessado revelam aspectos da identidade do indivíduo a quem o perfil confere a existência, onde cada forma de ação possibilitada pelo Facebook são apropriadas como forma de expressão do self. “São espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade” (RECUERO, 2009, p. 25-26).

Assim se dá o processo de expressão e construção da identidade no Facebook, na medida em que construímos uma imagem pública do eu que pode ser percebida pelos demais membros. Por outro lado, essa percepção que vamos construindo de quem é o outro através do seu perfil pode muitas vezes nos colocar em relação de identificação (ou não) com ele. A partir da existência de interesses em comum, surgem os grupos e comunidades cujo objetivo é o compartilhamento de informações e experiências. As características expostas como traços da individualidade daquela pessoa servem também para conectá-la a outras, sendo não mais traço de uma identidade individual, mas sim coletiva. Em *A Sociedade em Rede*, Castells defende que uma das características da sociedade da informação é ter a identidade como elemento organizador da vida social, compreendendo identidade enquanto:

(...) o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significados com base em determinado atributo cultural ou conjuntos de atributos, a ponto de excluir uma referência

mais ampla a outras estruturas sociais.” (CASTELLS, 2005, p.57-58)

Para ele, a diferença entre os papéis sociais e a identidade é que os primeiros são, de certa maneira, exteriores, definidos pelas normas das instituições que organizam a sociedade, enquanto a identidade é originada a partir da individualização constituindo uma fonte de significação para o próprio indivíduo, de maneira que “(...) identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” (CASTELLS, 1999, p.55).

Considerando as relações de poder existente na constituição desses significados que constroem identidades coletivas, Castells classifica três formas de origem da construção de identidades. A “identidade legitimadora”, que parte das instituições dominantes com o objetivo de ampliar e manter sua dominação; a “identidade de resistência”, criada por atores que se encontram em situação de opressão, onde essas identidades funcionam como comunidades que criam formas de resistência coletiva, “(...) trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (CASTELLS, 1999, p. 56) e, por fim, a “identidade de projeto”, aquela que produz sujeitos, no sentido de possuir uma compreensão da sua experiência de maneira holística, interconectada ao todo social enquanto sujeito coletivo. Desta maneira, o sujeito deseja mudar não apenas a sua condição individual, mas a estrutura que produz as relações desiguais.

Ao observar a ação social dos maconheiros através do Facebook, pude perceber na significação desta identidade aspectos de “identidades de resistências”. Primeiramente, é necessário explicitar, e falaremos melhor disso mais adiante, que isso não significa que esta seja uma identidade homogênea. Cada um terá um significado próprio do que é ser usuário de maconha e a importância disso em sua vida, bem como outros marcadores sociais, experiências de vida e identidades que influenciam direta ou indiretamente a subjetivação desta identidade específica.

No entanto, alguns aspectos, tanto de minha própria experiência como observados no decorrer do trabalho em campo, me levaram a perceber, em especial, que a identidade do maconheiro está primordialmente associada a uma identidade de resistência. As experiências em comum de estigmatização e repressão por parte da sociedade, em contradição com a significação atribuída por

esses indivíduos às suas experiências com a maconha como algo positivo, fazem surgir espaços como grupos e comunidades no Facebook. Estes servem como espaços de apoio e troca de conhecimentos que visam, muitas vezes, se proteger do sistema repressivo e que abordam o uso da maconha sob uma perspectiva totalmente distinta da legitimada socialmente. Aqui, o lado negativo é identificado não na substância ou no comportamento de seus usuários, mas na sociedade proibicionista, questionando os tais “princípios que permeiam as instituições da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 56).

Em uma postagem no grupo *Plantar Pra Não Comprar*, em que um membro pergunta se os outros acham que maconha é droga, com 643 comentários, pude contar ao menos 20 que afirmam que droga é o sistema, o Brasil, a corrupção, a Rede Globo e, até mesmo, o Bolsonaro³. Além deles, centenas de outros comentários defendiam que a maconha não é uma droga e que esse rótulo era injusto. Até mesmo os que entendiam a maconha enquanto uma droga eram contrários à legislação brasileira, considerando que ela deveria ser legalizada. Em uma publicação sobre o processo de regulamentação do uso medicinal pela ANVISA os comentários seguem no mesmo sentido, questionando a hipocrisia social, a burocracia, os interesses corruptos dos representantes do povo e o atraso da legislação e do país.

Esse tipo de comentário se repetiu em quase todas as publicações que abordavam aspectos da proibição e o processo de legalização no Brasil e em outros países. Algumas vezes a frase “droga é o sistema” era publicada nos grupos por membros variados e sem um contexto específico. Tudo isso demonstra como o significado produzido por membros do grupo acerca da maconha os fazem questionar o sistema proibicionista, assim como as instituições e atores sociais a eles identificados, seja diretamente o Estado, a justiça, a ANVISA, a Rede Globo ou políticos como Bolsonaro.

³ Jair Bolsonaro é um militar da reserva e político brasileiro pelo PSL. Conservador, é candidato à presidência do Brasil nas eleições de 2018.



Figura 2 Fonte: Facebook Maconheiro Memo

Embora a crítica à proibição da maconha chegue a ser um consenso, isso está longe de significar que este seja um grupo homogêneo. Ao longo do texto, muitas vezes vamos nos referir a um grupo diversos de pessoas que, a princípio, tem em comum apenas o prazer em fumar maconha, o sentimento de injustiça quanto à sua proibição e o compartilhamento de algumas experiências vivenciadas por serem usuários. Cada um deles possui outros tantos marcadores sociais e identidades que contribuirão na sua percepção não só da maconha e do seu uso, mas de toda a sociedade. Composto por uma diversidade de pessoas em termos de classe, raça, sexualidade, gênero, de idade, escolaridade, com gostos e opiniões variadas. Longe de ser o único marcador de sua individualidade e, mais longe ainda, de serem encaixados todos em um único modelo, os maconheiros são múltiplos.

Quando clico no ícone do Facebook, já salvo na barra de tarefas de meu navegador preferido, sempre espero que ele entre pelo meu perfil e me leve diretamente ao meu Feed de Notícias, onde posso me deparar na minha janela e observar o mundo sentada na minha cama. É curiosa a sensação de estranheza quando, sem querer, entramos no Facebook e acedemos ao perfil de outra pessoa, como hoje. No primeiro momento, acreditei estar no meu perfil, devido a uma ou outra postagem feita por conhecidos em comum. Mas algumas coisas e pessoas

não faziam sentido e logo veio um momento de confusão, como quando calçamos uma sandália que não é a nossa e parece que ela não se encaixa certo no nosso pé. É preciso pouco tempo para que se note que você entrou pela porta errada, que esse não é o seu sapato e essa não é a janela pela qual se apresenta aquela paisagem familiar. Isso porque nosso perfil é como uma janela que nos dá acesso ao mundo a partir de um determinado ponto de vista, tal qual aquele saber que só pode ser localizado porque só pode ter origem a partir daquele lugar no mundo (HARAWAY, 1995). Entrar no perfil alheio é estranho por nos apresentar o mundo a partir de outro lugar que não é o nosso, a partir de outros interesses, gostos, amigos, perspectivas políticas, aspirações, papéis sociais, etc. Existe um conforto em entrar diretamente em minha conta e começar a ver rostos familiares e conteúdos que correspondam ao meu interesse.

Atualmente, meu perfil é composto por 982 amigos, 177 grupos e 839 curtidas a páginas de meus interesses que alimentam meu Feed de Notícias em tempo real, de maneira que dificilmente eu verei a mesma postagem duas vezes. Também não me aparece o que é postado por cada pessoa, página ou grupo e, a não ser que eu personalize meu interesse em ver cada uma dessas coisas, o conteúdo que eu visualizo, dentro de todo o universo do que foi postado pela rede à qual estou conectada, é selecionado pelo próprio Facebook, através de algoritmos que levam em consideração desde o conteúdo com que interajo mais, o que está repercutindo, o que está mais próximo de mim até o que está sendo pago para que eu visualize levando em consideração o grupo alvo que eu me encaixo justamente de acordo com todos os interesses que demonstro enquanto estou online.

Assim, embora 270 das 839 páginas e 25 grupos que eu curto no Facebook estejam relacionadas à maconha, não tenho acesso cotidiano a todo o conteúdo que é postado por todas as páginas. Essa temática também não é o conteúdo que prepondera no meu Feed, a despeito do número de ligações sobre o tema e algumas páginas aparecem com muito mais frequência do que todas as outras. Mais uma vez, é o Facebook quem age selecionando o que deve ser visto por mim, usando seus próprios critérios de noticiabilidade.

No meu Feed mistura-se de tudo: fotos de um dia feliz ou produtivo de amigos, seus pensamentos, casos e indignações, suas bandeiras políticas e notícias que julgam importantes; notícias locais, do Brasil e do mundo através de alguns meios de comunicação tradicionais, como a Folha de São Paulo e o Correio da

Bahia, mas também muita mídia alternativa, majoritariamente veículos de esquerda como o Pragmatismo Político e imprensa regional e segmentada, como portais do Recôncavo, Correio Nagô, e a imprensa cannábica; Aparecem ainda Eventos, principalmente em Cachoeira, e Salvador; e fala-se sobretudo de academia e ciência, feminismo, machismo, feminicídio, aborto, cultura e direitos LGBTT e lésbico, homofobia, raça, gênero, sexualidade, direitos humanos, comidas e receitas, *lives* de eventos ou pessoas, manifestações políticas, artistas, movimentos sociais, pessoas vendendo e comprando, manifestações culturais, organizações sociais, jogos e tecnologia, política, maconha e redução de danos.

Muitos desses conteúdos devem-se a grupos de interesses que surgem a partir de marcadores identitários estruturantes como o gênero, sexualidade, localidade e classe e outros a partir de identidades culturais definidas a partir de interesses, hábitos, estilos de vida e ideologias que fazer nutrir o sentimento de pertencimento, como os usuários de maconha ou de esquerda. Cada interesse e perspectiva ao qual eu me filiar dirá as informações que chegarão até mim e ao mesmo tempo a imagem que outros farão de mim. Tudo isso faz com que o meu perfil seja diferente do de outras pessoas, expressando não só a minha singularidade, mas o meu lugar no mundo. Enquanto me assumo como usuária de maconha neste trabalho, em especial uma que pretende investigar um universo do qual faço parte, o dos maconheiros, não quero com isso dizer que todos os que se enquadram nessa categoria são exatamente iguais a mim, nem que eu me resuma a ser maconheira. Essa é apenas uma das muitas marcas que constitui cada um de nós em sua singularidade. As identidades na era da globalização estão fragmentadas, são múltiplas e estão em transformação, como nos coloca Stuart Hall.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente identificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos

confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005 p. 13)

Essas múltiplas identidades e a sua constante ressignificação através do acesso a informações também podem ser percebidas a partir da análise, tanto dessa categoria generalizante que é o maconheiro, assim como a partir da minha própria experiência.

Em 2009, quando descobri o blog de cultura cannábica *Hempadão* fiquei bastante empolgada com a variedade de conteúdos sobre o tema que era produzido por eles e além de frequentá-lo apresentei a amigos e amigas. A revista eletrônica produzida por jovens homens brancos de classe média logo lançou um concurso de beleza para mulheres, o Miss Marijuana, diga-se de passagem, o único espaço do blog “pensado” para o público feminino. Na época, longe de conhecer as teorias feministas e criada num mundo onde a sexualização das mulheres e o incentivo à competição entre nós é naturalizada, achei até legal e produzi um ensaio de uma amiga para participar do concurso, que seguiu acontecendo até 2014.

Para mim, não só o acesso a leituras acadêmicas feministas mudou a minha compreensão sobre o tema, mas principalmente por meio de reflexões de outras mulheres feministas que chegaram a mim através do Facebook desenvolvi outro olhar sobre esses e outros temas. Em 2015, o Miss Marijuana parou de acontecer, após manifestação pública de mulheres antiproibicionistas através de nota de repúdio divulgada no blog da Marcha da Maconha.

Não, não somos todas Miss! Não queremos mais ser reduzidas a um estereótipo que nasce dentro de uma sociedade desigual e opressora historicamente, que nos colocam num patamar em que se instrumentaliza a beleza e a sensualidade como símbolo de uma suposta emancipação e autonomia. Não é essa a nossa luta! Não falem em “nós mulheres” para defender uma projeto político supostamente emancipatório que nos colocam no mesmo patamar de uma planta que são veneradas, adoradas e consumidas. Não! Não é esse o papel que reivindicamos em tantos anos de massacre sexista, não é sermos reduzidas às mercadorias de consumo.” (BENTES, Isabela apud Blog Marcha da Maconha, 2015)

As relações de poder envoltas nas relações de raça, classe e gênero fizeram surgir movimentos múltiplos a partir de outras identidades, como a Rede Feminista

Antiproibicionista - RENFA e a Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas – INNPD. Esses movimentos, muito mais voltados para o combate a formas estruturais de opressão das quais a proibição é apenas uma das formas de controle e dominação sobre esses corpos, apresentam as características de uma identidade de projeto voltada a transformação não apenas das leis sobre a maconha, mas da sociedade machista, racista e capitalista que explora, domina, exclui e mata.

Em 2018 a RENFA se propôs a assumir a organização da Marcha da Maconha Salvador com o objetivo de denunciar o machismo e o racismo presentes na Guerra às Drogas. Em 15 anos o encarceramento feminino subiu 567% e a lei de drogas motivou 68% dessas prisões. Não podemos deixar que o patriarcado, o racismo e o proibicionismo continuem prendendo mulheres negras e pobres, separando-as de seus filhos, tirando delas a liberdade sobre seus corpos e subjetividades, impondo a elas uma realidade cruel de violência e exploração. (Marcha da Maconha Salvador, 2018)

Assim, longe de estarmos falando de homogeneidades, durante esta pesquisa estaremos falando de variadas formas de ação partindo de lugares sociais diversos e importantes para a significação do que é ser um (a) maconheiro (a). Se há, então, diversidade de lugares, pontos de vista e subjetividades, haverá também múltiplas formas de expressão desta identidade.

1.3 Compartilhando Experiências

Se existe uma palavra que marca as relações através das redes sociais, esta é o compartilhamento. É compartilhando interesses, ideias, informações e experiências que vamos alimentando nossos perfis pessoais, comunicando nossa visão de mundo e construindo uma imagem de nós mesmos. Por outro lado, é também o compartilhamento que nos nutre de novas informações, ideias e interesses que constantemente nos deslocam e nos transformam. É através do compartilhamento que transformamos estes espaços em lugares de sociabilidade.

O compartilhar permite também me associar ao que foi dito por outros, fazer das palavras de alguém as minhas e me reconhecer em suas experiências. Tudo o que tenho feito durante esse tempo de pesquisa é observar e analisar coisas sobre a maconha que, produzidas compartilhadas, chegaram até mim. Todo esse conteúdo pode ser dividido em duas categorias abrangentes: a experiência e a informação.

Pensando que uma identidade cultural possui duas dimensões, uma que demarca o pertencimento, quem faz parte do grupo, e outra que demarca quem está fora, a alteridade presente na diferença entre nós e eles, pude perceber que o compartilhamento de experiências está muito mais voltado para o pertencimento, identificação e apoio dentro da comunidade de maconheiros, enquanto o compartilhamento de informações, embora feita por membros e para membros dessa mesma comunidade, está geralmente relacionada com o outro, a saber, a sociedade proibicionista, e visa contrapor sua visão de mundo.

Para fins de estruturação, daremos maior atenção neste capítulo aos aspectos da experiência voltados para dentro do próprio grupo, ainda que, como veremos, esses conteúdos estarão sempre marcados pelo proibicionismo, que afinal, demarca suas fronteiras. Nos dois capítulos seguintes privilegiaremos a observação da interdiscursividade que marca a produção de informações onde a experiência aparece como mais uma estratégia de contraposição aos discursos proibicionistas.

Isso não significa que essas categorias não se misturem. Muitas vezes o compartilhamento de experiência envolve também a transmissão de um conhecimento adquirido através dela, como o caso dos grupos sobre cultivo em que se compartilham problemas, soluções e técnicas para o cultivo de maconha.

1.3.1 O autocultivo e a troca de conhecimentos

O autocultivo, aliás, não só representa um ponto de intersecção entre a experiência e a informação, mas também na relação eu e outro na medida em que pretende ao mesmo tempo difundir dentro da comunidade a cultura de produzir a própria planta que será consumida e combater o proibicionismo e a guerra às drogas através da desassociação do usuário com o crime organizado, se transformando em uma forma de militância pela legalização.

A troca de informações a partir das experiências sobre o cultivo de maconha pode ser considerado o ponto de partida da constituição de uma comunidade de maconheiros dentro do ciberespaço. Isso por que a primeira iniciativa de se compartilhar informações e experiências sobre maconha através da internet no Brasil se deu através do *Growroom – seu espaço para crescer*. Criado em 2002 por um brasileiro que residia na Holanda, o blog de notícias sobre maconha abrigava um

fórum de discussões. O espaço que surgiu com o intuito de compartilhar informações diversas logo foi dominado por um tipo de interesse específico, o de aprender e ensinar outras pessoas a cultivarem sua própria maconha, o que acabou construindo a identidade do fórum (VIDAL, 2010).

O *Growroom* se institucionalizou e hoje é um dos diversos coletivos que militam pela legalização da maconha. De 2002 pra cá, a internet passou por um intenso processo de transformação onde multiplicaram-se os espaços de interação e sociabilidade, em especial com o surgimento das redes sociais, das quais o Facebook faz parte. O *Growroom* e outras mídias especializadas em cultura cannábica investiram no discurso de autonomia do usuário como combate ao crime organizado e como estratégia de redução de danos, devido a capacidade de controlar a qualidade da substância que se irá consumir, espalhando-se como uma das principais bandeiras do movimento pela legalização.

Slogans como “*Não compre, plante*” e “*Jardineiro não é traficante*” viraram símbolos do movimento e influenciaram uma grande quantidade de maconheiros, que passaram a experimentar plantar sua própria maconha. A partir das facilidades que o Facebook oferece para a criação de grupos e compartilhamento de experiências, logo alguns desses jardineiros passaram a criar grupos dentro dessa rede social com o objetivo de compartilhar essas informações e incentivar o autocultivo.

Salve salve família! O Jardineiros Libertários é um grupo de cultivadores e ativistas que lutam pela liberdade do uso medicinal, religioso, industrial e/ou recreativo da maconha. Se você chegou aqui com vontade de aprender, aprimorar ou compartilhar seus conhecimentos na arte do cultivo para o uso pessoal, então está no lugar certo! Disponibilizamos guias de cultivo e canais para auxiliar no seu aprendizado, com dicas desde a germinação até a cura! (Jardineiros Libertários)

Nos grupos, são postados diariamente pedidos de ajuda, opiniões e dicas sobre o cultivo, que sempre são respondidas por algum outro membro. Embora haja administradores, não há uma autoridade para informar e auxiliar os novatos. É colaborativamente, através das experiências de cada um, que os diagnósticos das plantas vão sendo traçados e que soluções e estratégias para um cultivo melhor vão sendo construídas.



Figura 3 Fonte: Facebook Rede Canábica

A postagem acima foi feita por um cultivador que chamaremos de RR, no grupo REDE Canábica, como um pedido de ajuda para uma planta que não aparenta bom estado. Logo, outros cultivadores começam a se manifestar na tentativa de um diagnóstico. Primeiro, um pede mais informação sobre as condições de cultivo e o autor da postagem responde com detalhes de iluminação e fertilização. Em seguida, começam a tentar resolver o problema:

MOS – Faz casca de ovo. pega as cascas tritura deixa no sol e poe na terra, misture com umos para quebra um pouco do fertilizante e deixa. (sic)

RR - Casca de ovo tem um monte aqui está, só falta o humos. Vou ver se compro e testo isso que você falou. (sic)

CS - Não posso te afirmar com toda a certeza. Mas isso aconteceu com as minhas plantas no final do processo, quando eu não estava mais fertilizando (preparando para o flush). Ou seja, imagino que seja falta de algum nutriente. Mas nenhuma certeza! Estamos em fase de aprendizado.

JS - Pontas queimadas e aspecto de unha de bruxa. Overfert! Flush! Com muita água e observar! Algumas strain necessitam mais ou

menos de fertilizantes, assim as outras estão saudias e essa com excesso.

O autor deste último comentário parece ser o mais experiente que se prontificou a ajudar, observando inclusive que o problema estava começando a ocorrer nas outras plantas e esclarecendo dúvidas de outros membros que surgiram a partir dos comentários. O autor da postagem seguiu seus conselhos e retornou à postagem com novas fotos da planta, agora saudável, agradecendo a ajuda, o que encerrou as conversas dentro desta postagem.

As dicas, solicitadas e fornecidas, vão desde o processo de preparação do solo, germinação, crescimento, floração, fertilização, técnicas de aumentar o rendimento até a colheita da planta. Alguns casos só conseguem ser resolvidos a partir do compartilhamento das experiências de diversos membros, outros são facilmente identificados e solucionados mesmo por iniciantes que estão dispostos a relatar suas próprias tentativas de cultivo. Trata-se aqui do compartilhamento do conhecimento produzido através das experiências que ajudam a aprimorar as técnicas e aumentar o repertório de soluções para o cultivo de todos os envolvidos.

A experiência aqui ganha a dimensão de um saber adquirido através dela e que pode ser passado adiante, constituindo esses espaços como lugares de ensino e aprendizado. Em outros contextos, a experiência adquire outros significados. Em alguns espaços destinados à comunidade cannábica dentro do Facebook, o que se busca não é, necessariamente, a troca de conhecimento a partir das experiências, mas, por meio de postagens que contam uma experiência ou nos provocam a relatar as nossas, podem ser construídos elementos de identificação.

1.3.2 Identificação e singularidade a partir da experiência

O compartilhamento da experiência aparece recorrentemente através de comentários em publicações que suscitaram a memória de experiência vivida, podendo se manifestar também através do compartilhamento da publicação seguido de texto sobre a própria experiência, a publicação de relatos ou de fotos ou vídeos que representam essa experiência.

Em alguns casos, as pessoas são convidadas pelo autor da postagem a compartilharem suas experiências.



Figura 4 Fonte: Facebook Maconheiro Memo

Não sou muito de interagir com a maioria das publicações. Costumo usar mais as reações como forma de sinalizar o que elas provocaram em mim. Quando há algo significativo que acho pertinente compartilho, no mais, gosto de acompanhar os debates nos comentários, mas costumo utiliza-los mais para marcar pessoas a quem as publicações me remetem do que propriamente para falar sobre o que foi publicado. Mas hoje, apareceu para mim esta imagem publicada pela página MaconheiroMemo e a pergunta imediatamente despertou a memória de minha primeira experiência. É uma lembrança boa que gosto de contar nas rodas as vezes. Fiquei com ela na cabeça enquanto lia alguns dos mais de 1000 comentários que a publicação recebeu em apenas 24 horas.

MS - “Primeiro beck⁴ foi quando eu tinha 10 anos, lembro q roubei um baseado⁵ da minha tia e fui fuma debaixo da mesa kkkk na casa tava todo meus familiares 😊😊😊” (sic)

MB – “12 anos, via os mlk falando que era mo barato fui na bica comprei e fumei memo, até dentro da escola, nunca desconfiavam de mim... afinal eu era de menor e tinha mo cara de quem n fazia nd kkkkkkkkk coitados a culpa ia tudo pra eles”(sic)

LA – “12 anos ,ai depois eu pulava o muro da escola e ficava na rua fumando ate de noite ,ia pra casa destruida e na larica,kkkkk mais minha mae quase nunca tava em casa entao ela deixava a comida feita sempre com suco e etc, nao me via chapada.....ela trabalhava demais ...” (sic)

MC – “12 anos e uma longa historia os mano tinha chamado pra sair ja tv tudo armado eu nem sabia kk fomos pro lago da minha city fumamos viajamos no lago tv de noite lembro que meu pai me ligou mandando eu ir embora tive que subir uma baixada monstra correndo louco kk fiquei louco pra krlh melhor dia kk” (sic)

MGB – “EU fumei a primeira vez aos 12 anos e pra completar foi em cima de uma caixa d"água o lugar tinha mais ou menos uns 5metro

⁴ Gíria para cigarro de maconha.

⁵ Outro termo utilizado para designar um cigarro de maconha.

vei deu uma tontura ea lara cheguei em casa brocando
 🤔🤔🤔🤔🤔TUDO KKKKKKKKKK” (sic)

NS – “17 anos, lembro até hoje da minha primeira brisa, fiquei muito louca kkkkk que comi sal de tanta larica kkkk não me arrependo,foi muito boa a experiência kkkk” (sic)

CD – “Com 16, a lombra foi tão pesada que vi até cavalos correndo na minha frente 🤔🤔🤔🤔” (sic)

LM – “15 comecei e nunca mais parei de usar a erva a melhor 🤔🤔” (sic)

Fiquei surpresa com a idade que a maioria das pessoas ali começaram: 10, 12, 13 anos. O que afirmou ter começado mais tarde foi aos 20. “Crianças!”, eu pensei, achando tão absurdo quanto acharia pessoas da mesma idade bebendo ou fumando. Então, me lembrei que bebi pela primeira vez aos 13 anos, sozinha, em casa, por curiosidade. Experimentei cigarro aos 15, com umas colegas que disseram que era gostoso e deixava um pouco bêbada; não parecia bom, mas também quis saber como era. Maconha foi com 16. (Diário de Campo)

Todos têm uma história para contar sobre sua primeira vez. Elas acontecem em contextos variados, mas têm em comum a aventura de experimentar algo novo e proibido, seus efeitos físicos, como a *larica*, e sociais, como a descoberta pela família. Essas experiências, normalmente trocadas nas rodas de fumo, onde nos encontramos com outros que, de alguma maneira, também passaram por uma situação semelhante, uma espécie de ritual de passagem que colabora para a construção do sentimento de *communitas* (TURNER, 1974), agora podem ser compartilhada por uma quantidade de pessoas muito maior, mantendo ainda o sentimento de compartilhar com semelhantes. São as comunidades se expandindo através da conexão em escala global por meio de redes sociais como o Facebook.

Em algumas postagens, o autor generaliza a partir da experiência pessoal, como algo que todos os outros maconheiros passaram, fazendo com que, ao mesmo tempo em que expressa sua experiência, incentiva outros a expressarem as suas também.



Figura 5 Fonte: Facebook Maconheiro Memo

Muitos podem ter vivenciado esta situação, mas os significados são diferenciados para cada um, de maneira que alguns poderão enxergar como uma experiência intensa e outros como uma bad trip⁶, existindo semelhanças e singularidades. Se as semelhanças aproximam através da identificação, as singularidades tornam cada caso único, sentimento que nos leva também a querer compartilhar nossas próprias experiências. Poucos estavam interessados em dizer somente a idade em que começaram. Queriam também dizer como foi, como se sentiram, qual o contexto, se continuaram ou não.

Ser sujeito no mundo contemporâneo implica, inapelavelmente, sofrer os efeitos de todo um processo de (re)organização da experiência, marcado pelo facto de as relações sociais fundadas no contacto directo passarem a ser substituídas pela mediação tecnológica. Fundamentalmente, os media contemporâneos – tal como sucedeu com os anteriores – estão a criar novas formas de acção e interacção, e a reordenar a maneira como os indivíduos interpretam e reagem ao mundo social. (FERREIRA, 2012, p. 182)

O ciberespaço inaugura outras formas de compartilhar a experiência, assim como eleva seu estatuto. Compartilhar o cotidiano é cada vez mais fácil e atrai popularidade, chegando às vezes a se tornar uma profissão: influenciador digital. Diariamente, são compartilhadas nos grupos fotos de flores de maconha, baseados acesos ou sendo *bolados*⁷, algumas privilegiando o *beck*, outras a paisagem,

⁶ Traduzido do inglês significa viagem ruim e é a categoria êmica utilizada para designar uma má experiência com qualquer droga.

⁷ Termo utilizado para se referir à confecção do cigarro de maconha.

plantações, fumando em frutas, em *bongs*⁸. Em algumas delas, o autor da foto se mantém anônimo, enquanto noutras posa para a foto que ele mesmo está produzindo.

Porque, fruto dessa dispersão da imagem conectada por coletivos, são as possibilidades de criação de novos espaços e formas de sociabilidade, que se veem em vias de ampliação. Tudo se passa como se, estimulados pela atividade desses fotógrafos de plantão em que se tornaram os usuários comuns de smartphones, associada com a reverberação dos produtos dessa atividade nas redes sociais, estivéssemos, de pouco em pouco e sem alarde, reinventando o cotidiano. (SANTOS, 2016, p.05)

Na cibercultura, a imagem vem tomando cada vez mais lugar de destaque, em especial devido a facilidade de sua produção e compartilhamento possibilitada pelos smartphones. É principalmente através do registro fotográfico que compartilhamos os momentos vividos que dificilmente seriam expressos em palavras, registrando aquilo que só acontece uma vez. Essa característica de registrar o instante, de congelá-lo, faz da fotografia um importante instrumento que confere veracidade a experiência, que diz sem precisar de explicação, prova de que eu estive lá e que as coisas são como são (BARTHES, 1984).

1.3.3 O registro da experiência

Se as fotografias de Malinowski entre os trobriandeses asseguravam que ele esteve lá e ilustravam a cultura que ele pretendia explicar para o seu público leitor, as fotografias tiradas pelos maconheiros também carregam em si o estatuto da experiência que se pretende compartilhar e ilustram, a partir de dentro, aspectos de sua própria cultura. Algumas parecem afirmar “eu tenho um pé de maconha” e, ao mesmo tempo em que a foto registra a propriedade, é também o registro de uma nova prática cultural entre os maconheiros, a de se cultivar sua própria maconha. Outras parecem dizer “Eu gosto de fuma próximo à natureza ou vendo belas paisagens” e, ao mesmo tempo em que registra seu momento fumando na beira da praia, marcando que esteve ali e manifestando sua subjetividade, representa

⁸ Acessório utilizado para fumar que tem por função filtrar a fumaça utilizando água.

também, através daquele registro, elementos da cultura cannábica que envolve a contemplação da natureza.

Não é só da imagem estática que se faz uso para o compartilhamento da experiência. Os vídeos também são populares na cibercultura devido à facilidade de sua produção por meio dos smartphones. Eles possuem o diferencial de captar o decorrer do momento ao invés da imobilização do instante. Eles contam uma história, permitem que se acompanhe o desenrolar das ações. Seria possível tirar uma fotografia do processo de extração de haxixe para comprovar o momento ou escrever um texto explicativo de todo o processo. Mas, através do vídeo, ao mesmo tempo é possível provar que se fez, mostrar como se fez e explicar como se fez, tornando a experiência muito mais real.

Neste contexto, as *selfies* e *lives* surgem como novas formas de compartilhamento da experiência própria da cibercultura. Durante todo o campo, me intrigou o fato de que diariamente pessoas postavam nos grupos *selfies* ou *lives* fumando maconha. Senhores grisalhos com os seus pés de maconha, trabalhadores dando “aquela fugida pra f1”, jovens brancas da zona sul carioca fumando na orla, meninos e meninas da periferia “dando um salve pra geral da quebrada”, desejando um “bom dia” ou “boa tarde”. A maioria jovem, mas não exclusivamente.

As *selfies* são autorretratos feitos a partir de smartphones para serem divulgadas nas redes sociais. Elas têm como principal característica o fato de que quem fotografa é a mesma pessoa que é fotografada e está assume um protagonismo dentro da imagem a ser gerada, de maneira que o valor da foto está em mostrar o seu autor.

A singularidade delas é a de oferecer um testemunho efetivo do protagonismo de seu produtor em dada ação ou situação, da sua presença num espaço ou local, razão pela qual todas as questões técnicas ficam subordinadas à integração do personagem central ao cenário na imagem produzida. As fotos assim realizadas nem são apenas imagens de seus autores, nem somente imagens dos sítios ou contextos em que são capturadas, mas vestígios visuais de experiências, rastros das relações deles com as situações vividas, que ficam gravadas nas imagens (Gunthert, 2015). Feitas para veiculação em redes sociais, a função principal delas é dar conta da participação importante de seus autores no ambiente ou contexto em que foram realizadas e, conseqüentemente, de que aquilo foi de fato vivenciado por eles. (SANTOS, 2016, p. 06)

As *lives* são vídeos feitos por smartphones, computadores ou máquinas fotográficas diretamente conectados à internet e transmitidos em tempo real para as redes sociais. Nelas, a imagem do autor não é necessariamente exigida frente à câmera, podendo ser também a sua perspectiva o lugar que assumimos ao ver o vídeo. Transmissão em tempo real, é muito comum durante eventos, aumentando sua visibilidade e ampliando o público para além daqueles que estão presencialmente. Já acompanhei, por exemplo, mesmo sem estar presencialmente, as Marchas da Maconha de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, através de mais de um ponto de vista, visto que mais de uma pessoa compartilhava suas experiências naquele momento. Também pude acompanhar uma série de palestras sobre drogas e redução de danos, produzidas pelo programa *Corra pro Abraço*, em Salvador, através do meu Facebook.

Mas as *lives* também são utilizadas para o compartilhamento das experiências cotidianas. Como disse, diariamente compartilha-se nos grupos de maconheiros vídeos ao vivo, focados nos autores da transmissão, assim como nas *selfies*, cujo o objetivo principal é compartilhar aquele momento do cotidiano que, espera-se, todos ali compartilhem de alguma maneira, a hora de fumar maconha. Enquanto fuma em frente à câmera, o autor interage tanto com quem porventura esteja fumando com ele, como com quem assiste. Com os comentários, inicia-se a interação.

A participação, por seu turno, se dá por meio de sistemas que incentivam as relações, os compartilhamentos e as trocas entre os usuários, isto é, sistemas que incitam a colaboração de quem quer que esteja disponível para entrar em conexão com outros por intermédio da plataforma. (SANTOS, 2016, p.07)

Janeiro de 2018. Acordo cedo e após um breve café vou direto à campo. São oito horas da manhã quando abro meu Facebook e de cara aparece uma live sendo feita no grupo Pânico Maconheiro, Resolvo acompanhar e cliço na notificação indo até a publicação. Uma mulher sentada frente ao seu computador enquanto ouve rap, produz um cigarro de maconha dando bom dia a todos. “Salve salve família. Bom dia pra geral. É nós mais uma vez, 046 chegando pra fumar mais um com vocês...” os códigos de Discagem Direta a Distância, os DDDs que identificam a região da rede telefônica, como o 046, são constantemente utilizados nas lives como forma de informar a região de onde as pessoas falam. Os comentários vão surgindo à direita. “Bom dia gata”, “adorei o cabelo”, “muito inteligente você”, “linda”, “sou seu fã”, “salve gata, aqui é 88”, “sonzeira” “nega, seu marido não embaça que você fuma”. Ela vai lendo os comentários em voz alta e de maneira simpatia responde

aos bom dias, aos elogios “sou mesmo muito gata?”, “não tenho marido não”, “tudo bem com você? Já fez fumaça hoje?” Vinte minutos depois finda o baseado, ela exhibe na câmera, e começa a se despedir desejando um forte abraço e um bom dia, encerrando a transmissão. As conversas se resumiam a elogios a aparência da moça, a troca de informações breves sobre música e maconha. Parecia que esse era um hábito comum para ela e algumas pessoas no grupo já a conhecia, falando que nuna mais ela tinha aparecido no grupo e que estavam com saudades. Este grupo, em especial, é composto majoritariamente pelas lives e selfies compartilhadas ao longo dos dias. É ponto certo para quem gosta de compartilhar o momento de fumar um com outras pessoas. Em outra incursão no grupo três pessoas estão fazendo lives. Posso escolher qual deles quero ver, ou navegar entre eles. Em um três homens fumam tranquilamente no meio da rua enquanto ouvem música. Um deles segura o celular que filma e transmite a cena, tentando manter o quadro e a espera dos comentários para interação que não surgem. Noutro duas jovens sentadas em cadeiras improvisadas dentro de um cômodo em construção, enquanto uma segura o celular enquadrando as duas a outra tritura maconha e produz o baseado que logo será fumado. Para elas há comentários, “lindas”, “são de onde?”, “é solta ou prensada?” Olhando para a câmera ela se ajusta, sorri tímida e busca um ângulo melhor. Trocam sorrisos quando recebem elogios, falam mais entre si do que com quem está do outro lado da tela. Parecem estar descobrindo essa nova forma de serem vistas e parece que esse é o principal objetivo de estarem ali. Vou para o terceiro vídeo. Três homens se apertam em um corredor, sentados em bancos improvisados tentam caber todos na tela. Ao fundo grades que definem um cômodo onde é possível distinguir mais duas pessoas no fundo. Eles falam alto, exibem seus músculos e as vezes interrompem uns aos outros com gracinhas. Foi com surpresa que percebi que se tratava de uma prisão. Apesar do ambiente estranho, só me dei conta quando cada um começou a falar sua sentença. Os três estavam lá por tráfico de drogas, cumprindo de dois a quatro anos de prisão. Iam respondendo na medida em que surgiam as perguntas no comentário. “a gente tá na 017 mas não somos da mesma área não”. “Sou lá da divisa com Paraguai, prensada baratinha, 300 conto o kilo”, “passa o canal”, diz alguém no comentário, “tem conversa”, responde um deles. Nos comentários as pessoas vão dizendo os códigos de suas áreas e alguns de sua facção. “É tudo 3” diz alguns deles em referência ao número que designa uma facção, ao que todos eles respondem “é nós”, “tudo 3 aqui dentro também”, “tudo irmão”, os comentários de tudo 3 vão se repetindo, como uma forma de identificação. Quase uma hora até que eles encerrem a transmissão, depois de três baseados e muitas conversas fragmentadas com salves, tudo três e diálogos sobre compra e venda de maconha. (Diário de Campo)

Esses são apenas alguns exemplos ilustrativos de como o compartilhamento da experiência cotidiana foi facilitado pelos diversos dispositivos tecnológicos conectados em rede e as maneiras como isso aparece nos grupos sobre maconha. As experiências que podemos ter acesso serão variadas e a troca estabelecida entre

os diversos atores que se encontram nesse momento também estão relacionadas aos diversos marcadores sociais.

As *lives* e *selfies* de mulheres nesses grupos recebem uma atenção que não é a mesma dispensada às dos homens. Os comentários estão majoritariamente centrados na beleza e aparecem como formas de paquera. Os DDD ajudam a estabelecer uma conexão entre pessoas de uma mesma região, facilitando outras trocas. A audiência depende dos interesses de outras pessoas que estão online em estabelecer uma troca com aqueles a quem assiste. Através das *lives* podemos ter acesso, ainda que breve, a outras realidades, por vezes distante de nós, da mesma maneira que possibilita pessoas que, mesmo em situação de cárcere, possam estar em diálogo com o mundo exterior.

Seu destino não é o ambiente de compartilhamento apenas porque esses terminais móveis possuem os recursos tecnológicos necessários à operação. Ocorre que, potentes instrumentos de comunicação, por isso eficazes ferramentas para a apresentação e a expressão de si, elas estão em condições de intervir junto às redes sociais de forma efetiva, dando origem às mais diversas interações e trocas entre seus membros; são essas interações e essas trocas que constituem o resultado pretendido pela veiculação das imagens. (SANTOS, 2016, p. 07)

Para além das fotografias e vídeos produzidos pelos autores das postagens como forma de compartilhar a experiência que está sendo vivida, as imagens, sejam elas estáticas ou em movimento são também utilizadas para o compartilhamento de todo um universo simbólico que envolve a cultura cannábica. Dentro do Facebook, uma das principais formas de produção simbólica sobre o universo dos usuários de maconha é através do humor, onde imagem e texto se unem para a produção dos sentidos.

2 QUATRO E VINTE: COMPARTILHANDO SIGNIFICADOS

20 de abril de 2017. Logo após a aula aproveitei a internet de um amigo para me manter “on”. No smartphone, chequei as mensagens do Whatsapp, passei pelas imagens do Instagram e sem muitas novidades segui para o Facebook. Algumas mensagens de parabéns um pouco atrasadas, novas postagens no grupo de uma disciplina, uma amiga de luto, vídeo ensinando a fazer um bolo vulcão, até que aparece a primeira postagem me lembrando que hoje é o Dia Internacional da Maconha. Tive conhecimento dessa data em 2014, através de uma publicação do Hempadão. Por ser um dia depois do meu aniversário, passei a brincar que sou maconheira de nascença. Mas esse ano me esqueci totalmente e foi o Face que me lembrou. Pouco depois da primeira postagem outras apareceram. Uma notícia sobre o lançamento do filme de comédia sobre cultivo Grow House, com a participação do Snoop Dogg. O Smoke Bud fez uma entrevista especial com o diretor do vídeo “Maconhaço”, que serviu de inspiração para uma grande roda de maconha durante a Marcha de São Paulo em 2016. A página Maryjuana publicou a matéria “20 Coisas Aleatórias para Fazer no Dia da Maconha”. Aproveitando a data para fortalecer a luta em muitos grupos foi postado o Manifesto dos Cultivadores de Maconha do Brasil, uma petição no Avaaz pedindo mudanças nas leis que incluem a legalização da produção, distribuição e consumo de maconha. A petição existe desde 2016, mas não conseguiu arrecadar as 10 mil assinaturas necessárias. Para minha surpresa a Folha de São Paulo também publicou uma matéria sobre O Dia da Maconha, às 04:20 da tarde. A Matéria, bem completa explicava o surgimento da data e como ela é comemorada nos Estados Unidos, onde virou um importante feriado da contracultura. Apesar do tema do Dia da Maconha ter sido recorrente durante todo o dia percebi que pouca atenção foi dada pelos seguidores dos grupos e páginas. Poucas foram as curtidas que as publicações relacionadas ao Dia da Maconha tiveram nesses espaços e os comentários e compartilhamentos também foram escassos. Alguns falam em luta, outros em comemoração, outros diziam que dia da maconha é todo dia, mas parece que a data ainda não é simbólica no Brasil. Talvez porque embora boa parte dos maconheiros saibam que 420 é um código para maconha, muitos desconhecem sua origem e o significado político que adquiriu nos Estados Unidos. Por aqui, as Marchas, que normalmente acontecem no mês de maio, parecem provocar maior entusiasmo. Mesmo assim, todos os dias, às 04:20, os grupos se enchem de fotos de pessoas de todos os cantos do país fumando seus baseados, como num ritual que nos une independente de qualquer distância e que nos faz lembrar que somos muitos, estamos em todos os lugares e não queremos mais nos esconder. (Diário de Campo)

Uma das principais características da internet é poder conectar pessoas de todo o planeta. Diante dos mais diversos dispositivos eletrônicos podemos ter acesso a informações vindas de diferentes lugares, de culturas distantes ou próximas a nós. Tal poder propicia um intercâmbio cultural que cada vez mais borra as distâncias, ao mesmo tempo em que conectam o local e o global muitas vezes propagando e transformando os significados originais numa dinâmica que é própria à cultura.

Graças à internet a cultura cannábica tem visto um crescente compartilhamento de significados acerca do uso da maconha em escala global. Um caso significativo pode ajudar a perceber essa potencialidade. Hoje, boa parte dos usuários de maconha espalhados pelo mundo reconhecem o termo “quatro e vinte” como um código para se referir à maconha. Assim 4:20, seja da manhã ou da tarde, se tornou conhecida mundialmente como a hora de fumar maconha.



Figura 6 Fonte: Facebook Filhos de Jah

De onde surgiu o quatro e vinte? Como ele se popularizou dessa maneira? Embora poucos maconheiros desconheçam que 4:20 é um código para fumar maconha, são poucos os que conhecem a origem do termo, ainda que não seja difícil para um maconheiro imaginar que surgiu como muitos outros que compartilhamos em grupos menores. Por ser proibida, é muito comum que grupos de usuários criem códigos para se referir à maconha sem que outros saibam.

Compartilhei diversos códigos semelhantes com amigos, mas seu significado se restringia aos pequenos grupos de pessoas que fumavam juntos. Geralmente, o significado da senha estava envolto em alguma história vivenciada durante a

aventura de fumar um beck por algumas poucas pessoas, e que acabou se espalhando por um grupo maior, que não necessariamente conhece a história de sua criação, mas conhece o significado do código. Reza a lenda que o quatro e vinte começou de maneira semelhante, mas circunstâncias específicas fizeram com que seu significado ganhasse o mundo convertendo sua história em mito e ritualizando o horário 04:20 como a hora de fumar maconha.

Os sites especializados apontam que o quatro e vinte surgiu em 1971, quando um grupo de estudantes da Califórnia que se denominavam *Waldos* passou a se encontrar neste horário para fumar maconha e utilizavam o horário como um desses códigos. Os *Waldos* passaram a frequentar o círculo de amizade de Phil Lesh, baixista da banda *Grateful Dead*, que disseminou o código entre os fãs da banda.

Na década de 1990, Steve Bloom, repórter *High Times*, revista norte americana especializada em cultura cannábica, foi a um show do *Grateful Dead*, onde recebeu um panfleto convidando para no dia 20/04 (04/20 em inglês), às 04:20, fumarem maconha ao pôr do sol. O convite foi publicado na *High Times* e teve importante papel na divulgação da gíria nos Estados Unidos. A partir daí, o termo se popularizou nos Estados Unidos e a data foi escolhida como o dia de luta pela legalização, chegando a se tornar feriado.

Neste episódio podemos perceber a importância de personalidades públicas e dos meios de comunicação para a transformação de um código privado entre alguns amigos em gíria publicamente conhecida. Mas foi justamente o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação que permitiram que esse código tomasse dimensões ainda maiores. Se, antes, a gíria se restringia aos leitores da *High Times* no hemisfério norte e aos poucos privilegiados que por aqui poderiam ter acesso a ela, foi a partir da internet que a gíria se espalhou por todo o mundo.

Lembro que a primeira vez que ouvi falar disso foi em 2009 nos meus primeiros acessos ao blog Hempadão, destinado à cultura cannábica, que postavam suas reportagens diariamente às 04:20 e se referiam em diversos conteúdos a essa como a hora de fumar um. Não encontrei uma explicação de imediato, mas transmiti o código adiante de maneira que entre o meu grupo de amigos ver tal hora se aproximando se tornou frequentemente uma desculpa para fumar maconha ou as vezes era escolhida como a hora do encontro. Hoje, nesse horário, seja da tarde ou da madrugada, todos os dias, os grupos sobre maconha dos quais faço parte no Facebook se enchem de postagem de fotos de pessoas de diferentes classe, gênero

e raça por todo o país com seus baseados na mão. Há ainda aqueles para os quais “toda hora é 04:20”, ou seja, hora de fumar “um”.

Algumas postagens de viés variado utilizam a hashtag #420 para sinalizar que se trata de algo relacionado à maconha. Uma amiga desejosa por fumar postou “não é 04:20, mas alguém salva?” como um pedido para que algum amigo que tivesse a erva compartilhasse com ela. Outros tantos apenas compartilham em sua linha do tempo os números 420 sabendo que serão entendidos por outros companheiros em qualquer lugar. 4:20 também se tornou o horário de saída das marchas. O número ganhou tanta popularidade que se encontra estampado em bonés e blusas da moda.

No Facebook, muitos memes⁹ com o tema 4 e 20 circulam, sendo o mais popular o que mostra Chico Buarque às 04:19 zangado e às 04:20 sorrindo. Aqui em Cachoeira, pequena cidade do interior da Bahia, em Salvador e Porto Seguro, cidades nas quais passei nos últimos meses, encontrei pichado nos muros o número e logo sabia que um maconheiro passou por ali.



Figura 7 Fonte: Facebook Pânico Maconheiro

⁹ Formas de expressão através de imagem, vídeo ou frase bem-humorada que se tornaram populares na internet.



Figura 8 Fonte: Facebook Pânico Maonheiro

Para além de ter ajudado a disseminar o quatro e vinte pelo mundo a internet possibilitou uma ampliação do seu uso e significado. Com os memes o quatro e vinte virou humor revelando as diferenças entre estar ou não estar chapado. Virou também um lugar, ou muitos lugares: “Distritos 4:20”, “Família 4:20 do RJ”, um ponto de encontro entre diversos maconheiros para compartilharem experiências, opiniões e informações sobre o tema.

Um símbolo com tamanha repercussão não deixou de ser apropriado pelo capitalismo e transformado em bem de consumo. Está cada vez mais popular camisetas, bonés, chaveiros e acessórios para fumo estampados com o 4:20 e consumidos por toda uma tribo. Não é mais só uma hora, dia ou número, simboliza um estilo de vida, comunica a existência de outros iguais. Era um código de uma multidão que se escondia e agora, estampada nas roupas, muros e redes, é também um símbolo de uma multidão que se expressa em favor de um estilo de vida. A importância do quatro e vinte no universo cannábico não poderia ser melhor explicada do que pelas palavras do Growroom:

Porque, junto com outros símbolos da cultura canábica, o 420 é usado por nós, os excluídos, aqueles a quem é negada a existência legal, para nos ligarmos, nos conectarmos de forma universal e atemporal uns com os outros. O 420 e todos os outros símbolos servem para nos lembrar que a cultura canábica está sim fortemente relacionada com o tempo, o espaço, a história, o mundo. Que ela está viva, quente, pulsante, se reproduzindo, florescendo constantemente.

Para lembrar que ela acorda às 4:20 da manhã e toma chá às 16:20 da tarde. Serve para lembrarmos que a cultura da maconha é algo maior do que eu ou você. Para que, sempre

que vimos um número 420 estampado numa placa de carro, num letreiro de ônibus, ou na fachada de uma casa, lembremos que há uma comunidade de milhões de pessoas em todo o mundo que sentem a mesma paixão por essa planta que eu ou você sentimos. (GROWROOM, 2010)

2.1 Resignificando a proibição

A polêmica da atual “guerra às drogas” e a generalização das drogas enquanto entorpecentes degradantes têm encontrado terreno fértil para se disseminar no imaginário social nacional, ao mesmo tempo em que tem encontrado apoio ideológico de setores sociais de grande influência, a exemplo de setores do próprio campo científico, que têm apoiado a repressão em busca de subsídios científicos que legitimem o combate às drogas e seus usos.

A construção da maconha como “problema” estabeleceu um perfil estigmatizado de seus usuários, relacionando muitas vezes o “maconheiro” à ideia de degeneração viciosa que representa riscos eminentes à organicidade do espaço social e impulsionando, muitas vezes, práticas e discursos, sobretudo discursos médico-sanitários, que envolvem a repressão e a criminalização da maconha.

Durante o processo de criminalização na primeira metade do século XX, difundiu-se a ideia de que os usuários de maconha eram vadios, pervertidos sexuais, “rixosos”, “agressivos”, capazes de praticar “violências e crimes” e que seu uso causaria delinquência, imbecilidade e até mesmo a morte (DÓRIA, 1915, p.29). O discurso propagado era o de que a maconha era um vício das classes subalternas, considerando muitas vezes esses grupos como a escória da sociedade e criando a ideia generalizada dos usuários de maconha, comumente acusados de “maconheiros”, tidos como ladrões e assaltantes de alta periculosidade; logo, justificando-se o estigma e a perseguição policial (MOTT, 1984; SOUZA, 2015).

Tal discurso, somado aos relatos de prática de violência e crimes alarmantes envolvendo maconha e outras drogas, juntamente com discussões internacionais sobre o comércio de “entorpecentes”, serviram para respaldar o Decreto nº 4.294, em 1921, que passou a punir a venda de substâncias entorpecentes. O uso, no entanto, não era considerado crime e só passou a ser proibido onze anos depois, diferenciando usuário de traficante.

Preocupado em elaborar novas tecnologias de controle social das massas, o então presidente Getúlio Vargas, em 1938, lança o Decreto Lei que põe os usuários de tóxicos como doentes que necessitam de internação civil e interdição. Logo em seguida, o Código Penal de 1940 novamente determina punição apenas para o tráfico. Cabe salientar as várias mudanças na lei antidrogas em um período de 17 anos, o que revela uma dificuldade de delimitar o perfil do usuário, ora identificando-o como criminoso, ora como doente, ora como cidadão são e idôneo.

Na década seguinte, ainda acompanhando o processo de criminalização da maconha, a imprensa passa a publicar notícias que apontam o uso da maconha associado à desordem e ao “desvio de caráter”, alertando a população contra o ato que induz ao banditismo, servindo para disseminar a representação que já havia se iniciado no início do século, marcando profundamente “o modo como as novas gerações seriam prevenidas, instruídas, ou, surpreendidas por seus familiares (MACRAE & SIMÕES, 2004, p. 22).

Nos anos 1960, o alastramento do uso da maconha pelas camadas populacionais de classe média, principalmente entre jovens intelectuais e artistas que buscavam um estilo de vida alternativo, fez com que o debate acerca da estigmatização e da criminalização da erva se ampliasse. Surgiram novos espaços de construção e discussão sobre a erva, sobretudo nas universidades públicas federais, a exemplo da primeira manifestação pública a favor da descriminalização da maconha. Realizada na Faculdade de Filosofia de USP, em 1980, a partir dela foi elaborado um projeto de lei pela descriminalização que, infelizmente, não caminhou a passos largos na direção da legalização.

A primeira manifestação pública pela descriminalização da maconha se deu na forma de um debate na Fac. De Filosofia da USP, em junho de 1980. Cerca de 350 pessoas discutiram e ouviram o deputado estadual João Batista Breda (que com o juiz Mayrink da Costa elaboraria um projeto de lei pela descriminalização, que não deu em nada), o músico Jorge Mautner, o poeta Jamil Haddad, entre outros, colocaram que o uso da maconha deveria deixar de ser considerado crime. (JUNIOR, 1986, p. 153)

A representação social da maconha após a ampliação da sua discussão, principalmente entre os jovens, estabeleceu um novo estilo de vida mais contestador e reivindicatório acerca da liberdade e dos direitos individuais dos cidadãos. Mesmo com essa “revolução cultural”, a maconha e seus usuários já sofriam forte

estigmatização generalizada. Assim, esse estilo de vida passou a ser alvo dos interesses de grupos jurídicos, sociais e políticos de grande influência por representar, de alguma forma, uma ameaça à integridade e organicidade social.

MacRae e Simões (2004) apontam como outro fator preponderante na criminalização a oposição ao regime militar feita por alguns grupos comunistas e “revolucionários”, compostos majoritariamente pelos mesmos jovens intelectuais e artistas que faziam uso e ampliavam o debate acerca da maconha. Desta forma, o regime militar passou a vincular diretamente uma coisa à outra, tornando a maconha também inimiga pública do Estado por acreditar que a mesma induzia à subversão.

Assim, em 1968 se intensificou a repressão às tentativas de oposição ao governo. A repressão ao uso da maconha também passou a ser intensificada com a criação do Decreto Lei nº 385, que determinava que o comércio, posse ou facilitação de entorpecente ou substância que determine dependência física ou psíquica renderia reclusão de 1 a 5 anos e multa de 10 a 50 vezes o maior salário mínimo vigente no país. Logo, o Decreto Lei passou a ser aplicado sem que fosse feita distinção entre usuário e traficante, cabendo aos dois a mesma pena.

O alastramento do uso da maconha nas camadas de classe média foi de fundamental importância para a amplificação do debate sobre a criminalização das drogas, uma vez que, até então a maconha estava vinculada apenas às camadas subalternas da sociedade brasileira e cumpria o papel de elemento estigmatizador desses grupos. Como já mencionamos anteriormente, a figura do “maconheiro” era vista, na maioria das vezes, como a escória da sociedade.

Não obstante, as classes médias e alta passaram a se preocupar diretamente com o “problema” que a maconha representava e que agora atingia seus filhos. Ao mesmo tempo em que esses usuários eram recriminados pela família, enfrentando os estigmas já cristalizados acerca do “maconheiro”, esta também passou a defender um menor rigor nas penas para o usuário, afinal, os filhos da classe média, futuros médicos e empresários, não poderiam ser presos e punidos como os traficantes.

Em 1976, a Lei 6.368/76 voltou a diferenciar o traficante do usuário e os que fossem considerados dependentes não seriam presos. Os acusados pegos com maconha passaram a entregar laudos médicos que atestavam sua dependência, aumentando, desta forma, as estatísticas de viciados na droga. Robinson (1999) relata que foi entre os anos de 1970 e 1980 que houve uma maior divulgação na

mídia sobre a maconha, já que várias personalidades, como Paulo Ricardo, Lobão, Rita Lee, Gilberto Gil e o jogador de futebol Casagrande foram apreendidas com a erva.

Em agosto de 2006, a Lei 11.343 foi sancionada e o usuário de maconha foi novamente diferenciado do traficante, não sendo preso e nem mais visto como um viciado. Porém, continua sendo visto como um criminoso, sendo sua pena reduzida à prestação de serviço comunitário ou educativo. No entanto, a decisão de enquadrar quem for pego como traficante ou usuário fica sob a responsabilidade da polícia, fator que tem incentivado, por falta de fiscalização do próprio poder público, a prática da extorsão por parte dos policiais e de criminalização dos usuários por meio da implantação dos famosos “kits flagrante”. Até os presentes dias, esta tem sido a forma jurídica que rege a política de drogas no nosso país. Cabe acentuar mais uma vez que o fato da maconha ter se disseminado entre os jovens de classe média, principalmente entre intelectuais e artistas, foi decisivo para o início de um movimento pela descriminalização.

Em 1980, inicia-se no Brasil o debate sobre a legalização da maconha dentro das universidades públicas, que até o final da década de 1990 se restringiu a debates e simpósios nas próprias universidades, que contavam com a participação de pequenos grupos de políticos, pesquisadores, artistas e um pequeno número de profissionais de segurança pública. A partir de então, passaram a se formar dentro das universidades grupos de pesquisa sobre o tema, assim como grupos de ativistas de redução de danos, o que contribuiu para a ampliação do debate. No entanto, o tema dificilmente era pautado por outras esferas da sociedade, como os meios de comunicação tradicionais, cuja abordagem era comumente voltada para os malefícios da substância e o tráfico, sempre reiterando o caráter perigoso da planta (JUNIOR, 1986).

Enquadrada na categoria generalizante de droga, seu uso é visto a partir de uma perspectiva na qual a maconha representa um perigo à sociedade. Num estudo sobre o perfil do uso e do usuário de drogas na imprensa brasileira, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância, em parceria com o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da saúde, identificou que em 49% das matérias pesquisadas os usuários de drogas são retratados como agressores. De maneira similar, o principal tema abordado em 27,5% das publicações era a violência decorrente do uso, sendo que em 27, 2% dos casos a polícia é a principal fonte

ouvida. Em contraste, apenas 4,2% dos textos analisados retratam o usuário com sujeito de direitos e 2% abordam políticas que não envolvam repressão direta ou tratamento de saúde. Diante dos dados, concluiu-se que

(...) os usuários de drogas são vistos e tratados como risco para a sociedade e, portanto, hostilizados e transformados em bodes expiatórios. O imaginário social não consegue ver o uso de drogas como direito do indivíduo e, além disso, entende que se há uso, existe uma doença a ser tratada, ignorando que nem todas as pessoas que usam drogas precisam de tratamento, já que nem todo uso caracteriza uma relação obsessiva com a droga ou leva a algum tipo de doença. (MÍDIA e DROGAS, 2005, p. 18)

Durante meu Trabalho de Conclusão de Curso, pude fazer constatação semelhante no que diz respeito ao uso da maconha. Analisando o discurso de matérias do Jornal Nacional e do Fantástico sobre o uso da maconha, percebi um grande enfoque na representação do uso ora como crime, ora como doença, ainda que algumas matérias, já no final do período pesquisado (2009-2011), passaram a tratar a maconha também como um remédio (SANTOS, 2011).

Quando iniciei minhas primeiras buscas por informações sobre maconha na internet, tinha como motivação a consciência de que o estigma que me atingia era injusto, assim como a proibição da erva. Minha consciência, no entanto, carecia de argumentos para contrapor aqueles que me acusavam de financiar o tráfico, de estar estragando minha vida, de que aquilo era perigoso, e as incapacidades que me atribuíam explícita ou implicitamente.

Esta mesma insatisfação com a norma e suas sanções que me motivou a pesquisar sobre a maconha foi motor para que outros usuários, munidos de algum conhecimento técnico do mundo cibernético e de informações diferenciadas sobre a *Cannabis*, criassem espaços para disseminar informações sobre a maconha com viés antiproibicionista. É o que aponta Sergio Vidal em sua monografia sobre o *Growroom*, primeiro blog e fórum sobre a *Cannabis* no Brasil:

O *Growroom* nasceu, portanto, da ideia de criar um espaço de sociabilidade que funcionasse como um ponto de diálogo entre a cultura sobre a maconha que existia em outros países e os usuários brasileiros que não tinha acesso à essas outras realidades, nem tinha um espaço onde pudessem trocar experiências e dialogar com outros brasileiros. Além disso, Ira tinha como objetivo central promover o debate sobre a maconha dentro da comunidade de brasileiros. Ele acreditava que, se os brasileiros tivessem acesso à

existência de discussões sobre manifestações pela legalização e políticas e leis voltadas para a tolerância ao cultivo para consumo próprio, talvez começasse a surgir um movimento social no país que fosse baseado no autocultivo, como existia em diversos países desde a década de 1960. (VIDAL, p. 59-60, 2010)

Com o passar do tempo, as possibilidades de ação na internet se ampliaram e, com isso, ampliaram-se também as possibilidades e formas de participação. A existência de redes sociais que conectam mundialmente e permitem a produção, compartilhamento e interação com conteúdos multimídia, que encontram no Facebook seu exemplo de maior sucesso e convergência multimídia, permitiu a ação de um número cada vez maior de usuários na produção e difusão de conteúdos relacionados à *Cannabis*.

É possível encontrar na internet como um todo e, especificamente no Facebook, centenas de páginas com perfis variados, que utilizam estratégias e linguagens distintas para falar sobre a maconha, ampliando o universo cultural da *Cannabis*, mas continuamos em oposição às normas e, com isso, boa parte dos discursos produzidos dialogam, na medida em que se contrapõem, com os discursos proibicionistas. Seja através do humor, dos memes, da ironia, de imagens explicativas, da comparação, textos, vídeos, quadrinhos, animações, testes, pesquisas científicas ou produção jornalística, transmitimos mensagens que dizem que a maconha não merece o tratamento a ela dispensado pela sociedade.

Os(as) maconheiros(as) utilizam as diversas linguagens que a internet propicia e faz da informação sua arma política na disputa pelos significados sobre a planta que possam transformar a relação da sociedade brasileira com ela. Embora esta seja uma sessão específica para demonstrar as variadas maneiras que contrapomos os discursos proibicionistas ao defender a legalização, será possível perceber ao longo do trabalho como a proibição está intimamente relacionada aos conteúdos produzidos.

2.2 Maconha: uma droga?

O proibicionismo tem sido atualmente o modelo construído para lidar com a questão das drogas. No entanto, a definição a qual se refere a palavra droga não

tem encontrado um significado consensual, o que tem fomentado pensamentos, debates e discussões acerca da mesma. Segundo Carneiro (2005), a palavra droga é provavelmente derivada do holandês *droog*, que significa produtos secos e que, nos séculos XVI ao XVIII, servia para designar um conjunto de substâncias naturais utilizadas, sobretudo, na alimentação e na medicina, embora o termo também tenha sido utilizado na tinturaria ou como substância que poderia ser consumida por mero prazer.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerada droga “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento”. Dentro desta definição, muitas substâncias consumidas cotidianamente e de maneira legal, como o açúcar, café e medicamentos farmacêuticos no geral, são drogas (CARNEIRO, 2005, 2008; FIORE, 2004; 2008), mas, apesar disso, nem todas essas substâncias estão submetidas à criminalização imposta pelo proibicionismo.

Outra definição de droga considera que “as drogas consideradas substâncias psicoativas são aquelas utilizadas para produzir alterações nas sensações, no grau de consciência ou no estado emocional, de forma intencional ou não” (SENAD apud FIORE, p. 07, 2004). Esta definição também fundamenta o proibicionismo da maconha e tem sido bastante refutada, no sentido de desmistificar a relação da sociedade com a maconha ao compara-la com outras substâncias capazes de alterar o estado de consciência, que tem o seu consumo não somente permitido, mas também incentivado: o álcool.

Por ora, já sabemos que a criminalização de algumas substâncias decorre do movimento proibicionista do século XX, surgindo a partir das ideias hegemônicas de pequenos grupos individuais detentores do monopólio político e social. Esta ideologia se estabeleceu apoiada na estigmatização dos usuários de certas drogas, como a maconha, adequando-se às demandas contextuais de controle social, carregada por ideais racistas e excludentes que têm criminalizado a pobreza e aberto portas para as intervenções violentas do Estado, que considera muitas vezes esses sujeitos como desviantes e transgressores.

Todavia, ao analisarmos o estigma construído pelo proibicionismo em relação ao consumo de maconha, podemos perceber a forma generalizada assumida pela criminalização. Neste sentido, a estigmatização tinha a ver com o fato de revelar

aspectos da vida cotidiana dos subalternos aos quais a acusação de “maconheiro” era aplicada (SOUZA, 2015, p. 93). Em MacRae (2010), podemos ainda encontrar a relação entre o “subversivo” e o “drogado” ligada ao “maconheiro” evidenciada por Gilberto Velho (1981), em que ele aponta que, enquanto acusações totalizadoras, elas cumprem o papel de tornar esses indivíduos como moralmente nocivos. Ao mesmo tempo em que uma representaria a imagem de um indivíduo criminoso e violento, a outra representaria a ideia de um parasita fugindo às suas obrigações.

Podemos inferir que a criminalização da maconha se fundamenta muito mais no controle social das massas populacionais, herdado do Estado totalitário, do que no “perigo” que ela mesma e o seu uso podem representar. O Facebook é então amplamente utilizado para contestar o rótulo de droga aplicado à maconha, em especial ao denunciar os efeitos nocivos do álcool, legalizado, em comparação com a maconha, proibida. O Brasil, segundo relatório lançado pela Organização Pan-Americana de Saúde em 2015, é o terceiro país das Américas que mais consome álcool (ONU, OPAN 2015). *Pesquisadores afirmam que o álcool é 114 vezes mais nocivo do que a maconha no corpo humano* (GREGO, 2015) e *Número de mortes pelo álcool supera Aids, tuberculose e violência juntos* (CORREIO BRASILIENSE, 2014) são algumas das notícias compartilhadas que visam suscitar o debate sobre a arbitrariedade de sua proibição.

Dessa forma, usuários de maconha têm denunciado historicamente a contradição existente na proibição da maconha e no estigma em torno do seu uso através da poesia, da música, da ciência, da política e das artes em geral, chamando a atenção para uma infinidade de substâncias que podem ser consideradas drogas e que são socialmente aceitas. Ultimamente, uma das formas que tem se destacado no antiproibicionismo tem sido a de se contrapor ao discurso hegemônico social acerca das drogas no Facebook, questionando o que é considerado droga ou não pela nossa sociedade.

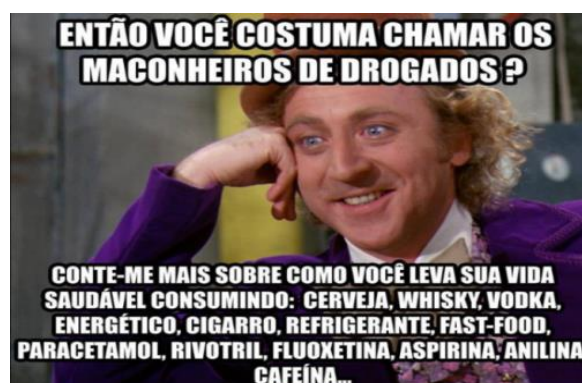


Figura 9 Fonte: Facebook Diário da Erva



Figura 10 Fonte: Facebook Frases da Maconha

Esta contradição tem sido bastante explorada nos discursos antiproibicionistas e podemos encontrar expressas de maneiras variadas no Facebook, sendo evidenciado pelos usuários que substâncias como o álcool são utilizadas de maneira legal e produzem efeitos até mais maléficos em nosso organismo e na sociedade do que algumas substâncias proibidas. Diante disto, podemos perceber o caráter arbitrário da proibição objetiva de algumas substâncias, tendo em vista o grau de risco que cada uma representa em sua totalidade.

A comparação entre álcool e maconha é bastante explorada através de memes, vídeos e matérias sobre pesquisas científicas que desmistificam a periculosidade da maconha ao compará-la com outras substâncias legalizadas. Através das imagens ilustrativas dos memes e dos vídeos, quase sempre carregados de humor, evidenciam-se os efeitos do álcool enquanto ‘droga’ capaz de alterar o estado de consciência, não apenas para mostrar a seletividade de aplicação do critério utilizado para legitimar sua proibição, mas também para denunciar, por meio da comparação dos efeitos produzidos, que a maconha é menos nociva que o álcool e, ainda assim, aquela é proibida e este é legalizado.



Figura 11 Fonte: Facebook Quebrando Tabu



Figura 12 Fonte: Facebook Legalize Já

08 de setembro de 2017. Acabei de assistir a um vídeo ótimo! O humor tem sido uma importante arma nessa guerra pela constituição dos significados. O audiovisual também. Dois caras estão sentados em um bar tomando cerveja. Tudo vai bem até que um deles diz que vai sair “pra fumar esse fininho”. O outro amigo logo se altera “Porra!! Maconha velho!”. Os argumentos de sempre, “eu não financio o tráfico”, “essa porra deixa as pessoas lesadas irmão”, acompanhada de mais cerveja e frases machistas e homofóbicas, com armas de fogo em plena atividade enquanto grita “aqui é birta irmão”. No fim, bêbado, ele se retira pra “pegar o filho na escola”, quem sabe “bater um racha na marginal” e “fazer sexo sem proteção”. Em seguida o maconheiro acende o beck e é morto pela polícia. O vídeo apela pro exagero e concentra na figura do bebedor de álcool o discurso proibicionista com as práticas nocivas de um possível “cidadão de bem” que consome álcool, denunciando a hipocrisia da intolerância ao uso da maconha. (Diário de Campo)

18 de outubro de 2016. Curioso, mas durante toda essa semana uma matéria repercutiu imensamente no meu Facebook. Ela não é nova,

pois eu já tinha lido ela há alguns meses atrás, compartilhada não me lembro em qual grupo. Clico novamente no link. É bom reler, bom também saber o que ganha repercussão. “Não é a maconha! Álcool é a ‘porta de entrada’ das drogas, aponta pesquisa”, diz o título da matéria do Huff Post Brasil que fala sobre uma pesquisa realizada nos Estados Unidos que conclui que “O álcool é a primeira substância consumida por pessoas que mais tarde apresentam problemas com o uso de drogas” (NARDINI, 2016). S, ao compartilhar comentou “Qual a novidade?”. De fato, é recorrente nas rodas de maconha se chegar a essa conclusão, mas agora parece que ter matérias com a ciência comprovando isso é uma ótima oportunidade para compartilhar e dar visibilidade a algo que vai de encontro a um dos principais argumentos para proibir a erva, a ideia de que usá-la vai nos levar ao uso de outras substâncias mais pesadas. Vejo poucos comentários nas postagens, mas em algumas há bastante compartilhamento. Um primo foi o último a compartilhar, me motivando a fazer o registro desse pequeno acontecimento. Ainda bem que aqui podemos compartilhar isso para muito além das rodas.” (Diário de Campo)

No entanto, entre os próprios usuários, concordar com as definições do que é droga, de modo a encarar a maconha enquanto tal, não é um consenso. Muitos usuários creem que, por ser natural ou benéfica, a *Cannabis* não deva ser classificada como uma droga. Por outro lado, muitos partem do conceito estabelecido de droga como as definições acima mencionadas, considerando a maconha enquanto tal, mas questionando o seu status de ilegal. Acompanhei um pouco dessa desta controvérsia a partir de uma postagem.

12 de abril de 2017. Estou há algum tempo no celular, entre um aplicativo e outro, sem muito foco e com um pouco de tédio. Parei um pouco no Facebook e confesso que já perdi um bom tempo deslizando o dedo enquanto minha mente vagueia entre o fluxo de informações e as coisas da vida. Começo a me cobrar o registro dessas experiências e passo a ser mais atenta ao que está acontecendo na tela. Tudo tão naturalizado que de fato é um esforço investigar, captar o que se revela e o que se desdobra em cada ato. Devo descrever a minúcia do que é visto ou da experiência? Concentrar meus sentidos numa experiência livre ou numa observação atenta? Não sei, mas algo finalmente me chama a atenção. Não por ser um grande evento, mas pelo seu potencial de me revelar sentidos. DN posta uma questão no grupo Plantar Pra Não Comprar e eu me ponho curiosa para ver as respostas. “Desculpe a pergunta! Mas vcs acham que maconha é uma droga?” (sic). Alguns comentários:

WT - Sim. Altera sua percepção (assim como outras drogas, por exemplo o álcool) e pode ser usada para tratar diversos males (assim como as drogas legalizadas da indústria farmacêutica)

JN - Sim. Não nesse estereótipo de drooooga(no sentido de uma coisa ruim) mas é sim. (sic)

FB. - na verdade se chama Cannabis, pessoas com a mente cerrada acham que marihuana é uma droga, na argentina foi legalizado para produção de remédio (um exemplo mais perto do brasil), aqui esta ajudando pessoas que sofrem de epilepsia crônica, a questão da legalização é questão de não pensar apenas em si mesmo mas também no próximo. droga é oq é industrializado, e isso é natural.(sic)

RH em resposta a FB - Remédio é uma droga

LN em resposta a RH - RH remédio é fabricado correto ? e maconha ? vc fabrica ela tbm? (sic)

RH em resposta a LN - LN (marcação) Man, o veneno vem de uma planta tb, se gostamos de maconha blz, mas temos que saber que é uma droga e seu uso em excesso faz mal como qualquer outra coisa nesse mundo kkk (sic)

LS - (na mesma conversa): caralho mano é droga mano n interessa se é bom ou ruim (sic)

CM - De forma alguma!!! (sic)

BZ - Significado de droga definido pela ANVISA é todo tipo de substância que altera o funcionamento do nosso organismo....Então sim ! É uma droga (sic)

AJ - Maconha é uma erva (sic)

WT - Enfim, já dei minha opinião. Tem gente que não gosta de chamar ayahuasca e maconha de drogas por causa de todo aquele estigma associado à palavra droga. Estigma esse que temos que desconstruir se quisermos fazer uso medicinal da Cannabis (sic)

BDJ - Nao, Droga pra mim é : bebidas alcolicas, cocaina, crack. Bom resumindo tudo aquilo que é produzido pelo homem. Vc ja viu dar crack na arvore? Nao ne.

Ja *MACONHA* sim (sic)

JVT - Droga é o nosso sistema (sic)

CO - Maconha é medicina. (sic)

Muitos comentários, mas a discussão girava em torno dessa controvérsia. Os que entendiam como droga tudo que altera o organismo ou que “dá onda” consideravam a maconha enquanto droga, mesmo defendendo que isso não quer dizer que ela faça mal; os que interpretavam droga como algo ruim, nocivo ou quimicamente produzido, defendiam que a maconha não é uma droga, por que é boa, é “remédio” e é “natural”.

(...) Recebi muitas notificações durante a semana. Um link de entrevista de Betty Faria, atriz, à Pedro Bial em que ela diz que “maconha não é droga” e mais algumas divergências. Alguém suspeita, pelas postagens de pessoas afirmando que maconha é uma droga, que “há cana infiltrado”, outros concordam. Outro reclama que só porque alguém acha que maconha de droga já

acusam ele de cana infiltrado. A conversa acaba com o frequente “Eu não vejo como droga (...)o que a lei ou o que fUlan.. ou beltrano pensa .. oh nem ligo..” (sic) . BF, arrisca uma definição mais exata de droga pra explicar por que maconha não é uma: (sic)

BF - “como nao, se liga no nome DROGA sinonimo de algo ruim, maconha n te mata brother e ponto é planta! cocaina é planta antes de ser totalmente mexida quimicamente”. KHB: Cannabis não é Droga não, é Planta filhote! Chamar Cannabis de Droga é coisa de Comunista, Crime de Contra Informação.” (sic)

FN tentou o consenso a partir de uma abordagem contextualizada::

“Depende sobre que parametros vc quer discutir, se vc for falar em farmacos, paracetamol é droga, doralgina é droga, tudo isso vende na drogaria, se vc fizer um composto que utiliza THC ou CBD e vender na drogaria vai ser droga.

O problema é usar a palavra droga no sentido estigmatizado, ai vc põe maconha no mesmo patamar de Heroína, Crack, cocaina, ópio, nesse caso deveria se discutir se maconha é uma drogacasse 1 ou não, ou seja, da lista das proibidas que fazem muito mal a saude e a sociedade, mas se reparar, a própria lista é muito antiga e foi construída sobre um regime pilotico-socio-economico muito antiquado, ainda com muitas raizes no racismo, e outros preconceitos do nosso caro amigo NIXON. E a propria lista deveria ser toda estudada, todos as drogas reavaliadas, e talvez até criar um novo diagrama de lista, com outras características e peculiaridades de cada uma para regulamentar e definir o que pode ser usado e como.

Agora se a sua vó tinha costume de fazer um chá com casca de arvore, pra te curar de dor da barriga, chá de alho, com nun sei o que pra curar dor de estomago, limão com maezena. E se por sua sorte, vc tem uma vó que faz chá de maconha, ou outras coisas, ou vc mesmo decide vaporizar, ou ingerir maconha, para alivio de algum sintoma, em vez de falar droga, vamos usar o temo fitoterápico.” (sic)

O que pude perceber diante da controvérsia é que os dois modos de considerar a maconha não se opõem em termos de quem diz que não é droga e defende sua legalização e quem diz que é droga e defende sua proibição. Pelo contrário, os dois grupos partem de entendimentos diferentes, tanto em relação à noção de drogas, quanto em relação à sua proibição. Os que possuem o entendimento de que droga é aquilo que faz mal e ou que é química, parecem diferenciar que o que é ruim, faz mal e tem química merece ser classificado como droga e ser proibido. A maconha seria injustamente ilegalizada por ser “boa”.

Enquanto isso, os que defendem que a maconha é uma droga por alterar o organismo, colocam-na em comparação com outras substâncias que alteram organismo, mas são regularizadas. Para esse segundo grupo, a injustiça está em algumas drogas serem proibidas e outras não, abrindo espaço para se questionar não somente a proibição da maconha, mas das drogas como um todo. Por fim,

alguém tenta explicar os dois pontos de vista e busca assumir um outro, da maconha enquanto fitoterápico, que busca afastar o conceito estigmatizado de droga sem negar as propriedades da maconha, ressaltando seus efeitos benéficos.

Ainda que não haja consenso quanto a sua classificação enquanto droga, a baixa periculosidade do uso da maconha é explorada de maneira criativa pelos usuários cibernautas a fim de combaterem o preconceito. Esses são apenas alguns exemplos, dentre muitos, de como os maconheiros utilizam o Facebook para contestar o estatuto de “droga” ou de “droga ilícita” atribuído à maconha e que traz como consequência a estigmatização do usuário, também combatida através da internet.



Figura 13 Fonte: Facebook Chá da Paz



Figura 14 Fonte: Facebook Maconheiro Memo

Em relação aos estigmas do maconheiro “drogado”, vimos a denúncia de que hoje em dia, de alguma forma, todos usam drogas. Em contraposição à representação perpetuada do maconheiro como vagabundo, bandido e *hippie*, são disseminados pelos usuários variados exemplos de maconheiros bem sucedidos que não correspondem a esses estereótipos. Os exemplos de usuários bem sucedidos em sua vida pessoal e profissional são importantes também por desmistificarem a ideia de que “se você usa maconha, nunca será ninguém na vida”, comumente utilizada para afastar jovens e que acaba afetando a autoestima de usuários que acreditam nesta sentença. Seus usuários não estão mais fadados a uma vida de fracasso, ainda que a sociedade, por meio da estigmatização, crie condições para tal. Cada nova celebridade que se revela é celebrada na internet, que comemora com entusiasmo mais uma prova de que o uso da maconha não é tão nocivo como o de muitas outras substâncias, inclusive legalizadas.

2.3 Mil e uma utilidades

Além dos seus conhecidos efeitos psicoativos, a maconha possui diversas aplicações, muitas delas conhecidas durante milênios. A planta pode ser quase que totalmente aproveitada, servindo seu caule e talos grossos na fabricação da fibra têxtil e a semente na produção de óleo e produtos cosméticos. Além de ser muito rica em proteínas, as folhas servem tanto para a fabricação de cosméticos como de medicamentos, as flores são ricas nas substâncias psicoativas e medicinais. Ao todo, a planta da *Cannabis* é aproveitada na produção de biocombustível, roupas, sapatos, óleo, perfumes, cremes, ração para bichos, fibra na construção de casas e carros, remédio no tratamento de doenças como câncer, AIDS, glaucoma, esclerose múltipla, atuando também como anticonvulsivo, relaxante muscular e analgésico (ROBINSON, 1999).



Figura 15 Fonte: Facebook Revolução Verde



Figura 16 Fonte: Facebook Charas

Informações sobre os múltiplos usos da maconha estão disseminadas no Facebook, assim como em outros lugares da internet. Dentre os seus usos, o medicinal é o mais abordado, constituindo-se em uma militância específica, com presença constante tanto nos grupos e páginas como nas mensagens compartilhadas por amigos, como abordaremos mais adiante.

Durante o trabalho de campo, imagens como as referidas acima apareceram no meu Feed apenas quatro vezes: uma publicada na página *Lombra*, outra compartilhada por um político antiproibicionista. As outras duas foram a partir da página *Maconha Industrial* que, como o próprio nome já diz, pretende abordar o uso

com tais finalidades e reúne links de publicações de fontes variadas, que incluem concreto a base de cânhamo para construção de casas, carros, sapatos, roupas e bolsas e até avião feitos com suas fibras.

O vídeo do programa “Um pé de quê”? (2009), do Canal Futura, foi compartilhado por um amigo do Face em sua Linha do Tempo. Nele, Regina Cazé conta a história da maconha e aborda seus múltiplos usos. Mas, de fato, a forma como essas informações mais apareceram para mim foi através de links de matérias sobre o tema. Em 2016, apareceu a primeira delas após ter iniciado a pesquisa. Foi a publicação “A maconha pode salvar nosso mundo” (2015), do blog *Tudo Sobre Plantas*, compartilhada no grupo *SmokeBud*. O título sugestivo chamou minha atenção e abri para ler.

Em seu conteúdo, são detalhados os diversos usos e seu benefício em relação à produção através de outras fontes de matéria prima. Em especial, situa a maconha como uma importante alternativa ao petróleo por poder produzir praticamente tudo o que é feito a partir do petróleo, desde combustível, plástico, produtos de limpeza, tintas, cosméticos e materiais de construção, mas de maneira ecologicamente correta.



Figura 17 Fonte: Facebook Legaliza Brasil



Figura 18 Fonte: Facebook Legaliza Brasil

Encontrei ainda durante esse tempo outras publicações referentes ao uso industrial da *Cannabis* por seu aspecto versátil. O *Smoke Buddies* publicou uma matéria sobre a aplicação do cânhamo na construção.

14 de abril de 2017. “Cânhamo, o futuro da construção”, diz o título de uma matéria que acabou de aparecer em meu Feed, compartilhada pela página *Revista Maconha Brasil*. Tenho uma curiosidade especial por bioconstruções e nada poderia ser mais interessante do que casas feitas de maconha. Clico no link e logo já estou na página do *Smoke Buddies*. A princípio, a matéria diferencia o cânhamo da maconha, seus diversos usos e o renascimento do uso industrial após Obama assinar uma lei que permite aos estados criarem legislações próprias para pesquisas e desenvolvimento do cânhamo industrial. Após a contextualização passa a falar do *HempCrete* e suas diversas vantagens: “De acordo com a *EcoBuilding.org*, o *HempCrete* é um material isento de toxinas, não é atacado pelo mofo nem por pragas e é resistente ao fogo. Por se tratar de um material auto-isolante, o concreto de cânhamo pode minimizar a necessidade de aquecimento, refrigeração e controle de umidade dentro de casas.” (*Smoke Buddies*, 2017) Não vi grandes novidades, mas, no meio da matéria tinha um link para outra sobre um avião feito de cânhamo (*Smoke Buddies*, 2015). Cliquei e segui o fluxo das informações e de minha própria curiosidade. Os benefícios apresentados seguem a mesma linha do *HempCrete*, ressaltando a sustentabilidade como principal característica. No entanto, uma ameaça é apresentada como empecilho a sua implementação: a falta de investimentos em projetos envolvendo a *Cannabis*. Como alternativa, na captação de recursos foi criada uma campanha online para arrecadar fundos. No fim da página, outra matéria me chama

atenção, todas envoltas nesse tema que acabei de mergulhar. É uma notícia um pouco antiga. De 2015, assim como a do avião, que apresenta inovações tecnológicas ligadas à maconha. Tinha carro, avião, aplicativos semelhantes ao Tinder e Foursuare, só que específico para maconheiros e também aplicativos informativos e de redução de danos, venda legalizada da erva online, delivery de maconha e até bolsa que veda cheiro produzida por uma marca especializada em acessórios para maconheiras. Fui para uma matéria detalhada sobre esta última invenção que me seria muito útil. Ouvi um barulho na porta. Ela chegou e eu me dei conta do tempo eu passei nessa pequena divagação pelo mundo cannábico, larguei o celular para aproveitar um outro tipo de companhia. (Diário de Campo)

No Facebook também conheci linhas de cosméticos (*Beleza pura: conheça cosméticos inspirados na maconha*, 2017), tênis (*Tênis de cânhamo ou Sapatona*, 2016), roupas, bolsas e até supositórios a base de Cannabis (*Supositório de maconha promete acabar com dor de cólica menstrual*, 2017). Este último tendo como principal característica os efeitos medicinais da planta. Como já foi dito, aplicações medicinais da maconha é um dos temas com maior visibilidade e repercussão no Facebook e se constitui em importante argumento no enfrentamento dos discursos proibicionistas.

O proibicionismo tem sido duramente enfrentado a partir da compreensão da guerra às drogas como uma política de extermínio direcionada às populações negras e periféricas, o que explica o fracasso dessa política no controle efetivo ao consumo de droga.

2.4 O mercado da maconha em expansão

Desde que, em 2014, o Colorado legalizou o uso recreativo de maconha, sendo acompanhado por mais nove estados americanos, que a maconha tem sido vista sob nova perspectiva, a de um importante mercado que pode movimentar a economia, gerando lucros, tributos e empregos. Neste sentido, a experiência desses estados não tem deixado a desejar. Notícias com esse viés aparecem desde 2015 em meu Facebook. Elas anunciam o potencial da maconha como um negócio capaz de gerar fortunas e até mesmo tirar o país da crise, tendo como principal argumento a experiência norte americana.

Multiplicam-se o número de notícias de novos produtos à base de maconha no mercado e o seu uso, industrial, recreativo e medicinal impulsionados pela lógica do mercado que busca sempre por novidades, como apresenta a matéria da UOL, “Maconha vira ingrediente gourmet nos Estados Unidos” (2016). Ao mesmo tempo, é anunciado o quão lucrativo é esse mercado, o quanto a iniciativa privada e o Estado podem lucrar, quantos empregos podem gerar e os benefícios que a circulação de todo esse dinheiro pode engendrar. “A indústria canábica já empregou mais de 122 mil pessoas nos EUA”, dizem as páginas *Smoke Bud* e *Maryjuana*, “De 165 mil a 230 mil trabalhadores na indústria da maconha nos EUA”, *DaBoa Brasil*; “Colorado, nos EUA, vende mais de US\$ 1 bilhão em maconha em 2016”, noticia o *Extra*.

Os números não deixam dúvidas quanto aos benefícios da maconha comercial. Uma frase que seguiu diversas postagens sobre o lucro gerado pela legalização no Colorado e seu impacto ao redor do mundo evidencia essa perspectiva ao colocar a maconha no centro da economia. “Contra a crise, legalize”, virou slogan compartilhado a cada nova informação sobre os números alcançados nos Estados Unidos, sobre consultorias sobre uma possível legalização no Brasil e como medida já adotada por outros países que estão regulando a maconha como forma sair da crise econômica em que se encontram, como nas notícias “Porto Rico aposta na maconha para combater a crise econômica”, de *DaBoa Brasil*; e “Grécia aposta na maconha medicinal para estimular investimentos”, de *Economia UOL*.

Num momento em que o Brasil enfrenta profunda crise econômica, com taxas alarmantes de desemprego, a maconha é apresentada como a salvação para os problemas do país: “Legalização de maconha medicinal no Brasil pode movimentar R\$ 4,5 bi”, diz consultoria, *Folha de São Paulo*; “Arrecadação total de impostos com legalização da maconha no Brasil seria de R\$ 36 bilhões ao ano”, *Smoke Buddies*. Mesmo ainda não sendo legalizada, já é possível perceber como a maconha tem constituído um importante mercado no Brasil, como percebeu o jornal *O Globo*: “Lucrativo mercado legal de produtos para maconha se expande no Rio”.

Acompanhando o blog *Hempadão*, que desde 2009 atua como revista eletrônica destinada à cultura cannábica, percebi a expansão dos negócios voltados para usuários de maconha. No início, algumas tabacarias anunciavam timidamente no blog. Aos poucos, a quantidade e variedade de anúncios foram aumentando, assim como o espaço destinado a eles. Logo o blog se transformou em página, criou novas colunas, chegou às redes sociais e, em 2017, passou a ter uma versão

impressa mensal, graças aos anunciantes, que vão desde tabacarias, bancos de semente de maconha, marcas de roupas e sedas à lojas de produtos para cultivo.

Além do *Hempadão*, outras páginas foram surgindo e se profissionalizando graças a existência de anunciantes de produtos que têm no maconheiro o seu público central. Num mundo onde as identidades foram transformadas de maneira a alimentar uma indústria do consumo, novas modas e necessidades são construídas ao redor do hábito de fumar maconha. Roupas, músicas, *bongs*, vaporizadores, equipamentos para o plantio, sedas, cachimbos, livros, revistas, sementes, artistas e variados acessórios para fumo compõem o repertório disponível para consumo capaz de seduzir uma diversidade de pessoas que tenham em comum o hábito de fumar maconha.

Todas as postagens observadas sobre a legalização do Colorado e de outros estados norte-americanos falavam sobre lucro, mercado, negócio, impostos ou investimento. Essas formações discursivas enunciam os impactos econômicos positivos da legalização para economia do país.

Enquanto no modelo norte americano a ênfase está no desenvolvimento econômico, a iniciativa pioneira do Uruguai de legalização da maconha em todo o país possui outras especificidades que justificam a sua importância e repercussão. Muito menos atento ao potencial econômico, um dos fins da legalização no Uruguai é o combate ao narcotráfico e o modelo adotado está atrelado à outra perspectiva: a autoprodução e o controle do Estado.

2.5 A “guerra às drogas”

O proibicionismo tem sido historicamente a forma com a qual as autoridades nacionais têm encarado o problema das drogas em nossa sociedade. Com isso, o combate ao tráfico das drogas consideradas ilícitas tem engendrado mecanismos de extermínio e exclusão legitimados pelas próprias práticas estatais de segurança pública, que em vez combaterem o mercado ilegal de drogas, ofuscam e protegem os verdadeiros responsáveis pelo narcotráfico (VIANNA; NEVES, 2011).

Dados jornalísticos e pesquisas acadêmicas têm revelado que, ao longo desses anos de proibição, nenhuma lei antidrogas combateu de fato a circulação e o tráfico de entorpecentes. Dessa forma, essas leis têm sido o fator chave de

crescimento da crise que atualmente atingiu a Segurança Pública e o sistema penitenciário. No Brasil, 32,6% da população carcerária responde por crimes de envolvimento com tráfico de drogas, ou seja, um a cada três presos responde por tráfico hoje no país. Realidade que tem sido potencializada desde uma alteração na Lei de Drogas, em vigor desde 2006, e que vem impulsionando o aumento do número de presos em 339% de 2005 a 2013 (VELASCO; D'AGOSTINO; REIS; 2017).

A relação das mulheres com o tráfico também não tem sido incomum. Entre 2000 e 2015, a população carcerária feminina aumentou em 51,6% na América Latina (CASTRO, 2017). No Brasil, o número de mulheres encarceradas de 2000 a 2012 subiu 246% devido ao acirramento da Lei de Drogas, em vigor também desde 2006, atingindo a faixa de 70% a 80% da população carcerária feminina.

Atualmente, podemos considerar o tráfico de drogas como o maior mercado criminoso do mundo, uma atividade ilícita de lucros hiperatrofiados, que funciona sem nenhum tipo de regulação ou lei (FIORE, 2005; 2012). O Relatório Mundial sobre Drogas (UNODC, 2014) revela que as drogas movimentam cerca de 320 bilhões de dólares por ano e que, dentro de um contexto mercadológico mais amplo, o tráfico tem se configurado como um dos mercados mais estáveis e violentos ao mesmo tempo.

O comércio ilegal de drogas tem movimentado bilhões de reais por ano no Brasil. No entanto, essa guerra tem causado consequências alarmantes quando nos referimos à guerra na prática. Investimentos expressivos em armamentos e inteligência têm sido recorrentemente anunciados nos principais setores e Secretarias de Segurança Pública do Estado. Em contrapartida, os verdadeiros responsáveis por esse tráfico de drogas não são perseguidos e as principais vítimas dessa guerra continuam sendo as camadas mais pobres e subalternizadas do país (FIORE, 2005, 2012), que sobretudo, veem no tráfico de drogas uma forma de sobrevivência.

A proibição de certas substâncias e de algumas manifestações culturais trazidas ou influenciadas pela vinda dos negros da África no Brasil possui um caráter repressivo no sentido de ocultar ou dizimar as orientações culturais, crenças e costumes desses povos. Logo, me sinto permitida a afirmar que, dentro desse contexto a maconha, o crack ou a própria cocaína podem se configurar como

dispositivos legitimadores da violência utilizada pelo Estado no combate a certos contextos culturais.

Apesar de serem as principais vítimas dessa guerra, negros e negras no Brasil têm sido enquadrados como os verdadeiros inimigos do Estado. Dessa forma, a Polícia tem feito com que o tráfico de drogas seja o maior responsável pelo encarceramento em massa e pelo extermínio em curso de jovens negros, o que revela que, por mais que o número de detidos cresça, de fato, essa guerra não tem combatido a produção e comercialização das drogas.

O combate ao tráfico de entorpecentes tem se configurado basicamente como um mecanismo de extermínio e exclusão dos sujeitos lidos como inimigos nessa guerra. Assim, no Brasil, as principais vítimas desse combate às drogas têm sido os usuários pobres, negros e marginalizados que se enquadram na representação mítica do traficante ligada à violência, a pobreza e a criminalidade que tem, a partir disso, legitimado o extermínio, a neutralização e os choques de ordem contra esses espaços e indivíduos.

A figura do traficante, por sua vez, tem sido construída e representada a partir de ideias estereotipadas que constituem um mito que articula periculosidade, falta de humanidade e criminalização da pobreza em prol da marginalização desses indivíduos. Logo, a condição de pobreza valida e legitima o extermínio e a exclusão, ao passo que é associada à violência e à perversão discutidas por Coimbra e Nascimento no *mito da periculosidade*, como explicam Vianna e Neves.

Trata-se de um mito que articula periculosidade, falta de humanidade e criminalidade à pobreza, que representa uma instrumentalização clara do *Racismo de Estado*: por serem pobres, são perigosos; se ainda não fizeram algo efetivamente suspeito, a condição de pobreza indica que há uma predisposição latente para tal esperando apenas o momento propício para se manifestar. Há de se suspeitar sempre dos pobres, e por isso, há de se exercer o controle sobre estes. (VIANNA; NEVES; 2011, p.34)

A intolerância imaginada, que defino como uma estigmatização da maconha, nos revela que aspectos negativos acerca das identidades dos usuários e dos traficantes em si que são construídos em torno de ideias generalizantes, eivadas do teor violento e excludente que tem motivado e impulsionado as atividades repressivas e violentas que partem do aparato militar e jurídico do Estado contra esses agentes. Esta perspectiva representativa traz consigo os mais diversos

mecanismos de constrangimento aos usuários e traficantes, seja no momento de uma abordagem policial, onde o abuso do poder é expresso, ou numa conversa entre amigos que não toleram o uso da maconha, quando a repressão vem por meio de comentários negativos ou retaliações acerca dos usuários e traficantes.

No entanto, cabe salientar que a guerra às drogas tem se constituído ao longo desses tempos como uma guerra contra pessoas, focalizada e exercida de forma mais violenta nas zonas periféricas e de maior pobreza dos centros urbanos. (PASSOS; SOUZA, 2001). Neste contexto, a repressão estatal tem se caracterizado como uma tecnologia de controle social das camadas subalternizadas, uma vez que a associação naturalizada entre drogas e marginalidade tem desviado a responsabilidade de outras instituições estatais em relação à ineficiência das estruturas vigentes.

A mistificação da imagem do “traficante” tem impulsionado diretamente a militarização das atividades policiais, seja no Brasil ou em outras partes do Mundo, intensificando a repressão contra produtores, comerciantes e consumidores, tendo como alvo preferencial os agentes mais vulneráveis, que são os cidadãos negros marginalizados percebidos como potenciais criminosos e perturbadores da ordem social, que devem ser reprimidos e combatidos a qualquer custo (KARAM, 2013).

De fato, a vinda da maconha com os escravos e o histórico do seu uso em camadas subalternizadas no pós-abolição cooperou e tem cooperado com a ideia estigmatizada que geralmente se tem sobre a diamba. Neste contexto, o conceito de periculosidade atrelado à pobreza e a violência se caracterizam como categoria fundante da ideia constituída de “inimigo do Estado” ligada ao traficante, que tem incitado a seletividade punitiva em relação aos crimes vinculados à questão das drogas (VIANNA; NEVES, 2011) (LUIS, 2005) (PASSOS; SOUZA, 2011).

Temos observado que, mesmo com o objetivo de conter a produção e o comércio de entorpecentes, o movimento repressivo da “guerra às drogas” apoiado nos aparatos militares e jurídicos estatais tem cada vez mais revelado o seu caráter de fracasso no que diz respeito à contenção do fluxo de drogas no território nacional. Paralelamente, sob o pretexto de combate as drogas, essa política repressiva tem sido usada na legitimação da repressão de indivíduos que, de alguma forma, mantenham relação de consumo ou comercial com as drogas consideradas ilícitas.

Neste contexto, são alvos da política repressiva substâncias como o crack, a cocaína e a própria maconha, o que, conseqüentemente, deixa drogas mais

depressoras, como o álcool, imunes ao debate do controle e redução de danos, sendo seu uso muitas vezes incentivado através de grandes campanhas publicitárias. Apesar das campanhas políticas e publicitárias em prol da repressão desses entorpecentes ilegais, pouco tem se discutido acerca de suas regulamentações ou legalizações.

Ainda no período de 2017, uma notícia que circulou bastante no meu feed do Facebook foi a defesa e o apoio à legalização do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, onde o ministro alega que uma das soluções para a crise do sistema penitenciário seria a legalização da maconha e, conseqüentemente, da cocaína. Segundo Barroso, a política de enfrentamento que se tem feito hoje no Brasil não tem alcançado resultados objetivos em relação à produção e distribuição das drogas, e que tem provocado a superlotação do sistema penitenciário em decorrência dos altos índices de crimes relacionados a drogas:

Isso depende de legislação, mas eu acho que é preciso superar preconceitos. É preciso lidar com o realismo de que a guerra às drogas fracassou. E agora temos dois problemas: a droga e as penitenciárias entupidas de gente que entra não sendo perigosa e sai sendo perigosa. Portanto, eu acho que a maconha devia ser uma primeira etapa e deveria ser tratada como o cigarro: paga imposto, tem regulação, não pode fazer publicidade, tem contrapropaganda, mas é lícito", defendeu o ministro.

Sei que há muito preconceito, mas a questão vai ser 'ou fazer logo ou fazer ali na frente', porque não tem alternativa. E se der certo com a maconha, acho que deve passar pra cocaína, e aí quebrar o tráfico mesmo. Mas primeiro tem de ser por etapas", ponderou. (MOURA, 2017)

Outra notícia que me chamou bastante atenção no meu Feed e que saiu em março desse ano pelo portal de notícias da UOL foi a do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, pedindo à presidente do STF Carmen Lúcia que colocasse na pauta de julgamento a ação que pode descriminalizar o porte de drogas para consumo próprio. Segundo Jungmann, um dos principais fatores para a superlotação do sistema penitenciário tem sido a falta de critérios e de uma distinção precisa entre usuário e traficante. Essa ação começou a ser discutida pelo STF em 2015, mas foi suspensa em 2017 por um pedido de vista do ministro Teori Zavaski, onde o próprio ministro Barroso defende o porte de 25 gramas de maconha ou a plantação de até

seis plantas "fêmeas" como parâmetros de referência para diferenciar consumo e tráfico (AMORIM, 2018).

É uma questão extremamente relevante. A Lei de Drogas faz distinção entre traficante e usuário, mas essa distinção precisa de ter uma quantidade que separa um do outro. Como a lei não traz essa quantidade, fica muito difuso, ao arbítrio de cada juiz, de cada corte estabelecer quem é usuário e quem não é usuário (...).

Hoje o Brasil prende muito, mas prende mal. Nós temos muitas vezes as cadeias cheias daqueles que cometeram pequenos delitos enquanto que os grandes barões, traficantes, aqueles que sequestram, matam, infelicitam, a gente não consegue colocá-los dentro das cadeias, afirmou o ministro. (AMORIM, 2018)

Como tem afirmado o ministro de Segurança Pública Raul Jungmann, a falta de um critério que faça a distinção entre o porte para consumo e o porte para o tráfico tem colocado em posição de vulnerabilidade consumidores e pequenos traficantes, uma vez que é conferida à força policial a responsabilidade de interpretação para definir se a droga é destinada para venda ou para consumo. Neste sentido, a falta de critérios objetivos para distinguir usuários e traficantes foi citada pela ONG *Human Rights Watch* como uma das principais causas para o aumento no número de presos no Brasil (DANTAS, 2017).

No entanto, cabe salientar que não só usuários e pequenos traficantes têm sido colocados em condição de vulnerabilidade. Ultimamente, qualquer indivíduo que se enquadre como um suspeito de envolvimento de drogas se torna passível das ações violentas das forças policiais em ação. Como o mercado varejista está localizado nos cinturões periféricos urbanos, essas extremidades são impactadas mais violentamente pela "guerra às drogas".

Essas geografias segregacionistas, construídas imaginária e territorialmente, têm sugerido posicionalidades em que a seletividade racial prescreve, como Foucault (apud VIANNA; NEVES, 2011) sugere na *biopolítica*, mecanismos de extermínio e exclusão legitimados pelas próprias práticas estatais que definem quem morre e quem vive, quem vai preso, ou quem fica em liberdade nessa guerra. Nas próximas linhas, apresentarei alguns exemplos que refletem a realidade dessa política praticada pelo Estado.

Primeiro, gostaria de trazer à discussão o caso do garoto Marcos Vinícius da Silva de 14 anos, morto no dia 20 de junho de 2018 durante uma operação da

Polícia Civil e do Exército no Complexo da Maré, zona norte do Rio de Janeiro. Esse primeiro caso revela nitidamente a forma violenta com que o combate ao tráfico de drogas tem sido feito nessas comunidades, pois a seletividade da punição em relação aos crimes vinculados à questão das drogas continua firme, especialmente se considerarmos que o tráfico vem recrutando sua mão de obra entre uma população cada vez mais jovem (VIANNA; NEVES, 2011). Pude perceber que esse acontecimento protagonizou a rede de notícias e compartilhamentos no meu Facebook durante muito tempo. Uma matéria compartilhada por um amigo no Feed continha as seguintes informações:

Em mais um caso que expõe a falência do estado na cidade que viu violência urbana se tornar parte da rotina, sua morte coloca em xeque, mais uma vez, a atuação das forças policiais. Levado ao hospital ainda consciente, Marcos Vinícius disse de onde veio o tiro que o acertou – no caso, de um blindado – e perguntou à sua mãe, Bruna da Silva: “Ele não viu que estava com roupa de escola?”.

Em entrevista ao jornal O Globo, José Gerson da Silva, pai do adolescente, contou que o menino tentava ir para a escola, mas resolveu voltar para casa após ouvir os primeiros tiros disparados do helicóptero da polícia.

Foi alvejado na barriga quando chegava à residência e se deparou com o caveirão – carro blindado usado pelo batalhão de operações policiais especiais da Polícia Militar. “Por que veem um uniforme de escola e atiram? Porque não são policiais. São assassinos. Policiais não agem desse jeito”, desabafou o pedreiro. (“Ele não viu que estava com roupa de escola? Questionou a vítima”, 2018)

Essa é a política de guerra às drogas do Brasil. Não serve para nada só para matar crianças indo para a escola na favela.



ATE QUANDO?

‘Ele não viu que eu estava com roupa de escola, mãe?’

Bandeira Negra
22 de junho

“Ele não viu que eu estava com roupa de escola, mãe?” perguntou o menino, antes de morrer ao lado da mãe.
“Quando eu cheguei à UPA (Unidade de Pronto Atendimen...
Ver mais

Henâ Guimarães e outras 16 pessoas 1 comentário 1 compartilhamento

Figura 19 Fonte: Facebook

Nesta mesma operação, a Polícia, que tinha 23 mandados de prisão para cumprir no Complexo da Maré, alegou ter terminado a operação com sete mortos: seis apontados como suspeitos, cinco deles com idade entre 20 e 30 anos (LEMOS; VETTORAZZO, 2018), e o garoto Marcos Vinícius. De acordo com a mãe do garoto, os policiais ainda impediram a entrada da ambulância que o levaria até o hospital, e a unidade de socorro demorou cerca de uma hora para fazer a remoção de Marcos Vinícius para uma unidade mais equipada, fator determinante no seu óbito. Mesmo com o objetivo de conter a distribuição e o consumo de drogas, essas operações se caracterizam pelo fracasso estrutural estabelecido por essa guerra, que, de fato, não chega a combater o verdadeiro cerne do tráfico, indo ao encontro do que afirma Maurício Fiore, quando o mesmo diz que essa guerra é:

[...] uma guerra na qual se comemora “vitórias” parciais, como a prisão de traficantes e a apreensão de drogas, que seriam capazes de retirar das ruas o “veneno” que o inimigo, cada vez mais perigoso, distribui. (FIORE; 2012; p15)

Outro episódio que revela mais um aspecto da guerra às drogas, e que se torna indispensável à esse debate é a apreensão, feita em 2013 pela PF, de 450 kg de cocaína em um helicóptero com o piloto e mais três funcionários da Limeira Agropecuária, empresa do então deputado estadual por Minas Gerais Gustavo Perrella, filho do Senador e ex-presidente do Cruzeiro Zezé Perrella (PDT-MG). Antes de ser apreendida a droga, a PF afirmou que o helicóptero tinha parado para abastecer num aeroporto de Minas Geras que pertencia à família do Senador Aécio Neves. Uma notícia compartilhada por amigos no Facebook me chamou bastante atenção, em 2016: o portal *Pragmatismo Político* publicou que “o caso do helicoca”, como ficou conhecido na internet, após 3 anos foi esquecido sem que houvesse respostas para a origem e o destino da cocaína ou uma investigação cuidadosa sobre o caso (BALZA, 2013).



Figura 20 Fonte: UOL

Outro episódio similar ao do “helicoca”, e que também ganhou bastante destaque nas páginas que sigo e nos grupos que faço parte, foi o caso do filho da desembargadora Tânia Garcia de Freitas, presidente do Tribunal Regional Federal de Mato Grosso do Sul (TRE-MS). Breno Fernando Solon Vorges, de 37 anos, havia sido preso em abril de 2017 com 130 quilos de maconha, 199 munições de fuzil calibre 762 e uma pistola nove milímetros, mas teve a prisão convertida em internação clínica após alegar estado de “insanidade mental”. A defesa alegou que Breno sofre de Síndrome de Borderline, conhecida como transtorno de personalidade limítrofe, que leva seu portador a alternar momentos estáveis com surtos psicóticos, e não seria responsável por seus atos (*Filho de desembargadora do MS volta para a prisão por suspeita de tráfico*, 2017).

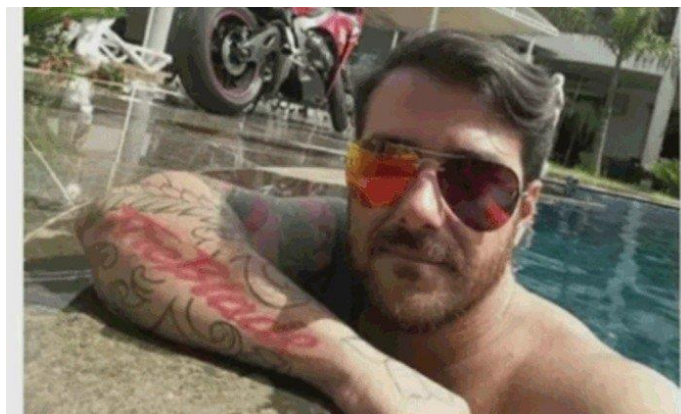


Figura 21 Fonte: O Globo

Paralelamente ao caso do filho da desembargadora, começou a surgir no meu Facebook a publicação de um meme que fazia comparação entre o caso de Breno e de Rafael Braga, disposto a contrapor a seletividade racial e o fracasso estrutural que permeia a guerra às drogas que viemos explanando no decorrer deste tópico, e que pode agir como dispositivo revelador da ideologia violenta dessa guerra.



Figura 22 Fonte: Facebook Paulo Teixeira 1398

O caso de Rafael Braga, preso em 2013 durante as manifestações contra o aumento das passagens de ônibus que mobilizaram todo o país, nos leva a perceber na prática como se estrutura a seletividade penal racista. No dia 20 de junho de 2013, dia de uma manifestação no centro do Rio de Janeiro, Rafael conta que voltava no início da noite para um casarão abandonado próximo à Central do Brasil onde guardava materiais que reciclava e onde dormia nas noites que não consegui voltar pra casa. O casarão fica localizado em frente da sede da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) da região. Rafael afirma que, após pegar duas garrafas que havia encontrado na escada do casarão, foi chamado por dois policiais que estavam em frente ao DPCA e se dirigiu a eles com as garrafas na mão.

Ao ser abordado, ele conta que um policial pegou uma das garrafas e já lhe deu um tapa no rosto. Fui logo levado para um quartinho na delegacia. Quando fui colher digital, já na 5ª DP, vi uma das garrafas com líquido pela metade, acho que era gasolina ou álcool, e com um pano na boca da garrafa. Eu falei na hora que aquilo era uma covardia, mas ninguém ligou. Eu nem sei o que é um molotov (coquetel, tipo de explosivo artesanal). Sou inocente", diz ele, indignado ao lembrar de sua prisão. (LETTIERE, 2017)

Rafael passou cinco meses no Complexo Penitenciário de Japeri aguardando julgamento, sendo defendido por um defensor público. No dia 23 de setembro, foi realizado um pedido de revogação de prisão preventiva de Rafael pela Defensoria Pública, julgado improcedente pelo Juiz da 32ª Vara Criminal no dia 27 do mesmo mês. No dia 2 de dezembro de 2013, ele foi condenado a 5 anos e 10 meses de reclusão e foi transferido para Bangu 5 alguns dias depois. O laudo do esquadrão antibomba da Polícia Civil atestou que Rafael carregava produtos de limpeza com ínfima possibilidade de funcionar como coquetel molotov (Campanha pela Liberdade de Rafael Braga, 2017).

Em outubro de 2014, quando houve a progressão do regime de Rafael Braga de fechado para semiaberto, o Instituto dos Defensores de Direitos Humanos - DDH conseguiu um emprego para ele em um escritório de advocacia. No entanto, em novembro de 2014 Rafael foi punido ao postar uma foto no seu Facebook em frente a uma frase que dizia “Você só olha da esquerda p/ direita, o Estado te esmaga de cima p/ baixo”. Rafael passou um mês na solitária e em dezembro, após progressão do seu regime para aberto, ele saiu da prisão, mas monitorado por tornozeleira.

Voltando a morar na Cascatinha, Vila Cruzeiro, com sua família, no dia 12 de janeiro de 2016, Rafael saiu pela manhã para ir à padaria a pedido de sua mãe, Dona Adriana, e no caminho foi abordado por policiais da UPP de lá. Os PMs diziam que ele tinha envolvimento com o tráfico e pediam que ele desse informações e assumisse que era bandido. Ele foi espancado no caminho à delegacia, sendo inclusive ameaçado de estupro caso não assumisse participação no tráfico. Os PMs emputaram ao Rafael um kit flagrante com 0,6g de maconha, 9,3g de cocaína e um rojão. Assim, desde janeiro Rafael responde por tráfico. (Campanha pela Liberdade de Rafael Braga, 2017)

Nos meses seguintes, ocorreram audiências da acusação do envolvimento de Rafael Braga com o tráfico de drogas, sendo ouvidos os PMs que abordaram o ex catador de lixo e testemunhas de defesa do próprio Rafael. No entanto, o juiz Ricardo Coronha Pinheiro, da 39ª vara criminal, condenou Rafael Braga a 11 anos e três meses de prisão pela acusação de tráfico de drogas. Como base para o veredicto, o juiz utilizou o testemunho dos policiais que abordaram Rafael e se recusou a considerar o depoimento da vizinha de Rafael, que afirmou ter visto os policiais agredi-los (Condenação de Rafael Braga gera revolta, 2017).

A justiça que condenou Rafael Braga e deixou impunes os donos do ‘helicoca’ e o filho da desembargadora nos fazem refletir sobre como se estrutura a seletividade racial no combate ao tráfico de drogas. Como explicitado anteriormente, essa guerra não chega a combater de fato o verdadeiro núcleo do tráfico de drogas, que tem sido encabeçado por grandes empresários e políticos estabelecidos (FIORE, 2012). Desta forma, essa guerra tem se caracterizado numa guerra contra pessoas e tem vulnerabilizado os sujeitos envolvidos e não envolvidos com tráfico que, de alguma forma, se encontram inseridos nos ambientes associados ao tráfico de drogas, como mostra o caso do garoto Marcos Vinícius.

Com isso, aponto como mais que urgente e entro em acordo com Barroso e Jungmann, quando os mesmos afirmam que é urgente a discussão da forma como o sistema judiciário tem lidado com a questão das drogas. Por ora, sabemos que setores conservadores da nossa sociedade, principalmente nas instâncias estatais de poder têm elaborado mecanismos de coerção e controle social que estruturam e mantêm de forma sofisticada essa lógica de repressão. Por outro lado, temos exemplo distintos de sucesso em países onde a erva tem sido legalizada e regulamentada pelos órgãos estatais.

2.6 Lá é legal - a experiência de outros países

O contato com culturas diferentes se tornou cada vez mais frequente com o surgimento de um mercado global e o desenvolvimento de tecnologias de transporte e comunicação, em especial, da rede mundial de computadores que conecta todo o mundo e propicia o encontro multicultural, característica marcante da globalização. Com isto, perceber no outro um contramodelo para nossas próprias práticas culturais passou a ser um exercício possível para qualquer um diante da enxurrada de informações sobre os modos de vida vindos de todos os lugares.

Na Antropologia, estamos acostumados à crítica cultural de nossa própria sociedade a partir do encontro com o outro. As diferenças percebidas e as distintas formas como cada sociedade atribui significados diferentes a determinados elementos evidenciam o caráter socialmente construído desses significados, desnaturalizando nossas práticas e formas de ser no mundo, como por exemplo no clássico trabalho Margaret Mead, *Sexo e Temperamento* (1935), que, ao observar

as performances de gênero em diferentes culturas, questiona os sentidos atribuídos ao que é ser homem e ser mulher em sua própria sociedade, desnaturalizando os padrões de comportamento atribuídos a cada gênero.

Para os usuários de maconha brasileiros, as diferentes formas de significar a maconha ao redor do mundo servem de inspiração e argumento para contrapor o proibicionismo vigente em nosso país, ainda que a mesma globalização que propicia tal conhecimento regula, através de acordos internacionais, a proibição na maior parte do globo, assim como, através das relações de poder estabelecidas no quadro econômico e político mundial, destaca as formas culturais de determinados países que estão no topo dessa configuração de poder.

Até 2012, o principal paradigma de referência sobre consumo legal de maconha era a Holanda, com cafés onde a venda e consumo de maconha são permitidos, assim como o uso em parques e autorização de porte para consumo pessoal. Nas páginas de cultura cannábica, via-se falar dos bancos de sementes, dos cafés com suas variedades de produtos e da segurança pública do país, onde presídios estão sendo fechados enquanto em países como o Brasil, onde se combate as drogas com armas, as prisões vivem superlotadas. A Holanda possui baixo índice de usuários de maconha, desmistificando os argumentos de que liberar o uso irá gerar uma epidemia de dependentes que acabará com o futuro da nação.

Outros países figuravam nas postagens em virtude do uso medicinal, em especial Israel e Estados Unidos, mas foi em novembro de 2012, quando dois estados norte-americanos, Colorado e Washington, legalizaram o uso recreativo da maconha e, definitivamente em 2014, quando a mudança entrou em vigor, que os EUA tomaram a frente como modelo de legalização especialmente atrativo diante das cifras que passou a movimentar.

Não muito depois, em 2013, o Uruguai ganhou destaque quando se tornou o primeiro país a legalizar a maconha, transformando o presidente Pepe Mujica num ícone do movimento. Diferentemente dos outros países, o Uruguai legalizou toda a cadeia de produção, venda e consumo, onde o autocultivo e os clubes de cultivo são permitidos e a maconha produzida pelo Estado é vendida em farmácias. No entanto, há total controle do Estado e todos os cultivos, vendas e usuários que desejem operar na legalidade devem ser registrados junto ao governo.

Na Holanda é possível comprar até 5 gramas por dia e consumir dentro dos cafés, mas produzir é proibido, ou seja, não se pode plantar a maconha que depois

será comercializada e consumida legalmente. Nos Estados Unidos, a lei federal proíbe a produção, venda e consumo da maconha, mas cada estado pode criar suas próprias leis. Dessa forma, atualmente há 20 estados que permitem o uso medicinal e 5 o uso recreativo, com a regulamentação variando em seus detalhes em cada estado, mas sendo permitido nos estados legalizados tanto o plantio de pequenas quantidades, como a compra e o consumo da erva.

Com a legalização em alguns estados norte americanos e no Uruguai, a imagem do paraíso dos cafés de Amsterdã foi substituída pelos lucrativos negócios nos EUA e pelo cultivo caseiro em clubes do Uruguai, que predominaram durante essa pesquisa. Cada modelo será mobilizado tanto pelos produtores de conteúdo sobre o tema como pelos demais usuários para compor os desejos e possibilidades de legalização no Brasil.

A implicação de tudo isso na construção de um discurso sobre o potencial em relação a legalização da maconha é, em especial, a importação do modelo cultural norte americano como o principal espelho, tendo a lógica do empreendedorismo, da iniciativa privada e do lucro como referenciais na construção de um discurso que defende a legalização a partir da compreensão da maconha como um mercado em potencial.

2.6.1 #PartiuUruguai

No Facebook, em 2013, acompanhei a decisão do Uruguai de legalizar o uso da maconha. Enquanto tramitava entre a Câmara de Deputados e o Senado, até ser sancionada, vi o rosto do presidente Pepe Mujica multiplicar-se em meu feed de notícias, tornando-se um ícone do movimento pela legalização. Com tal iniciativa, o Uruguai se tornava o primeiro país a legalizar o uso, a produção e o comércio da maconha e um exemplo tão próximo de nós alimentou a esperança de que o sucesso do país vizinho motivasse o Brasil para uma mudança na legislação.

A mídia, tanto nacional quanto a especializada, acompanhou de perto cada movimento desse processo, o que fez com que, de 2013 até 2017 notícias sobre o tema aparecessem com frequência no Facebook. “Uruguai: após regulação da maconha, mortes por tráfico chegam a zero”, diz o link da *Revista Fórum*

compartilhado na página *Gosto mais que lasanha*, que teve 1.180 reações entre curti, amei e haha, 10 comentários e 503 compartilhamentos e, com muito menos repercussão, por 6 amigos em sua timeline; “Legalização da maconha prospera e enfraquece narcotráfico no Uruguai”, diz matéria do *Smoke Buddies*; “Uruguai tem queda nos crimes do narcotráfico após lei da maconha”, diz matéria da *Folha de São Paulo*, que apareceu 5 vezes em minha linha do tempo compartilhada por amigos.

O que essas e outras notícias enunciam está na base do que motivou a decisão do governo uruguaio de legalizar a maconha: o combate ao crime organizado, a melhoria da segurança pública e da qualidade de vida de seus cidadãos, reduzindo também o acesso e a dependência à drogas mais pesadas. Com uma cultura política muito menos liberal do que os Estados Unidos, o modelo de legalização adotado pelo país pretende manter a maconha distante da iniciativa privada. A ideia não é obter lucros com o consumo da substância, mas que o Estado possa controlar a produção e a comercialização da erva.

A dicotomia entre público e privado que está na base de outra dicotomia política compreendida como Estado máximo e Estado mínimo, que rege a interferência do Estado na economia (BOBBIO, 2007) e pode ser representada pelos dois modelos de legalização apresentados, onde o Uruguai representa o Estado máximo de direito, com sua política de total controle do estado sobre a maconha produzida, enquanto os Estados unidos representam o Estado mínimo, em que é a iniciativa privada quem rege o mercado, com a mínima interferência do Estado. Assim, o governo uruguaio criou o Instituto de Regulação e Controle de Cannabis (IRCCA), órgão responsável por emitir licenças e controlar produção, distribuição, compra e venda da maconha.

Segundo a lei, todos os residentes no país com mais de 18 anos poderão cultivar até 6 plantas, fazer parte de clubes de usuários que podem plantar até 99 pés ou comprar até 40 gramas por mês da maconha produzida pelo estado e vendida nas farmácias. Para isto, é necessário se registrar como usuário junto ao IRCCA. A venda de maconha permanece proibida para estrangeiros que não residem no país há pelo menos quatro meses, uma forma de evitar o turismo cannábico e problemas com países vizinhos.

Os preços e a qualidade da maconha também são regulados pelo Estado. O objetivo é que a erva vendida nas farmácias seja barata para que possa concorrer com o preço do tráfico. As variedades de maconha que podem ser plantadas

também são restringidas pelo Estado para que se tenha o controle sobre a maconha que circula no país e também sobre a sua potência. Diante da repercussão positiva da legalização do Uruguai dentro dos grupos e páginas dos quais faço parte, assim como entre amigos, este último ponto tem gerado certa controvérsia.

No mesmo dia que se iniciou as vendas nas farmácias do país, o que somente ocorreu quatro anos após a sanção da lei, a página *Lombra* compartilhou a matéria do *Smoke Buddies*: “Maconha uruguaia ‘não bate nada’, segundo especialista”. De acordo com a matéria, a maconha produzida pelo governo conterá de 2 a 5% de THC, nível considerado baixo para a principal substância entorpecente presente na planta. A principal crítica feita é que com uma maconha tão fraca sendo disponibilizada pelo governo, dificilmente consiga competir com o narcotráfico, alcançando o objetivo da legalização.

19 de julho de 2017. Chego em casa após um dia sem acesso a internet. Já são 23h quando entro no Facebook e duas notícias dominam meu feed de notícias. O suicídio do vocalista do Linkin Park, e o início da venda de maconha nas farmácias do Uruguai. O Smoke Buddies anuncia cobertura completa em primeira mão, enquanto o link da Agencia Brasil (EBC) aparece 10 vezes em meu feed “Usuários esgotam maconha em Montevideu em primeiro dia de vendas”, diz manchete seguida por uma foto de uma grande fila em frente a uma farmácia uruguaia, com muitas curtidas, comentários e compartilhamentos. Abro a matéria e descubro que todo o estoque acabou em um dia, mas o que de fato me surpreendeu foi a informação de que a maconha vendida nas farmácias do país contém apenas 2% de THC. Volto ao Face e, quando deslizo um pouco mais o dedo, parece que alguém prestou atenção na baixa potência da maconha vendida “Maconha uruguaia “não bate nada”, segundo especialista”, diz link da Smoke Buddies compartilhada pela página Lombra. Salvo os links, conto as postagens e vou dormir. (Diário de Campo)

Enquanto a venda nas farmácias teve atrasos e polêmicas, os clubes e o autocultivo logo se estabeleceram. Visto como principal ganho da legislação uruguaia pelos militantes no Brasil, a legalização do cultivo é uma das principais bandeiras da militância, ao lado da maconha medicinal. Começando a funcionar logo depois de sancionada a lei, o sucesso dos clubes de cultivo e do plantio caseiro no Uruguai logo se tornou notícia aqui no Brasil, seja para satisfazer a curiosidade, seja para demonstrar o sucesso da lei. “Como funcionam os clubes que produzem

maconha legalmente no Uruguai?”, responde detalhadamente a matéria da *BBC*; “Uruguai já tem 1.200 cultivadores legais de maconha e 500 clubes de Cannabis”, diz matéria da *UOL*; “Prensado X Bud: Legalização da maconha muda hábitos no Uruguai”, diz matéria da *Smoke Bud*, muito mais focada na mudança na qualidade do produto consumido.

Nem todas as notícias que circulam no meio cannábico são favoráveis ao modelo adotado pelo Uruguai. Uma matéria da página *Maryjuana* que apareceu duas vezes em meu Facebook em abril de 2017, contando com 1.176 compartilhamentos, é uma crítica ao modelo uruguaio. O que deu errado com a legalização no Uruguai? Afirma que a legalização no país não foi capaz de diminuir o tráfico, sugerindo que “O modelo de legalização precisa ser repensado” (MARYJUANA). A crítica presente na matéria é à centralização do Estado, que não dá conta sozinho de gerenciar a produção e a venda da maconha. A solução estaria em “o governo reconhecer que a legalização da maconha deve ser vista com uma certa ótica de mercado” (MARYJUANA), concluindo que “O tráfico só pode ser vencido por uma aliança entre o Estado e o mercado”.

Em 2013, quando a legalização foi aprovada no Uruguai, acompanhei o debate sobre o controle do Estado, mas o que se questionava à época era fato dos usuários terem que se cadastrar junto ao governo para poderem receber a licença. Argumentava-se que esses dados poderiam ser utilizados posteriormente para perseguir e oprimir os usuários. Vi posicionamento semelhante de uma militante em uma reportagem feita pela *Folha de São Paulo*. Alicia Castilla diz na entrevista que o tratamento dispensado à maconha deveria ser semelhante ao do álcool, em que não se tem tanta burocracia nem limitações de quantidade a ser consumida, ressaltando que o registro reforça o estigma. Essas formações discursivas dialogam com o controle do Estado sobre as liberdades individuais, nas quais o Estado não deveria interferir, enquanto na matéria do *Maryjuana* o que se questiona é a liberdade do mercado em transformar a maconha em um negócio.

Críticas à parte, a legalização no país vizinho é vista com bons olhos pelos maconheiros no mundo virtual, sendo frequente o uso da hashtag #Partiuuruguai em postagens relacionadas a legalização da maconha no país e a sua referência durante discussões em comentários onde comumente é citado como um país com políticas melhores e mais justas que o Brasil, onde a legalização do aborto e do casamento gay se somam à legalização da maconha.

A postura do Uruguai colabora, sobretudo, com um dos principais discursos que circulam na rede antiproibicionista, o fracasso da guerra às drogas e sua responsabilidade na violência a que todos, especialmente pobres e negros, estão sujeitos, depositando na legalização a esperança para a solução dos problemas de segurança pública do país.

3 MILITÂNCIA DENTRO E FORA DA REDE

Partindo das possibilidades de construção de identidades individuais e coletivas no Facebook por meio do compartilhamento de informações e experiências que criam o sentimento de pertencimento ao grupo dos maconheiros, especialmente relacionados com o proibicionismo que marca a forma como a sociedade encara o uso da maconha, foi despertado o entendimento sobre a necessidade da luta coletiva pela legalização da maconha.

Este grupo cultural, que se conforma notadamente na internet encontra, a partir dela, outras formas de ação e mobilização social para a transformações nas leis. Suas ações não se limitam ao ambiente online, mas este é utilizado como forma de organização para agir e interferir no mundo off-line, transformando a realidade a partir do esforço e pressão coletiva. Neste capítulo, analisaremos a constituição de movimentos sociais relacionados a legalização da maconha e o papel do Facebook na sua articulação, demonstrando de que maneira as ações no mundo online não estão limitadas a ele mesmo, reverberando em outras esferas do social.

3.1 Maconha Medicinal

Em relação direta com o significado de 'droga' está o de remédio, seja pela relação de que drogas fazem mal, enquanto remédios fazem bem, seja pela diferença de proporção que pode colocar a mesma substância ora em um lugar, ora em outro. Alçar a maconha ao patamar de remédio desestabiliza tanto o seu significado enquanto algo nocivo como a proibição, abrindo uma brecha para que o debate adentre os lares brasileiros.

Mais uma vez o Facebook é amplamente utilizado para difundir informações sobre a maconha, especialmente sobre o seu uso medicinal. A defesa de seu uso como remédio se dá através de pesquisas que atestam sua eficiência para tratamento de doenças variadas e de depoimentos e exemplos de usos bem-sucedidos, enquanto o uso medicinal em outros países também parecem atestar sua eficácia.

“Conheça 5 remédios que a maconha pode substituir” (2015), link do Smoke Bud que um amigo compartilhou em sua linha do tempo em junho de 2016. Apenas 2 curtidas, uma delas minha. “Inalação de maconha pode reduzir os sintomas da doença de Parkinson” (2016), link do Smoke Bud publicado no grupo de mesmo nome por um dos administradores da página em outubro de 2016. “Doses baixas de THC podem reverter a deterioração cognitiva no envelhecimento”, link do Da Boa Brasil compartilhado em sua própria página em novembro de 2017, com 101 reações e 26 compartilhamentos. “Velhinhos que fumam maconha tomam menos remédios, diz estudo” (2016), link de uma matéria feita pelo Smoke Bud foi compartilhado por quatro amigos em suas Linhas do Tempo. A postagem que obteve maior repercussão teve 762 reações entre “amei” “curti” e “haha”, 181 compartilhamentos e 37 comentários sem muitas controversas. “Maconha medicinal será tão importante quanto a penicilina, diz cientista” (2014), link de matéria da folha compartilhada na página Doctor Green em janeiro de 2017, com 201 compartilhamentos, 11 comentários e 1818 reações entre “amei”, “curti” e “uau”. Nos comentários alguns links de outras matérias sobre maconha foram postados, um deles também sobre uso medicinal: “Estudo: maconha pode impedir que o vírus HIV se espalhe” (2014), matéria do site Terra.

“Maconha medicinal pode ajudar crianças com epilepsia e náuseas por quimioterapia” (2017), link do Da Boa Brasil publicado em sua página em outubro de 2017, com 134 reações entre “amei”, “curti” e “uau”, 41 compartilhamentos e apenas 1 comentário. O compartilhamento do link pela Rede Canábica também apareceu para mim no mesmo dia. “O uso diário de maconha pode proteger o fígado de pessoas com hepatite C ou HIV” (2017), matéria do Smoke Bud compartilhada em sua página em outubro de 2017, com 2 comentários marcando outras pessoas, 170 reações entre “amei”, “curti” e “uau” e 29 compartilhamentos. “Os canabinóides podem tratar efetivamente a apneia obstrutiva do sono” (2017), mais um link do Da Boa Brasil compartilhado em sua página em novembro de 2017 com 39 compartilhamentos e 52 reações. “Maconha é mais eficaz contra enxaqueca do que medicamentos comuns” (2017), link de matéria da Forbes compartilhado no grupo MEDICINA CANNABIS por um dos membros, com 125 reações entre “amei” e “curti” e apenas 4 comentários. “Uso de extrato de maconha pode reverter falha de memória em idosos”, link de matéria da UOL compartilhada por um amigo em sua Linha do Tempo, tendo 47 compartilhamentos e 165 reações entre “amei”, “curti” e “uau”. “Estudo mostra que THC pode tratar problema cardiovascular induzido pelo diabetes”, link do Da Boa Brasil compartilhado em sua página em dezembro de 2017, com 48 compartilhamento e 88 reações entre “amei” e “curti”. Outro amigo compartilhou este link da Huffpost Brasil em fevereiro de 2017: “Pesquisa confirma que derivado da maconha reduz crescimento de

tumores e explica como THC combate o câncer” (2017), com apenas duas curtidas, uma delas minha.

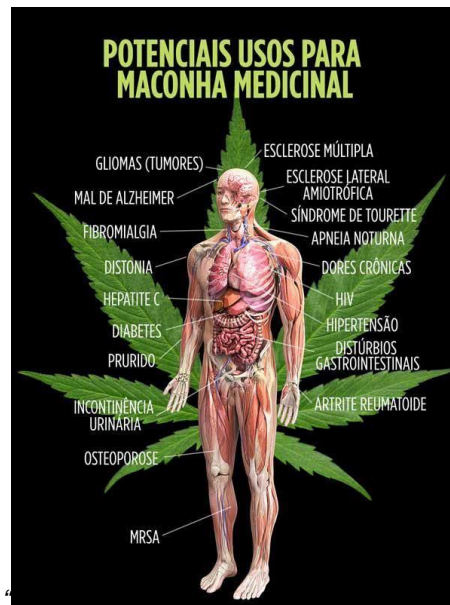


Figura 23 Fonte: Facebook Maconha Industrial

Esses são apenas alguns exemplos de repercussão do uso medicinal em meu Facebook nos últimos dois anos, todos eles baseados em pesquisas internacionais nas áreas de medicina e farmacêutica. Isso demonstra, em especial, o poder dessas áreas na legitimação dos discursos. Foucault (2008) observou o fenômeno do surgimento da medicina na mudança das formas de controle social ocorridas entre o século XIX e XX, quando o saber científico passa a ser uma das principais formas de domesticação dos corpos por meio do que ele denominou de *biopolítica*. Tal saber age na produção da realidade na medida em que atesta quais práticas e substâncias são saudáveis e quais são nocivas, moldando padrões de comportamentos aceitos e proscritos na sociedade.

O saber científico medicinal tem sido utilizado ao longo da história tanto para defender como para condenar o uso da maconha, tendo impacto significativo na forma como a sociedade lida com ela. Assim, no início do século XX xaropes e cigarros de *Cannabis* eram vendidos como remédios capazes de curar dores, enxaquecas, tosse, gases e ronco. Pouco depois, passou a ser associada à minorias étnicas como africanos no Brasil, mexicanos nos EUA e árabes na Europa, quando a medicina eugenista passou a associá-la aos vícios a que estavam vinculados os “degenerados”, sendo responsável pela violência, roubo, estupro e até

a homossexualidade. De lá pra cá, a ciência está cada vez mais especializada sem, no entanto, deixar de ser controversa (LATOURE, 2012). Novas pesquisas surgem, ora comprovando seus malefícios, ora seus benefícios, numa batalha pela constituição do seu significado.

Cientes da importância da ciência na legitimação das práticas e contando com uma rede tecnológica que permite compartilhar informações e conectar pessoas ao redor do mundo, o trabalho dos maconheiros engajados nessa disputa tem sido o de divulgar as pesquisas que comprovam o uso medicinal, ampliando o acesso a estas informações e pautando outras importantes instituições no jogo de poder, como a imprensa tradicional e a justiça. Esta última, em especial, é apresentada por Foucault como outra esfera onde o poder-saber criou seu domínio de legitimação da realidade ao circunscrever ao domínio da lei a responsabilidade de dizer o que é legal e o que é proibido, assim como as sanções aplicadas aos delitos (FOUCAULT, 1999). A ciência e a lei mutuamente se apoiam e se respaldam para justificar a proibição da maconha. Com argumentos científicos favoráveis ao uso medicinal da erva, o próximo passo é contestar a sua proibição.

O Facebook também é utilizado para uma militância engajada em legalizar o uso medicinal no Brasil com a criação de redes de apoio, trocas de conhecimentos, campanhas de conscientização e projetos de lei para a legalização no Brasil. O acompanhamento desse processo, que inclui batalhas judiciais para aprovar a maconha como medicamento, é feito em detalhes pela mídia especializada, que anuncia cada vitória como um passo rumo à legalização e é acompanhada com entusiasmo por maconheiros de todos os lugares, sendo, sem dúvida, o tema com maior repercussão em meu Feed de Notícias.

3.1.1 Legalizando o Remédio

Com tantas pesquisas demonstrando sua eficácia no tratamento de diversas enfermidades e as informações a respeito circulando com maior facilidade, não tardou para que brasileiros, em especial aqueles acometidos por doenças graves e seus familiares, optassem pelo uso da maconha como tratamento e, comprovando a eficiência, passassem a militar em prol da legalização do seu uso medicinal.

**O seu depoimento
É muito
importante!!!**

13/10/2014
Senado - Brasília

Apologia a Cura

VAMOS UNIR NOSSAS FORÇAS!!!!!!!
Por iniciativa de André Kiepper, Analista de Gestão em Saúde- Flocruz, protocolou no Portal e-Cidadania, do Senado, uma proposta para regulamentar o uso medicinal, recreativo e industrial da maconha. O portal permite que qualquer cidadão elabore uma proposta de lei que será enviada para análise no Senado caso obtenha em quatro meses 20 mil assinaturas, que foi conseguido em quatro dias.
A proposta foi aceita pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e tem como relator o senador Cristovam Buarque (PDT - DF) A Maconha para uso Medicinal, esta amplamente discutida no Senado, em suas audiências públicas. Muito de nós gostaríamos de estar no Senado dando nosso depoimento, mas por problemas familiares, trabalho, financeiros, para muito de nós fica difícil estar lá.
Mande seu depoimento com foto, que será publicado na página, e encaminhado para o Senador Cristovam Buarque encadernado em mãos. O seu depoimento, sua história é muito importante para informarmos, que a Maconha é uma Erva medicinal e ajuda Salvar Nossas Vidas. Unidos chegaremos lá!

Figura 24 Fonte: Facebook Eu Uso Maconha Medicinal

Em 2014, durante uma das buscas no Facebook sobre conteúdos relacionados à maconha que eu encontrei a página “Eu uso maconha medicinal”. A página tinha sido criada há pouco tempo com o objetivo de “reunir depoimentos de usuários de Maconha Medicinal Brasileiros, e exigir os nossos direitos.” (*Eu Uso Maconha Medicinal*, 2016). Munido dos slogans “Nós temos o direito!” e “Apologia à cura”, e do trecho da lei 11.343/2006, que permite a união autorizar o plantio para fins medicinais, o grupo passou a recolher depoimentos e fotos de pessoas que fazem uso medicinal da *Cannabis*, divulgando-os em sua página no Facebook e organizando o material para ser entregue no Senado durante a tramitação de um projeto de lei para regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.

Eu Uso Maconha Medicinal
Apologia a Cura

Eu Uso Maconha Medicinal
Página curtida - 7 de fevereiro de 2015

Sou Lucia, tenho 48 anos e um filho de 17 com epilepsia de difícil controle medicamentoso que começou aos 9 anos. Quando ouvi falar da maconha medicinal fiquei meia na dúvida pela educação que tive, para mim maconha era droga.
Na tentativa de parar as crises do meu filho eu fui estudar sobre o assunto, comecei o tratamento com a maconha artesanal, já que a importada não adiantou muito.
Meu filho usa a 4 meses e graças a Deus parou com as crises de ausência.
Agora fiz um grupo onde divulgo matérias sobre a maconha medicinal e tento apagar o mesmo medo e preconceito que eu tinha.
Obrigada,
LUCIA HELENA MEDEIROS IAN FONTOURA
Volta Redonda - RJ

Figura 25 Fonte: Facebook Eu Uso Maconha Medicinal

Em um ano, foram reunidos e divulgados 53 depoimentos de pessoas que fazem o uso medicinal, incluindo pais que tratam seus filhos, idosos, mulheres, homens, jovens e crianças que utilizam maconha para tratar epilepsia, esclerose múltipla, câncer, dores crônicas, Parkinson, doença de Chron, distúrbios neuropáticos, esclerose tuberosa, depressão, Síndrome Flail Leg, Síndrome de Dravet, tetraplegia severa, neuralgia, hiperatividade, fibromialgia, AIDS, dependência de álcool, cocaína e crack, síndrome de West, autismo, hepatite c, ansiedade, insônia, stress, bronquite, pedra no rim, hérnia de disco e Síndrome do Pensamento Acelerado.

Com os depoimentos recolhidos e entregues à comissão do Senado que analisou o projeto, a Comissão deu parecer favorável, em especial ao uso medicinal, encaminhando o Projeto de Lei nº 8 – Sug8 para uma subcomissão no Senado, onde o projeto foi engavetado. Desde então, a movimentação da página foi reduzindo pouco a pouco. Os depoimentos pararam de ser publicados e, ocasionalmente, são compartilhados links de fontes variadas sobre o uso medicinal. O Facebook cumpriu um importante papel ao conectar essas pessoas, ajudando a estabelecer uma rede e propiciando o compartilhamento de experiências que serviram como argumentos para mudanças nas leis, não somente através da divulgação dessas experiências no próprio Face, mas também ao levar os depoimentos recolhidos através dele às instituições legislativas visando a mudança nas leis.

O funcionamento da burocracia e os interesses políticos majoritariamente representados no Senado agiram para desacelerar a tramitação e conter o avanço de uma possível legalização. Esbarrar no conservadorismo político, no entanto, não conseguiu impedir o avanço da luta pela maconha medicinal no país. Encabeçada por mães de crianças que necessitam da *Cannabis* como medicamento, iniciou-se em 2014, em paralelo à tramitação da Sug8 no Senado, uma disputa na justiça para a importação de medicamentos à base de *canabidiol* (CBD), umas das substâncias presentes na maconha de uso terapêutico. A briga é para que a Agência Nacional de vigilância Sanitária – ANVISA, reguladora das substâncias utilizadas no Brasil, passe a considerar a maconha como medicamento de uso controlado, retirando-a da lista de substâncias proibidas e autorize a importação e a produção do remédio no país.

3.1.2 Ei, ANVISA . Vê se legaliza!

Numa tentativa de fazer um retrospecto sobre a batalha junto a ANVISA para a legalização do uso medicinal, utilizei a ferramenta de busca do Facebook. Digitei “Maconha ANVISA ” e, inicialmente, selecionei o ano de 2014 como filtro.

A primeira postagem que apareceu foi feita em março de 2014 por uma amiga que compartilhou um link da matéria da revista *Maire Claire* “Mãe luta na justiça para que ANVISA libere remédio de maconha para filha de 5 anos”. Na legenda da postagem ela comentou: “A Maire Claire me surpreendeu”. A matéria fala sobre a luta da mãe Katiele Fischer para conseguir importar o óleo de maconha para sua filha, que sofre de epilepsia. Na sequência, veio uma postagem feita no grupo *Coletivo Revolução Verde*, um mês depois da primeira, falando do mesmo caso, dessa vez, da conquista na justiça que autorizou a importação do remédio. É um link de uma matéria da *Folha de São Paulo*, “Justiça Autoriza Importação de remédio derivado de maconha para criança com epilepsia” (OLIVEIRA, 2014).

Seguindo para 2015, três postagens são feitas em janeiro no grupo *Ufrb* contendo a mesma informação: a primeira é o link para matéria da *Folha de São Paulo* “ANVISA libera uso medicinal de derivado da maconha” (CANCIAN, 2015); a segunda é uma imagem compartilhada do deputado Paulo Teixeira (PT), defensor da legalização; a terceira é um vídeo do *Estadão* e tinham como objetivo informar que o CBD saiu da lista de substância proibidas e, agora, é considerada pelo órgão uma substância de uso controlado. Tal mudança implica na possibilidade tanto da importação de produtos com a substância como da pesquisa e registro de produtos no país, sendo noticiada pelas fontes como algo positivo.



Figura 26 Fonte: Facebook Senado Federal



Figura 27 Fonte: Facebook Paulo Teixeira 1398

A vitória da maconha na batalha com a ANVISA ainda não terminou aí. Apenas uma das substâncias presentes na planta havia sido autorizada. O uso de outras substâncias, em especial do THC, utilizado tanto no uso medicinal quanto recreativo ainda se encontrava proibido e os processos judiciais continuaram. Como notícia o *Smoke Bud* em sua página, foi em 10 de novembro que mais um passo foi dado “Surpresa! Justiça brasileira legaliza o uso de maconha medicinal” (ROSSATTO, 2015), ordenando que a ANVISA retire o THC da lista de substâncias proibidas. O órgão, no entanto, não cumpriu a ordem judicial e, em março do ano seguinte, a notícia se repete no Facebook: “ANVISA autoriza prescrição de remédios com *canabidiol* e THC no país” (2016), diz matéria do *O Globo* compartilhada pela página *Quebrando Tabu*; “Justiça reafirma a liberação de tratamentos com Maconha no Brasil” (PONTINHA, 2016), “Liberou a Maconha! Justiça manda e ANVISA autoriza importação do CBD e THC” (ROSSATTO, 2016), matérias do *Smoke Bud* compartilhadas em sua página, esta última compartilhada quatro vezes em outros grupos sobre maconha.

Em dezembro, outra pequena vitória é anunciada “Liberou, a Maconha agora está na lista “A3” da ANVISA” (RAMOS, 2016), publica o *Smoke Bud*, familiar ao andamento do processo. “ANVISA aprova critérios para uso de medicamento à base de maconha” (CANCIAN, 2016), diz a *Folha de São Paulo* na matéria compartilhada no grupo Distrito 420. A nova conquista diz respeito à importação por pessoa jurídica, autorizando a venda dos remédios à base de maconha em farmácias, o que

antes só era possível por pessoas físicas com autorização judicial. Agora, as farmácias poderão vender os remédios que serão classificados como tarja preta e vendidos somente com receita médica para tratamento de doenças graves, desburocratizando o acesso ao medicamento. A consequência é mais uma vez noticiada pelo *Smoke Bud* em sua página “ANVISA libera mais sete medicamentos feitos de maconha” (PONTINHA, 2016).

Cada uma dessas notícias anuncia mais uma etapa rumo à regulação do uso medicinal. As principais substâncias da maconha já foram retiradas do rol de substâncias proibidas, sua importação por pessoa física ou jurídica já foi autorizada e regras foram criadas para a venda de remédios à base de maconha. O próximo passo é democratizar o acesso através da autorização do plantio, uma das principais reivindicações dos movimentos sociais que buscam a legalização da maconha. A expectativa fez com que o tema fosse corrente durante todo o ano de 2017, como pude observar em diversas ocasiões.

17 de maio de 2017. Hoje sem dúvidas um tema se destacou no meu Feed. As notícias sobre a regulamentação do uso medicinal da maconha pela ANVISA têm sido cada vez mais frequentes e também mais compartilhadas, parece a esperança mais próxima de uma legalização no país. Hoje o órgão acaba de reconhecer não só as substâncias THC e CBD, mas a própria planta da maconha como medicinal presente na Farmacopéia. Acabei de descobrir isso porque uma amiga acabou de compartilhar em sua linha do tempo a novidade, através de um link do site Maryjuana “ANVISA reconhece maconha como planta medicinal (2017)”, não levo mais dois minutos em frente a tela e a notícia se repete “Maconha é reconhecida como planta medicinal pela ANVISA ” (ROSA, 2017), diz link da Huff Post Brasil compartilhado por um amigo. Não demora muito e os links também começam a ser compartilhados nos grupos. O mesmo cara compartilha uma matéria da Exame (ARAÚJO, 2017) sobre o tema nos grupos Jardineiro da Paz e Distrito 420. No grupo PLANTAR PARA NÃO COMPRAR um vídeo reportagem de The Intercept Brasil (GONÇALVES; DEZAN, 2017) com os primeiros autorizados legalmente a plantar maconha para uso medicinal no país foi compartilhada. A noite um amigo compartilhou o mesmo link e outros dois compartilharam os links da Exame e Maryjuana, estando presente no meu Feed o dia inteiro embora nenhuma das publicações acompanhadas tenha tido repercussão em termos número de reações, comentários e compartilhamentos. (Diário de Campo)

23 de julho de 2017. Pouco mais de um mês de anunciada a expectativa de liberação do plantio medicinal pela ANVISA a notícia de hoje é de retrocesso. É curioso acompanhar como qualquer sinalização do órgão a respeito da maconha tem virado notícia. “ANVISA dá parecer contrário à liberação da maconha para fins medicinal” (2017), link do Smoke Buddies compartilhado no grupo Plantar Para Não Comprar. Ao ler a matéria percebi que o parecer não está diretamente relacionado com os processos de regularização da Cannabis que já estão ocorrendo dentro do órgão, mas de uma resposta a uma ação aberta pelo Partido Popular Socialista (PPS) no Supremo Tribunal Federal (STF) para assegurar o cultivo e consumo de maconha medicinal que abre brecha para o plantio sem autorização. O que me parece é que a instituição não quer perder o poder de controlar quem pode ou não cultivar e para assegurar esse controle utiliza dos mesmos argumentos proibicionistas dos riscos da planta à saúde pública, causando doenças mentais e vício, chegando a comparar com a dependência causada pela heroína. Curiosamente essa notícia ruim está tendo mais repercussão do que as que venho acompanhando sobre as vitórias junto a ANVISA, como pude observar através dos 17 compartilhamentos e 290 reações entre “curti”, “triste” e “grr”, e, principalmente, pelos 39 comentários.

JG - Mais uns 10 anos pra se liberada ainda 🙄🙄🙄🙄

LM - “N vai mudar em nada a realidade p nos cultivadores. So vao liberar p empresas e p universidades. Continua a mesma hipocrisia.” (sic)

TD - “Vamos legalizar de uma vez..oque mais vcs tem para pesquisar..o tabaco e o alcool sao vendidos..a maconha que ainda cura ate doencas..porque debater tanto..vamos de uma vez..nao esperem..acredite ela e do bem..fumo maconha..sou do bem..e amo a deus..ela e so a paz que vc encontra uma meia hora da sua vida..um sossego diante de tanta guerra..vergonha..e maldade..e ambicao..” (sic)

AMM - “Eles gostam de burocracia, isso tudo rende aos bolsos furados deles. Audiências, conferências, reuniões blá blá blá blá, tudo isso rende grana no bolso desses nojentos”. (sic)

O título da matéria compartilhado em Jardineiros da Paz e Distrito 420, Plantar Para Não Comprar e por outros quatro amigos é bem mais agressivo “Para ANVISA , maconha causa dependência comparável à heroína” diz o link para matéria da Vice, que rendeu em cada grupo cerca de 50 comentários de indignação:

FG - Se não liberarem, eles tem que proibir cigarro e álcool tbm!! Seria justo”, “N adianta muito politico ganhando com o tráfico vai continuar ilegal; (sic)

(Diário de Campo)

Em geral, os comentários, que incluem memes e links, manifestam indignação em relação à decisão, à proibição, à burocracia, ao sistema, à indústria farmacêutica e aos políticos corruptos, estes dois últimos vistos como principais responsáveis por atravancarem o processo. Há, em alguns casos, um desdém para com essas instituições e o incentivo ao plantio caseiro como um ato de desobediência civil.



Figura 28 Fonte: Facebook Plantar Para Não Comprar

Dois dias depois de uma grande movimentação no meu Facebook devido ao parecer negativo ao cultivo medicinal dado pela ANVISA, a instituição lançou nota pública afirmando que não é contra o uso medicinal da maconha. Uma imagem publicitária com a assinatura da ANVISA foi compartilhada no Facebook junto com um link para a nota, que parece confirmar a leitura que havia feito sobre o parecer:

Ao contrário do que foi publicado em recente matéria do jornal O Globo – e replicado nas redes sociais, a ANVISA não é contrária ao uso da maconha para fins medicinais. Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), como resposta à consulta sobre uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) acerca da regulamentação da *Cannabis* para “fins medicinais e de bem-estar terapêutico”, a Agência apresentou um quadro geral sobre a situação da regulamentação do plantio para fins de pesquisa e da produção de medicamentos. A ANVISA também esclareceu, na nota, que já existem medicamentos à base de substâncias encontradas na *Cannabis*, como o THC e o Canabidiol em nosso país. A ANVISA discorda da ADIn porque entende que a regulamentação para fins de pesquisa e da produção de medicamentos já se encontra em processo avançado de elaboração. Na ADIn, além de serem

utilizados termos vagos, não há previsão de nenhum mecanismo de controle para garantir que a finalidade do plantio seja efetivamente a pesquisa e a produção de medicamentos, sob o ponto de vista da legislação existente e das evidências científicas disponíveis, como “bem-estar terapêutico. (ANVISA , 2017)

A resposta do órgão parece ser efeito da repercussão do parecer nas redes sociais. Esse pequeno fato me fez perceber a importância do acompanhamento minucioso de cada uma das ações a respeito do processo de regulação pela mídia e da enxurrada de compartilhamentos e comentários reprovando a medida da ANVISA no Facebook. Ambas me apareceram como ferramentas para exercer a democracia, através do acompanhamento das tomadas de decisões do Estado e da pressão social como forma de exercer poder sobre essas decisões.

A postagem da ANVISA apareceu em meu Feed nove vezes em apenas um dia, seis em grupos sobre o tema e três compartilhada por amigos. Desta vez, a manifestação se deu mais através das reações, numa média de 40 reação por postagem, entre “curti”, “haha” e “amei”, do que por comentários, cujo o maior número em uma postagem foi nove.

05 de novembro de 2017. Hoje aconteceu uma coisa curiosa. É domingo, me dei folga e acordei tarde me envolvendo em diversas tarefas antes de entrar no Facebook pelo celular. Estou correndo o Facebook com o dedo na tela e me deparo com a notícia “ANVISA reconhece oficialmente a maconha como planta medicinal” link da Hypeness. Tive uma sensação de déjà vu. Como estou acompanhando o tramite primeiro salvei a publicação para ler mais tarde. Mas a notícia se repetiu de novo e de novo e resolvi abrir logo pra ler, quando percebi que aquela não era uma notícia nova, mas do mês de maio que alguém ressuscitou. Esse é um fenômeno interessante que ocorre as vezes por aqui. Uma coisa que pude observar ao longo do campo é que uma publicação antiga sempre pode ser ressuscitada e muitas vezes ser recebida com maior entusiasmo que na época de sua publicação. Um vídeo de uma paciente de Parkinson sendo tratado com maconha aparece com frequência em meu Face já tem quase uns dois anos. Apareceu hoje inclusive. Às vezes é um compartilhamento isolado como hoje, mas outras aparece muitas vezes no mesmo dia, compartilhada por um mesmo usuário em diversos grupos ou por pessoas variadas e logo são compartilhadas por amigos em suas Timelines. (Diário de Campo)

Paralelamente à regulação pela ANVISA, e atuando como força política para essa regulação, muitos dos pacientes que entraram junto ao órgão para obterem autorização para o uso da maconha medicinal recorreram também à justiça para assegurar o uso, conquistando outras pequenas vitórias rumo à legalização.

Desde 2014, quando pais de crianças com epilepsia e outras doenças de difícil controle, que têm na maconha o remédio mais eficaz, passaram a militar pela legalização, vêm atuando conjuntamente em três frentes: no Senado, a princípio através da Sug 8 e, atualmente, com a Sug 25; diretamente com a ANVISA, como foi detalhadamente abordada tanto na internet quanto neste trabalho; e na justiça, através de pedidos de autorização, recursos e *habeas corpus* que possam garantir o uso do medicamento.

Enquanto a agência ainda não conseguiu estabelecer as regras e critérios para autorizar o plantio, os usuários medicinais têm conseguido autorização da justiça para o cultivo, tanto em casa como em associações, fazendo florescer os primeiros pés legais de maconha no Brasil desde a proibição.

Pude acompanhar esse processo através das notícias que chegavam pelo Facebook. Em 2014, a primeira notícia veio da *Folha de São Paulo*: “Justiça autoriza importação de remédio derivado de maconha para crianças com epilepsia” (OLIVEIRA, 2014). Pouco tempo depois, após a Marcha da Maconha, que neste ano foi encabeçada por mães e pacientes medicinais, uma vídeo-reportagem também da *Folha de São Paulo* replicada e compartilhada pelo *Smoke Bud* em sua página dava visibilidade à questão: “Usuários de maconha medicinal lutam pela legalização no Brasil; assista” (PONTINHA, 2014). Enquanto isso, uma matéria do jornal *O Globo*, compartilhada por uma amiga aborda as estratégias dessas famílias para conseguirem o remédio: “Rede secreta produz maconha medicinal no Rio” (URBIM, 2014).

A partir de então, as lutas na justiça abrem o diálogo dentro da ANVISA, até que, no final de 2016, um pedido de *habeas corpus* feito por três mães para garantirem o plantio do medicamento foi aceito, ultrapassando as conquistas obtidas diretamente com o órgão, que permanece estagnado no que se refere à regulamentação do plantio. Esta última vitória alcançou bastante repercussão, tornando-se pauta da mídia tradicional, que já vem acompanhando o desenrolar da história. No meu Facebook, entre o final de 2016 e início de 2017, a informação foi recorrente. “Justiça autoriza pais a plantar maconha em casa para tratar filhos”

(2017), diz matéria do *Smoke Bud* que apareceu cinco vezes em uma semana no meu Feed de Notícias. A imprensa regional também se motiva com as autorizações e o *Correio da Bahia* noticia: “150 pacientes serão tratados com maconha medicinal produzida em Salvador” (ANDRADE, 2017). A UOL faz uma extensa reportagem “Maconha medicinal no Brasil?” (CARVALHO, 2016) que foi bastante divulgada pelo *Smoke Bud* no Facebook. A *Veja*, um dos veículos de comunicação mais conservadores do país, não perdeu a pauta: “‘Cannabis’ no quintal: cresce cultivo para tratar epilepsia” (BOTELHO, 2017) Sem dúvidas, a maior repercussão veio a partir de uma reportagem que viralizou no Facebook, feita pelo *Fantástico*, programa da emissora mais assistida do país.

30 de abril de 2017. Domingo, quase meia noite, entro no Facebook no intervalo entre um episódio e outro de uma série no Netflix. Um amigo acabou de publicar “Rede Globo falando de maconha medicinal agora no fantástico. Pra esclarecer! Gostei!!”, mais abaixo outro amigo comenta em seu Feed “E agora? O fantástico falando vocês acreditam? “Maconha medicinal”.... o que mata é a proibição... influenciada pela própria indústria que faz uso de outras matérias primas... To Passado COM ESSA REPORTAGEM. (sic)” continuo navegando e outro comentário de um amigo do Face “Pra Globo Maconha só se for medicinal. Pra chapar, só cachaça mesmo.” No grupo Distrito 420 um participante já publicou a matéria do Fantástico no Youtube “Quem não viu, aproveite: Fantástico 30/04/2017 - Família brasileira colhe maconha medicinal com autorização da Justiça”. Nos grupos “SmokeBud” e “Papo de Brisado” uma matéria sobre a reportagem do Fantástico foi publicada fresquinha, já com o link e algumas avaliações, produzida pelo site de notícias cannabicas, Smoke Bud. Em “Plantar Para Não Comprar” um link no youtube também foi disponibilizado, pouco depois de alguém dar o alerta “Vocês viram fantástico? tava informando o uso medicinal da maconha (sic)”. Voltei um pouco e abri o link do Smoke Bud para ver a reportagem. (ROSSATTO, 2017)

São 12 minutos de reportagem, tempo bom para televisão, que gira em torno de famílias que passaram a fazer o uso medicinal da maconha para tratar convulsões dos seus filhos, enfrentando a lei, importando, procurando rede de distribuição ilegal e até fazer o próprio remédio, plantando de maneira legal no Brasil. Mostra o processo de colheita, secagem e feitura do remédio. Apresenta também a Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança - ABRACE, associação que produz óleo medicinal no Brasil, que era ilegal até uma semana antes da matéria ir ao ar. Os depoimentos dos pais de como a maconha melhorou a qualidade de vida dos seus filhos emocionavam, cheguei a me arrepiar, com a emoção de um

pai, que foi logo seguido pela jornalista falando o quanto isso tem despertado o interesse da indústria farmacêutica. Achei o corte insensível. A cura das crianças e o alívio da família é apresentado como um negócio lucrativo. Apresenta um empresário brasileiro que já se prepara para entrar nesse mercado. Seu interesse no negócio surgiu a partir do uso medicinal feito por sua mãe em um tratamento de câncer. Passa então a abordar as pesquisas com maconha feita nas universidades brasileiras. Partindo para um lado mais científico apresenta as principais substâncias medicinais presentes na maconha. Enquanto coloca o canabidiol como mais adequado como remédio, por não alterar os sentidos, mostra o tetrahydrocannabinol como uso polêmico por dar “barato”. Uma pesquisadora aparece em seguida falando dos perigos de se consumir a maconha vinda do tráfico pelas misturas que podem ter na planta e podem representar perigo. Em seguida um professor de neurologia da USP fala de uma pesquisa que mostra como a maconha ajuda a proteger os neurônios de camundongos em testes feitos em laboratório. Elisaldo Carline é apresentado como o pesquisador da maconha medicinal mais antigo do país, estudando a planta desde a década de 1970. Carline fala de sua experiência no tratamento de convulsões com maconha e na eficiência dos resultados. Mesmo com estudos antigos o uso medicinal no Brasil “caminha lentamente”, diz a repórter, com as primeiras autorizações para importação acontecendo somente em 2014 e só no fim de 2016 autorizou-se os primeiros cultivos medicinais no país. Mostra então uma das famílias fabricando seu primeiro remédio, seguindo pela expectativa de que a ANVISA crie normas para o cultivo e produção de medicamentos feitos com Cannabis. “Pelo seu filho, você faria o que?”, pergunta, Joséfa, mãe de um dos jovens apresentados que faz uso da maconha medicinal. Ela mesma responde, encerrando a reportagem “Pelo meu filho eu faço o que for necessário.” (Diário de Campo)

Pouco abaixo do vídeo, a matéria do *Smoke Bud* segue com alguns comentários sobre a abordagem do Fantástico, resumindo pontos positivos e negativos:

Foi bom para ver com a família, mas sabia que a matéria ia concluir no “que a indústria farmacêutica irá ajudar” e como sempre “demonizar o efeito recreativo da planta” como já fizeram em outras ocasiões 😊 No entanto ficamos contentes com o fato de mostrar que tem mães plantando e mostrando que sim, é possível não comprar e plantar e também que há brasileiros peitando o preconceito para levar a maconha para ONGS, como a ABRACE. Mas há ainda muito a ser feito e tiro no pé como aquela tentativa da

pesquisadora de relacionar a maconha e a cocaína que não tem sentido e só fez ela mesma passar vergonha. (SmokeBud, 2017)

No dia seguinte, a matéria do *Fantástico* continua popular no meu Facebook, compartilhada por amigos e em grupos. Em alguns grupos foi compartilhada três, quatro vezes. Muitos links da matéria do *Smoke Bud* em grupos variados, compartilhada pelos próprios responsáveis pelo site, mas por outros membros também. De um dia para o outro, o link dessa matéria apareceu 10 vezes em meu Feed, além de outros comentários sobre o tema e links para o vídeo que rapidamente foram tirados do ar. Os comentários não são muitos. Entre algumas marcações de pessoas, os comentários vão no sentido de reafirmar a maconha como remédio. “Bom que é remédio todos nós já sabemos, só precisamos legalizar....”, “Acendeu uma ponta de esperança em nossos corações”, “Tomara q seja o início de um novo tempo ,e q abra a mente dos maliciosos! (sic)”, “Galera Compartilhar ai Quem Pode”. A publicação no grupo *Plantar Para Não Comprar* foi a que teve maior repercussão, com dezessete comentários seiscentas reações entre “amei”, “curti” e “uau”, e oitenta compartilhamentos. “Fiquei muito contente vendo essa reportagem na emissora de mais audiência no Brasil. Isso mostra que a luta vem ganhando cada vez mais força.”, diz um dos integrantes, resumindo a importância da maconha ter ganhado a atenção da grande mídia.

A reportagem da *Globo*, bem como as da *Folha*, *O Globo*, *UOL*, *Veja* e *Smoke Bud* e outras durante o processo judicial para legalização do uso medicinal, tem como foco central da abordagem não os argumentos científicos que legitimam a maconha como medicamento, mas as experiências dos pacientes como forma de comprovar sua eficácia.

Uma vídeo-reportagem da TV Senado sobre a venda de remédio à base de maconha no Brasil também tem como foco os depoimentos de mães e pais de crianças que encontraram na maconha medicinal o melhor tratamento para suas doenças. Cidinha de Carvalho, uma das mães, faz vídeo confrontando o Senador Petação por seu parecer contrário à legalização do uso medicinal e incentivando as mães que passam pela mesma situação a plantarem maconha.

Além da página *Eu uso maconha medicinal*, encontrei outras 13 páginas brasileiras no Facebook que têm como principal objetivo abordar o uso medicinal, compartilhando informações e experiências a seu respeito. Duas delas são de

associações que plantam maconha e produzem o óleo medicinal, distribuindo para as famílias cadastradas. O compartilhamento de experiência de usos terapêuticos bem-sucedidos é forma marcante de demonstrar os efeitos medicinais da maconha, enfatizando as evidências científicas. Apesar de ser um número pequeno de páginas se comparada às mais de 200 sobre maconha que sigo atualmente, os conteúdos relacionados ao uso medicinal são amplamente compartilhados nas diversas páginas e grupos que defendem a maconha, sendo frequentes em meu Feed de Notícias fotos, vídeos, depoimentos e notícias sobre o tema que, sem dúvida, são as principais frentes de luta pela legalização.

Em especial, a dimensão da experiência é importante e bastante frequente na defesa do uso medicinal, como o já abordado no caso da página *Eu Uso Maconha Medicinal* e na cobertura tanto da mídia especializada como dos principais meios de comunicação do país. Além deles, uma outra forma de compartilhar essas experiências é bastante popular no Facebook: vídeos de pacientes utilizando a maconha.

Greg Cooper foi um desses casos. Seu vídeo chegou até mim através da página *Ganja Style* e, pouco tempo depois, foi compartilhado novamente no *Smoke Bud*. Greg tem esclerose múltipla e o vídeo começa mostrando-o no meio de suas crises e, logo em seguida, fumando *Cannabis*. Na sequência, ele já aparece calmo, sem tremores e capaz de dar entrevista, na qual afirma que ela elimina seu desconforto, não vê efeitos nocivos e critica a apropriação do uso pela indústria farmacêutica. A melhora da fala e dos movimentos são notáveis e o depoimento dá a entender de que essa foi a única forma que ele encontrou de aplacar seu sofrimento. O vídeo é um trecho do documentário *The Union: the business behind getting high*.

Outro amigo compartilhou um link do *Smoke Bud* com o vídeo de outro paciente, dessa vez que sofre de mal de Parkinson. Ao contrário do anterior, este é um vídeo caseiro, feito pelo próprio paciente, o inglês Ian Frizell, para demonstrar os efeitos da maconha. A princípio, ele aparece explicando sua doença e a motivação para fazer o vídeo, enquanto fala seu corpo treme descontroladamente. Ele explica que fumará maconha e irá gravar novamente em 20 minutos. Há um corte e ele aparece novamente no mesmo lugar, sem tremores e explicando calmamente as maneiras como a maconha age aliviando diversos sintomas, erguendo as mãos no ar e mantendo paradas como uma prova incontestável dos efeitos medicinais.

O vídeo sobre o tema de maior repercussão é o de outro doente de Parkinson, o americano Larry Smith, fazendo uso da maconha pela primeira vez após tentar todos os recursos disponíveis. Ele chega com muitos espasmos e com dificuldade se senta no sofá onde recebe as instruções de como fazer o uso. Em seguida, aparece deitado, sentando no sofá com facilidade, sem tremores. Mais uma vez o destaque às mãos imóveis, totalmente sob controle, falando normalmente e elogiando a experiência, ao mesmo tempo em que lamenta a proibição do uso em seu estado. O vídeo ainda é editado para exibir o antes e o depois na mesma tela, evidenciando ainda mais os efeitos. Desde 2016, contei em 32 vezes aparecimento desse vídeo em meu Feed de notícias, geralmente um compartilhamento dele ressuscita-o e faz com que ele seja amplamente compartilhado, viralizando. Depois, passa um tempo esquecido até ser compartilhado novamente, quando volta a ser recorrente. Uma coisa que pude observar ao longo do campo é que uma publicação antiga sempre pode ser ressuscitada e muitas vezes recebida com maior entusiasmo que na época de sua publicação. Este vídeo, em especial, parece sempre ser recebido com entusiasmo.

Pelo que pude observar, esses vídeos que mostram os efeitos da maconha são de outros países onde o uso medicinal é mais difundido. No caso do Brasil, onde os primeiros casos de pacientes legais da maconha são bastante recentes e se tratam majoritariamente de crianças, não encontrei, durante o tempo da pesquisa, vídeos mostrando os efeitos. As experiências dos brasileiros são mais abordadas através dos depoimentos de pais e pacientes sem, no entanto, demonstrar o efeito da maconha agindo no organismo. Creio que isso se deva, em especial, para preservar a imagem dessas crianças devido ao tabu com que o tema ainda é tratado em nossa sociedade. Apesar disso, pude encontrar imagens de antes e depois de diversas crianças através da página *Lucas Alexandre Esperança - Maconha Medicinal*.

A página reúne toda uma rede de pais e profissionais organizados para distribuírem informações sobre o uso medicinal e apoiar os usuários, reunindo fotos, depoimentos e links para informações variadas sobre o medicamento e seu avanço no Brasil. As experiências, seja através dos depoimentos ou dos vídeos demonstrando os efeitos, sensibilizam por mostrar a esperança de pessoas com doenças graves de poderem levar uma vida melhor graças à maconha, ao mesmo tempo que servem como prova de seu resultado para aqueles que só acreditam

vendo. O apelo à família como lugar do cuidado e da proteção, que clama pela legalização da maconha como forma de cura, contrapõe ao extremo a imagem da erva como responsável pelo desequilíbrio e destruição de lares, atribuindo significados radicalmente opostos ao uso da maconha e desestabilizando os significados já estabelecidos sobre ela, enquanto seu uso legal em outros países evidencia o atraso das leis brasileiras sobre o tema.

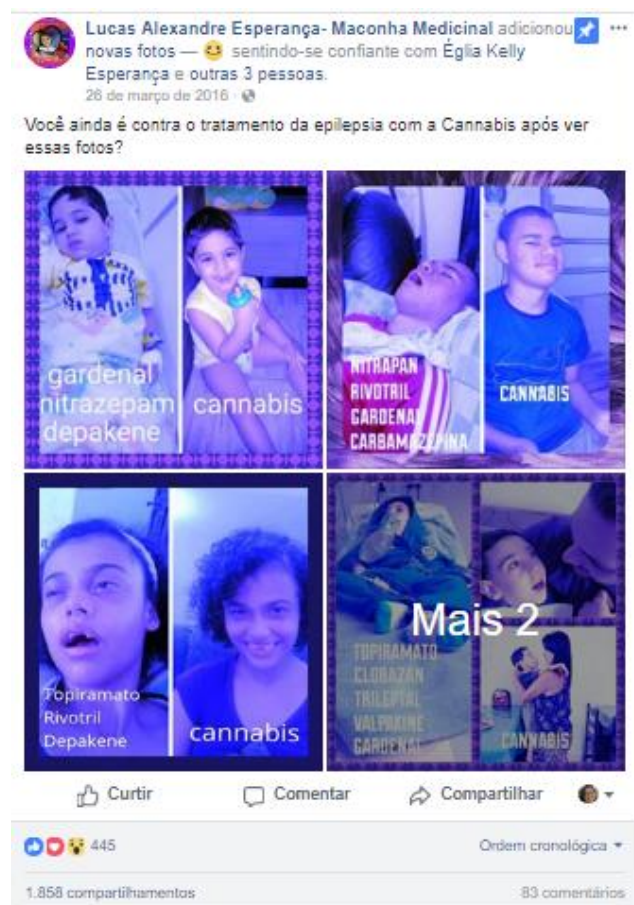


Figura 29 Fonte: Facebook Lucas Alexandre Esperança – Maconha Medicinal

Dentro desse movimento de luta pela legalização do uso medicinal, o Facebook foi utilizado estrategicamente para a recolha e compartilhamento de experiências de uso medicinal, a disseminação de informações e para exercer pressão diante das instituições governamentais, contribuindo na articulação do movimento e de suas conquistas. No entanto, em termos de mobilização social, em especial uma que saia do mundo on para o mundo off-line, é a marcha da maconha o maior exemplo de mobilização em prol na mudança da lei sobre a maconha.

3.2 A Marcha em Rede

A Marcha da Maconha é um movimento mundial que acontece desde 1994 e reivindica mudanças nas leis relacionadas à maconha. No Brasil, sua primeira edição foi em 2002, no Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, volta a acontecer, desta vez em Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. No entanto, o movimento só vai se consolidar em 2006, quando o *Coletivo da Marcha da Maconha no Brasil* é criado e o evento se expande também a Curitiba e Florianópolis.

Em 2007, os organizadores criam o site da *Marcha da Maconha Brasil*, o que impulsiona a ação que, em 2008, tinha previsão de acontecer em dez capitais brasileiras¹⁰, além da capital federal, mas, a Marcha foi proibida nacionalmente, sendo realizada somente em Porto Alegre e Recife, onde o grupo conseguiu um *habeas corpus* preventivo. A partir de então, as brigas na justiça para sua realização se tornaram constantes, até que, em 2011, após violenta repressão policial, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que qualquer manifestação a favor de mudanças nas leis sobre drogas não pode mais ser proibida, por considerar que a proibição atenta contra um dos direitos básicos, o da liberdade de expressão. A decisão foi uma importante conquista do movimento, que pode acontecer sem problemas nos anos seguintes, com adesão cada vez maior, além de permitir o surgimento de revistas especializadas sobre maconha, ampliando e assegurando o debate pela legalização.

Em 2011, quando ingressei no Facebook, a Marcha da Maconha estava a todo o vapor no Brasil e foi um dos primeiros grupos que passei a fazer parte no Facebook. Acompanhando regularmente a divulgação das marchas, neste ano me organizei para marcar presença na Marcha de Salvador. Cheguei à cidade um dia antes sabendo que ainda estava correndo na justiça um recurso que tentava impedi-la. Não teria acesso a internet nos próximos dias, já que os smartphones ainda não eram uma realidade e o meu acesso à internet era basicamente através do computador. Mas quer fosse ou não autorizada eu estaria lá, no Campo Grande.

28 de maio de 2011. Acordei um pouco tarde, pois tinha saído na noite anterior. Estava hospedada em Itapoã com um amigo, bem distante do local da marcha. Comemos rápido e fomos para o ponto

¹⁰ Cuiabá, Curitiba, Belo Horizonte, João Pessoa, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo

esperar o ônibus que demorou de passar. 14 horas e acabamos de pegar o ônibus. Eu estava bastante ansiosa, com medo de perder o início da marcha, havia marcado de encontrar com um casal de amigos para seguirmos juntos e torcia para a marcha atrasar. Chegamos às 15 horas e eu já achava que não encontraria mais ninguém. Para minha surpresa estava bastante cheia, grupos dispersos na praça, cartazes pelo chão, um baseado gigante feito de cartolina. Pensei aliviada que havia chegado a tempo e encontrei meus amigos que esperavam no local combinado.

Mateus veio reclamando que demoramos muito, expliquei o atraso, o ônibus, o trânsito... mas que bom que deu tempo! Não deu. Disse ele. A polícia apareceu para impor a decisão da justiça que havia proibido a marcha. Os manifestantes aglomerados negociaram e, em protesto, deram uma volta na praça. Quando eu cheguei havia acabado de acabar. 15 minutos durou o ato. Senti-me frustrada pela proibição, pelo percurso tão curto e por não ter participado. As pessoas já dispersavam e nós resolvemos ir embora. Mateus me mostrou no celular dele algumas fotos que tinha feito. Mais tarde também assisti a um vídeo no Facebook. Triste, indignada, proibida e atrasada, foi o mais próximo que estive de participar de uma Marcha.

No fim do mesmo ano, durante a ocupação estudantil na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), onde estudava, iniciamos o debate sobre a legalização da maconha neste espaço e, a partir dele, criamos o grupo *Ganja Livre UFRB*, no Facebook, com a finalidade de mantermos o debate sobre o tema. No início, bastante ativo, mas aos poucos o grupo foi caindo no esquecimento. Atualmente, as publicações e interações são escassas.

Janeiro de 2017. Numa pesquisa retrospectiva utilizando o mecanismo de busca do Facebook, fui atrás das notícias sobre a Marcha. A ferramenta de busca do Facebook é bastante completa e me dá opções de filtros por ano, localização, grupos dos quais faço parte, publicações públicas e autor das publicações. Utilizo a categoria ano da publicação pra percorrer brevemente as publicações em cada ano, recorrendo à memória do Facebook. A opção mais antiga que o “Face” me dá é 2004, marco ela e não encontro nada, vou fazendo isso até encontrar alguma publicação relacionada. Ao fazer isso percebo que o ano de 2011 não foi um ano marcante só para mim no que se refere ao acesso ao Facebook e o acompanhamento da Marcha através dele. Entre 2008 e 2010 encontrei 32 publicações referentes à Marcha, a maioria cartazes de divulgação, e algumas fotos de cobertura das manifestações. Já em 2011, a quantidade de postagens foi incontável. Só de amigos meus no Facebook foram 53 postagens, superando tudo que foi falado sobre o tema nos anos anteriores. (Diário de Campo)

Eu mesma fiz uma postagem criticando a repressão policial à Marcha de São Paulo. Todos os meus amigos que se manifestaram sobre o tema foram favoráveis a Marcha. Muitas publicações de importantes meios de comunicação. *O Globo, Folha de São Paulo, Brasil de Fato, Correio da Bahia, UOL, IG, Estadão, Terra, A Tarde, Carta Capital* e até do jornal local da minha cidade, o *A Cachoeira*, assim como da mídia especializada, o *Hempadão, o Growroom, Smoke Buddies, Maconha*, assim como o *Coletivo Desentorpecendo a Razão*, de redução de danos. Vídeos compartilhados do YouTube aos montes, mostrando as marchas em todo o país e, principalmente, as cenas de violência policial. Nas publicações diversas, a maioria condenando a atitude policial, mas uma boa quantidade condenando a Marcha.

Em 2011, o Facebook se popularizou entre os maconheiros, surgindo novas páginas sobre o tema, dezenas de postagens com muitos comentários. A grande repercussão foi, sem dúvida, a ação da polícia em São Paulo, que movimentou não só o Facebook e as mídias impressas, como também a televisão. Acompanhei notícias sobre a confusão no *Jornal Nacional* e em um jornal da *Record*. No domingo seguinte, o *Fantástico* fez uma reportagem longa sobre a ação policial e sobre a legalização da maconha. Alcançamos também o judiciário, com uma importante vitória através da decisão favorável a discussões sobre a mudança das leis sobre droga no país, tomada pelo STF, que garantiu não só a realização da Marcha nos anos seguintes, como a possibilidade de ampliar o debate, surgindo, inclusive, revistas especializadas sobre maconha no país.

Nos anos seguintes, o movimento foi se ampliando, assim como a utilização do Facebook e de outros espaços na internet para o fortalecimento e mobilização. Os blogs, páginas e fóruns sobre maconha se multiplicaram e fizeram campanha ostensiva das marchas em todo o país e isso pode ser acompanhado pelo Facebook através do compartilhamento das postagens. Os grupos específicos da Marcha em cada localidade se proliferaram embora o grupo nacional da *Marcha da Maconha no Brasil* continuasse ativamente a divulgação. A mídia impressa especializada, recém-surgida a partir da decisão do STF, em 2011, se faz presente tanto na divulgação quanto na cobertura das marchas, embora sigam a mesma tendência da mídia tradicional ao privilegiar os acontecimentos no eixo Rio/São Paulo.

A ampliação das formas de ação no ciberespaço é perceptível. A Marcha de São Paulo faz uma vaquinha online (*crowdfunding*), em 2012, pelo site *Catarse* para promover a Marcha e, nos anos seguintes, outras cidades aderiram a esta forma de

arrecadação de recursos. O surgimento da hashtag *#DescriminalizaSTF*, em 2012, numa campanha que visa pressionar o Judiciário por uma decisão favorável a descriminalização da maconha, continuando na ativa nos anos seguintes e alcançando seu auge em 2015, quando a decisão a respeito do recurso a uma condenação por porte de maconha passou a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal e pode abrir precedentes para a descriminalização da maconha no Brasil. Extensa divulgação das marchas no Facebook, explorando em especial o recurso audiovisual, mas também jingles, panfletos e os *memes*, montagens normalmente feitas com imagens e texto que nos anos seguintes se tornou uma característica marcante no ciberespaço, em especial no que se refere a forma de fazer humor.

Por força de tamanha mobilização, o Senado chegou a abrir enquetes sobre a mudança nas leis, bastante compartilhadas pelos maconheiros em rede. Em 2014, um projeto de lei circulou pelo Facebook para recolher assinaturas, conseguindo 20 mil em uma semana e sendo encaminhada para análise no Senado. Também ganhou destaque neste ano o uso medicinal, com familiares e pacientes que precisam fazer uso medicinal de maconha puxando a Marcha do Rio de Janeiro. A pressão deste grupo específico tem ganhado destaque e conquistou uma importante vitória em 2015, com decisão judicial permitindo a importação do óleo de maconha e os primeiros passos para a regulamentação da importação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Se a descentralização da organização das Marchas foi perceptível no Facebook através da proliferação de grupos locais, também pude observá-la através de uma breve visita ao site da *Marcha da Maconha Brasil*¹¹. Frequentei assiduamente a esta página entre 2011 e 2013 para me manter informada. Agora, ao encontrar diversos links no Facebook para a página, durante a visita à memória do Facebook, acabei clicando em alguns deles e descobri, para minha surpresa, que a página não existia mais. Curiosa, fui ao Google pesquisar e encontrei um blog¹² com o mesmo nome. Entrei. O layout do blog era o mesmo da página. Na página inicial, a primeira postagem encontrada era de uma carta reafirmando que a Marcha é um movimento descentralizado, que acontece de maneira autônoma em cada localidade e que o grupo *Marcha da Maconha Brasil* serve apenas para manter o site atualizado. Além disso, a última atualização da página foi em 2015, estando

¹¹ marchadamaconha.org

¹² Blog.marchadamaconha.net

abandonada mesmo com as marchas acontecendo nos anos seguintes. As publicações mais antigas e partes importantes e estruturais da página, como a aba “Quem Somos?” está indisponível.

O Coletivo Marcha da Maconha Brasil é um grupo de indivíduos e instituições que trabalham de forma majoritariamente descentralizada, com um núcleo-central que atua na manutenção do site marchadamaconha.net e do fórum de discussões a ele anexado. Apesar de existir tal núcleo, todo o trabalho é realizado de forma horizontal e coletiva entre uma rede de colaboradores, no qual os textos, artigos e todo tipo de trabalhos são compartilhados de acordo com as necessidades, disponibilidades e engajamento de cada um. (Blog da Marcha da Maconha, 2015)

Apesar disso, a página *Marcha da Maconha* no Facebook que, desde 2011, fazia a divulgação nacional na rede social, continua na ativa normalmente, acompanhando as atividades dos movimentos em todo o país.

Por outro lado, em 2016, A *Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas - RENCA*, que se reúne virtualmente desde 2012, realizou seu primeiro encontro em Recife. Foi a partir da divulgação do encontro nos grupos das Marchas que fiquei sabendo da existência da Rede. O evento criado pela rede teve adesão de cerca de 4 mil maconheiros e coletivos ativistas de todo o país.

Mais uma vez, um movimento que surgiu na internet ensejou um encontro presencial. Além da tentativa de consolidar o movimento nacionalmente de maneira horizontal, o evento foi importante para a construção de frentes que dialogam com outros movimentos sociais, abrindo espaço para a construção de redes de mulheres, negros, LGBTTs, sem-terra e moradores de ruas antiproibicionistas. Em setembro de, acompanhei pelo Facebook um desdobramento dessa ação, com a realização do *Primeiro Encontro Nacional de Feministas Antiproibicionistas – ENFA*, com o objetivo de articular a atuação em rede nacionalmente, que fiquei sabendo no grupo da *Marcha da Maconha de Salvador*.

Abril de 2017. Agora já sou membro de outro grupo, específico da Marcha da Maconha de Salvador que, descobri, já existia em 2011 quando entrei no Face, mas só o descobri em 2013. Em meu Feed de Notícias sempre aparece a sugestão de alguns outros grupos de Marcha da Maconha, de São Paulo, Recife, Rio de Janeiro. Sei que

não vou comparecer a essas marchas, mas ingresso nos grupos para eventualmente me manter informada.

Mas o Facebook parece entender minha localização e me notifica majoritariamente sobre as atividades da Marcha de Salvador. O grupo é bastante movimentado e os membros sempre compartilham notícias muito interessantes. Um dos meus prediletos sobre o tema. Reuniões de preparação e de confecção de cartazes são divulgadas, o evento é criado. Vejo com felicidade notícias de uma ala feminista na Marcha, reuniões sendo chamadas para construirmos a pauta de feministas antiproibicionistas. Desejo comparecer, mas estou sempre em Cachoeira, envolvida na dinâmica acadêmica. Mas na Marcha eu irei, esse ano eu irei.

07 de maio de 2017. Estou navegando displicente no Facebook pelo meu celular. Uma postagem de alguns dias atrás de um vídeo com o Gregório Duvivier, artista e também militante pela legalização, convidando à todos para a Marcha da Maconha do Rio de Janeiro, que acontece hoje. Deslizo mais o dedo sobre a tela percorrendo uma variedade de informações vinda de amigos, de grupos e páginas que sigo.

As notícias começam a se repetir então resolvo voltar ao início do Feed e ver o que há de novo. Logo aparece alguém fazendo uma transmissão Ao Vivo da Marcha da Maconha do Rio. Essa é uma das experiências que mais tem me chamado atenção no Facebook e que tem se popularizado no último ano. Toco para assistir e o vídeo começa a passar na minha tela enquanto corações, curtidas e smiles passeiam sobre o vídeo como sopradas pelo vento. O vídeo mostra a concentração para a marcha. Pessoas se reunindo, cartazes variados e criativos. O autor do vídeo explicando que as pessoas estão chegando, que a marcha está prevista para as 16:20. Vai improvisando e narrando aquilo que vemos enquanto as carinhas felizes e corações continuam sendo soprados na tela. Pouco abaixo do vídeo os comentários de outros internautas que, assim como eu, assistem a transmissão, passam de maneira tão veloz que mal dá tempo de curtir. São muitos para o espaço tão pequeno da tela e por isso logo são substituídos pelo mais recente. O instantâneo. “vamos legalizar o Brasil” “Legalize Já!” “Não vou poder ir, mas desejo boas vibrações aos guerreiros”, “estarei presente na marcha de BH”, são alguns dos comentários que aparecem. Maconheiros do Brasil inteiro ligados, comentando, interagindo, participando virtualmente da Marcha. Fico me perguntando o quanto isso transforma o sentido de estar presente e de participação. Além da “live” que assisti, outras foram feitas, assim como outros vídeos da marcha foram postados no decorrer da semana, alguns dos organizadores, da mídia cannábica, mas muitos de manifestantes que foram e compartilharam o seu registro. (Diário de Campo)

27 de maio de 2017. Quase o mesmo dia da Marcha de 2011 e uma forte gripe me impede de sair de casa em meio a uma tempestade que atinge a capital baiana. No meu smartphone acompanho, sentida, muitas pessoas perguntando se terá mesmo a marcha com aquela chuva. Vejo um amigo publicar uma foto com outros militantes embaixo de um guarda-chuva esperando a marcha. Mais uma vez ela não sai. O clima e a baixa adesão fazem os organizadores desistirem de marchar pela cidade, ficando mais uma vez no Campo Grande, onde desta vez legalizaram, fumando no parque como forma de protesto. No dia seguinte a organização divulga um desabafo na página do evento. Esse ano foi a chuva, mas a adesão à marcha em Salvador é sempre pequena, faça chuva ou faça sol, reclamaram, e com razão. (Diário de Campo)

Uma controvérsia específica me chamou a atenção. Nas primeiras marchas, nos anos de 2008 e 2009, uma informação era recorrente nos cartazes de divulgação: Não se devia fumar ou portar maconha durante a manifestação. Imagens ostensivas chegaram a ser utilizadas para passar a mensagem, gerando bastante discussão no fórum do *Growroom*, mais popular que o Facebook dentre os maconheiros à época. Atualmente percebo, no entanto, um movimento reverso. A Marcha se tornou também um momento de “legalizar”, gíria utilizada para fumar, em especial, em espaços públicos. O “legalizar”, então, passa a ser entendido como parte da militância e do momento específico de reivindicação e enfrentamento que se constitui as marchas e me remete de alguma forma à “fechação”, traço marcante das Paradas LGBTTQs. Obviamente, no contexto de insegurança e repressão das marchas antes da decisão do STF, o uso de maconha durante o ato poderia ter consequências muito maiores do que pós 2011, quando pouco a pouco o ato de fumar passou a ser visto como parte da manifestação.

O movimento em prol da legalização vai ganhando cada vez mais cara do que Glória Maria Gohn chama de “novíssimo movimento social” (2014; 2011). De um movimento com um núcleo nacional, passou a se constituir em um movimento horizontal, que atua em rede conectando o local ao global, utilizando-se especialmente das novas tecnologias para a realização de marchas, mas também para outras formas de ação como apoio à projetos para mudanças nas leis, batalhas judiciais, produção artística e intelectual engajada e criação de canais de comunicação e informação.

As transformações advindas deste esforço coletivo já podem ser notadas, ainda que em uma escala bem pequena. Devido à repressão policial e à pressão

popular através da rede que esta gerou, a Marcha da Maconha de 2011 - São Paulo, se tornou um marco por levar à decisão do Supremo Tribunal Federal a favor da discussão da revisão das leis sobre drogas, o que fomentou o crescimento das marchas nos anos seguintes, a criação de novos canais de comunicação e, até mesmo, a possibilidade de “legalizar” durante as manifestações dos anos seguintes. O uso medicinal também vem tendo importantes conquistas tanto nas batalhas judiciais para o plantio, quanto dentro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que regula os medicamentos permitidos no país, que passou a autorizar a importação do óleo de maconha desde 2015. Apesar da pressão pública nas redes sociais para o andamento do recurso a ser julgado STF, que pode abrir precedência jurídica para a legalização da maconha, o processo anda parado no tribunal e, vez ou outra, a mídia especializada conclama os maconheiros a ressuscitarem a *hashtag* para tentar reativar o processo.

As marchas dão visibilidade ao tema em cada cidade que acontecem, pautam os meios de comunicação tradicionais e entram na agenda da população, que passa a ter acesso a outros pontos de vista sobre esse tema bastante estigmatizado. Mais que isso, reúne pessoas com o objetivo de protestar e que compartilham esta experiência seja virtual ou presencialmente, se é que ainda podemos definir as coisas através de tais dicotomias, fortalecendo os vínculos identitários em torno do uso da maconha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei evidenciar, ao longo de deste trabalho, como o ciberespaço tem criado novas formas de experienciar o mundo. As formas de ação no ciberespaço são muitas e vão se modificando na mesma medida em que ele vai se transformando e se complexificando. As novas experiências surgem tanto no contexto online, através das novas formas de expressão, quanto *off-line* através da ação dos diversos dispositivos tecnológicos incorporados ao nosso cotidiano, com destaque para os *smartphones* que são fundamentais para muitas dessas formas novas de expressão do eu e de experienciar o mundo. Ele torna possível as *lives*, *selfies* e a possibilidade de estar conectado, permitindo a simultaneidade do compartilhamento e interações em praticamente qualquer lugar. Nesse contexto, a cibercultura não compreende apenas um tipo de cultura que existe dentro do ciberespaço, mas diz respeito a essas novas práticas e experiências possibilitadas pelos usos dessas novas tecnologias no cotidiano, transformando a sociedade. A cibercultura é a cultura da contemporaneidade, como coloca André Lemos (2004), e sua marca é ser constituída por seres híbridos, ao mesmo tempo natureza, cultura e tecnologia, como indica Bruno Latour (2012) e Donna Haraway (1995).

A hibridez não diz respeito somente em relação as fronteiras criadas a fim de estabelecer o domínio do que é ou não social e suas ações, mas também à fronteira entre o real e o virtual, o *on* e o *off-line*, na medida em que nossas praticas cotidiana nos espaços geográficos estão permeadas pelas nossas práticas no mundo globalmente conectado através da internet a partir de diversos dispositivos. De maneira semelhante, o que acontece nos espaços virtuais de sociabilidade está conectados ao cotidiano, aos lugares, as cidades e às pessoas que encontramos também no nosso dia a dia. A sincronidade com que vivo e compartilho uma experiência borra as fronteiras do tempo, enquanto a minha presença no ambiente *online* não exclui a presença no ambiente da cidade, as noções de espaço também passam a ser híbridas, pois enquanto assisto a um programa na TV, sentada no sofá de casa, reunida com amigos, estou também presente no Facebook, no Twitter, no Whatsapp, comentando o que estou vendo, interagindo com outras pessoas,

estando aqui e lá, o mundo online dentro da minha casa e a minha casa também está lá, nas selfies e no comentário do que passa na TV.

O ciberespaço age na medida em que proporciona novas formas de agir no mundo e produz novos significados. *Selfies*, *memes*, *hashtags*, *lives* são palavras novas em nosso vocabulário, mas também novas formas de ação social que proporcionam experiências que antes não eram possíveis. As possibilidades de construção, representação e expressão das identidades nas redes sociais têm modificado substancialmente as relações sociais nos âmbitos macro e microestruturais. Cada um expressa suas identidades no Facebook construindo uma imagem de si composta em seu Perfil Pessoal e pelos interesses expressos através da associação a grupos e páginas. Se a identidade na contemporaneidade está fragmentada, no Facebook podemos encontrar uma coleção dos fragmentos que a compõe. A possibilidade de associação a outros indivíduos a partir de interesses comuns, as facilidades na produção e compartilhamento de conteúdos e a existência de formas de interação síncrona e assíncrona propiciam a criação de um universo simbólico e um espaço de sociabilidade enquanto terreno fértil para a construção identitária.

O que se destaca é que a rede de maconheiros formada pelo Facebook tem criado elementos discursivos capazes de ressignificar o uso da maconha e combater os velhos estigmas que cercam o uso da erva, permitido pelo intenso fluxo de informações e experiências compartilhadas. Esse fluxo se deve à potencialidade de que cada membro da rede possa produzir conteúdos, o que faz surgir uma variedade de expressões sobre o uso da maconha, a partir de entendimentos diversos sobre ela e com finalidades distintas a partir da subjetividade de cada um que produz. A multiplicidade de fatores que envolvem a expressão no Facebook possui três aspectos: o primeiro compreende a linguagem em suas variadas possibilidades: imagens, vídeos, fotografias, texto e hipertexto; o segundo diz respeito ao seu gênero, como as formas de expressão através do humor, da paródia, do informativo e do depoimento; o terceiro são os discursos contidos em cada uma dessas expressões. Esses elementos podem ser combinados de muitas maneiras.

Observei uma forma de comunicação onde as imagens têm destaque na produção do sentido. Vídeos, fotografias, artes gráficas e novos formatos como os GIFS são amplamente utilizados para provocar o riso, transmitir conhecimento,

compartilhar experiências e na articulação política de movimentos anti-proibicionistas. Outra característica marcante deste meio é a interdiscursividade que ele favorece. As facilidades na produção de conteúdo e no diálogo com as informações permitem uma constante bricolagem para a produção de sentido. Os *memes* são o exemplo marcante dessa interdiscursividade, onde imagens são reapropriadas e ressignificadas pelo texto que a compõe, costurando os sentidos estabelecidos com aqueles que se visa construir, associando o que já foi dito com tudo o que ainda pode ser dito, questionando, ironizando, desconstruindo. Um espaço aberto para a constante reinterpretação e ressignificação.

A permanente reapropriação e ressignificação das imagens torna confusa a relação de autoria e propriedade intelectual. No mundo dos memes, em que qualquer imagem pode ser utilizada para transmitir uma ideia independente do contexto em que ela foi gerada e ainda pode ser constantemente reapropriada para a produção de novos sentidos, bem como a sua rápida propagação no ambiente virtual através do compartilhamento, é difícil definir de quem é a autoria ou rastrear o seu surgimento. Muitas vezes durante a pesquisa busquei rastrear, sem sucesso, uma determinada imagem até seu lugar de origem. Com muitas pessoas compartilhando de fontes variadas ou postando uma imagem retirada da internet a partir do seu próprio perfil, quando as imagens não possuíam assinaturas se tornava impossível saber de onde surgiu. Ao tirar as imagens de seu contexto de produção, como os *memes* feitos a partir da imagem do personagem Willy Wonka do filme “A fantástica fábrica de chocolate”, tornam-se ainda mais confusas as relações de autoria. Quem seria o autor? Decerto não será o diretor ou ator do filme, que não tem relação com o conteúdo passado através da reapropriação de sua imagem. A pessoa que teve a primeira ideia de utilizar tal personagem para produzir novas mensagens talvez também possa reivindicar algum tipo de autoria, ainda que não tenha sido o produtor do *meme* específico utilizado nesse trabalho. A autoria está dispersa porque um produto está sempre sendo reapropriado e ressignificado por outros produtores.

O poder de produção e difusão colocado na mão de cada usuário da rede, mesmo com poucos conhecimentos técnicos tornam o ciberespaço um lugar de diálogo horizontal e mais democrático. No entanto, as desigualdades manifestadas nas realidades sociais fora da rede influenciam na visibilidade ou não dentro dela. Castells (1999), em sua preocupação com as relações de poder na construção das

identidades, aponta que é necessário observar quem constrói esses significados. Antes, os significados produzidos a respeito da maconha eram construídos por aqueles que desejavam sua proibição. Agora, os discursos também são produzidos por aqueles que desejam sua legalização, mas as marcas de poder ainda permanecem. A maioria das páginas de visibilidade são produzidas por homens e, se você for investir em um canal informativo sobre maconha, dispor de recursos financeiros e conhecimentos técnicos pode ser determinante para o seu sucesso. Isso demonstra que as desigualdades existentes no mundo *off-line* ainda influenciam as chances de sucesso na comunicação numa rede social como o Facebook. Quem diz se relaciona diretamente com o que é dito, de maneira que os significados produzidos acerca da maconha estão envoltos nessas relações de poder.

O concurso Miss Marijuana, produzido pelo *Hempadão* é uma das formas em que isso se manifesta, mas também pode ser percebido através do modelo de legalização que se parece defender. Apesar da grande utilização do discurso da guerra às drogas como uma guerra contra a população negra e periférica, apenas em espaços interseccionais de luta contra as desigualdades estruturais, como os movimentos de raça e gênero que adotam a legalização como uma das ações necessárias para a transformação social, é pensada a participação dessas pessoas a quem se direciona a guerra no projeto de legalização. Nos demais espaços, em especial naqueles economicamente lucrativos, graças a todo um mercado que tem se consolidado ao redor da cultura cannábica o projeto de legalização é pensado a partir da lógica da iniciativa privada e dos grandes lucros, restando como alternativa apenas o autocultivo.

A consequência disto na construção de um discurso em relação a legalização da maconha é a importação do modelo cultural norte americano, que tem a lógica do mercado como referência na construção de um modelo de legalização. Aliás, pude perceber uma estreita relação entre identidade e mercado no ciberespaço. O mapeamento dos interesses de cada indivíduo conectado a partir do que dizem e fazem na rede converte os dados de navegação em lucro para as empresas que se utilizam dessas informações para definirem o público alvo a quem será destinado a publicidade de seus produtos. Quanto mais passei a procurar por conteúdos relacionados à maconha no Facebook, mais publicidades de produtos relacionados ao seu consumo foram aparecendo para mim. De forma semelhante, as mídias

informativas em cultura cannábica tem se sustentado graças ao número cada vez maior de empresas que enxergam no maconheiro o seu público alvo.

Os espaços de sociabilidade proporcionados pelo Facebook são utilizados para a troca de experiências e informação. A experiência surge tanto como estratégica no combate a proibição, a partir de exemplos de uso medicinal ou da legalização em outros países, como elemento fundamental para o sentimento de pertencimento identitário, por meio do compartilhamento de relatos de experiências semelhantes pelas quais passam os maconheiros e de registros do cotidiano de quem fuma maconha. A informação é utilizada como arma para confrontar a sociedade proibicionista através de uma série de discursos.

Os(as) maconheiros(as) utilizam as diversas linguagens que a internet propicia e faz da informação sua arma política na disputa pelos significados sobre a planta que possam transformar a relação da sociedade brasileira com ela. O uso medicinal, o questionamento do conceito de droga, a experiência de outros países, a defesa do uso por personalidades públicas, o uso industrial, o negócio lucrativo, a guerra às drogas, estudos científicos, o usuário como um ser pacífico e as experiências pessoais são mobilizados na contraposição ao imaginário social de uma substância perigosa que leva à violência e à morte.

Questionam o conceito de droga e a partir da comparação da maconha com outras substâncias, evidenciam o caráter arbitrário de sua ilegalidade. Contrapõem à representação da maconha enquanto droga através dos seus aspectos medicinais, transformado o seu significado de algo nocivo e perigoso para aquilo que faz bem e cura. Demonstram uma variedade de possibilidades de uso da maconha que não estão relacionadas com seus efeitos psicoativos mas com a versatilidade em que pode ser empregada na indústria, bem como seus benefícios ecológicos. A partir dos exemplos de maconheiros bem-sucedidos, rebatem os argumentos de que o uso da maconha deteriora, queima neurônios e impede o sucesso profissional. O uso medicinal também retira a maconha do patamar de substância que destrói a família para alça-la a uma possibilidade de alívio, proporcionando melhores condições de vida a toda família dos pacientes que fazem seu uso. O discurso científico, muito utilizado para legitimar sua proibição, agora entra no jogo para legitimar a legalização e as experiências de países que legalizaram a maconha vão de encontro às previsões apocalípticas de uma epidemia do uso de maconha se espalhando pela sociedade. Por fim, a guerra às drogas é denunciada pelo seu

fracasso em controlar o consumo, pela violência e insegurança que geram e pelo seu caráter racista e genocida.

Compartilhando de todo esse repertório de significados que fortalecem a identidade cultural, o Facebook propicia ainda espaços de organização e mobilização social capazes de dialogar com setores institucionais que estabelecem as leis relacionadas à questão das drogas. Projetos de leis votados através da internet vão parar no Senado e cibernautas do Brasil exercem pressão social por intermédio de *hashtags* em processos julgados pelo STF que podem descriminalizar o cultivo são algumas formas de ação que se iniciam no mundo online e se estende pelo off-line, borrando suas fronteiras. A conquista da *Marcha da Maconha*, frente ao STF, para sua realização, expandindo o direito de se falar sobre a legalização das drogas e a vitória na justiça para o cultivo dos primeiros pés de maconha medicinal são as principais conquistas desse movimento até o momento.

A relação entre o local e global está presente nas marchas da maconha que, ao mesmo tempo que se constituem enquanto um movimento mundial, é formado por uma rede de coletivos locais e autônomos. Os efeitos da globalização podem ser percebidos pela ampla circulação dessas informações e pelo diálogo cultural entre as diversas partes do globo que permitem, por exemplo, que um código de alguns amigos estadunidenses para fumar maconha tenha se transformado em um importante símbolo dessa cultura também no Brasil.

Um dos principais desafios enfrentados durante essa pesquisa diz respeito à velocidade de informação e de transformação do ciberespaço. O fluxo de informações é intenso e a maneira de navegação, em especial nos smartphones, privilegia a leitura rápida e superficial das informações enquanto o dedo desliza com facilidade pela tela. Com isso, o estranhamento necessário ao fazer antropológico envolveu não somente o estranhamento das práticas de um grupo do qual faço parte, mas também a fruição da prática de navegação no Facebook. Isso me levou a um interesse cada vez maior de seguir os rastros, os links, as conexões de sentido, as controversas. Passei a utilizar outras ferramentas da rede social, seguindo conversas e salvando publicações de forma estratégica para o registro do campo. Por outro lado o fluxo intenso dificulta o registro detalhado e a devida atenção à tudo que ali se manifesta.

A primeira dificuldade foi vencida a partir de uma atenção maior também à experiência de navegação. Se, em alguns momentos, era necessário seguir os

rastros com atenção, em outros me dediquei a descrever a minha experiência no Facebook, que envolvia desde o contexto no qual acessava até as motivações subjetivas que me levavam a agir, a me interessar e seguir naturalmente as conexões. A escolha da autoetnografia como método foi importante por possibilitar relacionar o campo com as minhas próprias experiências pessoais. Percorrendo um trânsito entre relações sociais e subjetividade, fui refletindo a transformação dessa identidade cultural a partir de minha própria trajetória, explorando a experiência na produção do conhecimento. Conectar minha biografia pessoal a fatos históricos e ao campo me permitiu observar as mudanças tanto do ciberespaço quanto dos significados da maconha.

A outra dificuldade apresentada durante o campo envolve o acompanhamento de tamanho fluxo de informação, bem como a análise de seus desdobramentos. Observando criticamente a experiência etnográfica, percebo que, antes de ser um obstáculo, isto representa a fertilidade desse ambiente para a pesquisa antropológica. A partir da multiplicidade frenética de informações, é possível compreender as novas formas de agir nesse mundo interconectado, a produção de novas práticas simbólicas, as formas de expressão identitária, as relações de poder, a organização social, a relação entre sociedade civil e Estado, entre indivíduo e sociedade, entre o local e o global e as novas formas de experienciar o tempo e o espaço.

O ciberespaço é o que fazemos dele na mesma medida em que a cibercultura também nos faz. A cibercultura inaugura novas formas de agência e o ciberespaço pode servir como importante ferramenta para a transformação social, em especial no combate a variadas formas de opressão. Neste trabalho, assumi a tarefa de perceber de que maneira isso se dá dentro da identidade estigmatizada do maconheiro e os processos de ressignificação desta identidade culminando no processo de organização social com vistas a transformação da realidade proibicionista. Os impactos da cibercultura podem ser percebidos e estudados em sua relação com outras identidades, bem como ser observados a partir de outros ambientes existentes no ciberespaço. É um novo campo que se abre e seu estudo me parece fundamental para a compreensão da sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAMS, Tony E., JONES, Stacy Holman. Telling Stories: Reflexivity, Queer Theory, and Autoethnography. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, 11(2), SAGE Publications, 2011. P. 108–116.

ANDERSON, Leon. Analytic Autoethnography. *Journal of Contemporary Ethnography*. Volume 35, nº 4, 2006.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, Programa Nacional de DST/Aids – Ministério da Saúde. Mídia e Drogas. O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira. Brasília, 2005.

BARTHES. Roland. A câmara clara: notas sobre a fotografia. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade. Por uma Teoria Geral da Política. 14ªed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2007.

BOCHNER, Arthur P. On first-person narrative scholarship: Autoethnography as acts of meaning. *Narrative Inquiry* 22:1. John Benjamins Publishing Company, 2012. P. 155–164.

BOSSLE, Fabiano , NETO, Vicente Molina, WITTIZORECKI, Elisandro Schultz, DANIEL, Jonas Vasconcellos. Autoetnografia: Possibilidades de Investigação e de Formação no Âmbito da Educação Física. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. Perspectiva, São Paulo, 2007.

BRAGA, Adriana. Etnografia segundo Christine Hine: abordagem naturalista para ambientes digitais (entrevista). E-COMPÓS, vol 15, n.3, Brasília, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade na Antropologia. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, v.21, 1988. P. 133-157.

CARNEIRO, Henrique. Álcool e Drogas na História do Brasil. São Paulo, Alameda Editorial, 2005.

CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: LABATE, Beatriz Caiuby et all (orgs). *Drogas e Cultura: Novas Perspectivas*. EDUFBA, Salvador, 2008.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Outubro*, São Paulo, vol. 6, 2002. P. 115-128.

CARNEIRO, Henrique. Transformação dos significados da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: : Venâncio, Renato &

Carneiro, Henrique. *Álcool e Drogas na História do Brasil*. Alameda Editorial, São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel. *El Surgimiento de la sociedad de redes*. Blackwell Publishers, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; Volume I*. Paz e Terra, 8ª edição, São Paulo 2005.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; Volume II*. Paz e Terra, 1ª edição, São Paulo 1999.

CHAVEZ, Minerva S. *Autoethnography, a Chicana's Methodological Research Tool: The Role of Storytelling for Those Who Have No Choice but to do Critical Race Theory*. *EQUITY & EXCELLENCE IN EDUCATION*, 45(2), 2012. P.334-348.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. 1ª reimpressão. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

CLIFFORD, James, MARCUS, Geroge (Org.). *A Escrita da Cultura*. Editora UERJ; Papeis Selvagens, Rio de Janeiro, 2016.

CORREIA, Pedro Miguel, MOREIRA, Maria Faia. *Novas formas de comunicação: História do Facebook – Uma história necessariamente breve*. *Revista ALCEU* - v. 14 - n.28, PUC, Rio de Janeiro, 2014. P. 168 a 187.

CUNNINGHAM, Sally Jo, JONES, Matt. *Autoethnography: A tool for practice and education*. *CHINZ '05*, July 6-8, Auckland, NZ, 2005.

DÓRIA, Rodrigues. *Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício*.1915. In: HENMAN,Anthony, JUNIOR, Osvaldo Pessoa (org). *Diamba Sarabamba: Coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. Editoura Ground, São Paulo, 1986.

DOTY, Roxanne Lynn *Autoethnography – making human connections* *Review of International Studies*, 36, pp 1047-1050, 2010.

DOUGLAS, Kitrina, CARLESS, David. *A History of Autoethnographic Inquiry*. In: JONE, Stacy Holmans, ELLIS, Carolyn, ADAMS, Tony E. *Handbook of Autoethnography* Routledge. 2013.

ELLIS, Carolyn, ADAMS Tony E., BOCHNER Arthur P. *Autoethnography: An Overview Source: Historical Social Research*. Vol. 36, No. 4 (138). *Conventions and Institutions from a Historical Perspective*, 2011. P. 273-290.

FERREIRA, Gil Batista. *Que identidade nas redes virtuais? O eu flexível, entre a unidade e a fragmentação*. In: *Comunicação e Ciências Empresariais*. Exedra, nº6, 2012.

IORE, Maurício. *O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas*. *Novos Estudos*, CEBRAP, 2012.

FIORE, Maurício. “A medicalização da questão do uso de “drogas” no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos”. In: Venâncio, Renato & Carneiro, Henrique. Álcool e Drogas na História do Brasil. Alameda Editorial, São Paulo, 2005.

FIORE, Maurício. Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas”. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al (orgs). Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. EDUFBA, Salvador, 2008. P.141-154

FIORE, Maurício. Tensões entre o biológico e o social nas controvérsias médicas sobre uso de “drogas”. In: Anais da XXVIII Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.

FOUCAULT. Michel. A Ordem do Discurso. Edições Loyola, São Paulo, 5º edição, 1999.

FOUCAULT. Michel. A Arqueologia do Saber. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT. Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 20º ed., Petrópolis, Vozes, 1999.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. LTC, Rio de Janeiro, 13ª reimpressão, 2008.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed., LTC, Rio de Janeiro, 1988.

GOHN, Maria da Glória. 500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONG e Terceiro Setor. Rev. Mediações, v. 5, n. 1, p. 11-40, Londrina, jan./jun. 2000.

GOHN, Maria Glória. Sociologia dos Movimentos Sociais. Questões da nossa época, vol. 47, 2º ed. São Paulo, Cortez, 2014.

GOHN, Maria Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16 n. 47, 2011.

GRANT, A. Writing the reflexive self: an autoethnography of alcoholism and the impact of psychotherapy culture. Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing, 17, 2010. P. 577–582.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10º ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HARAWAY, Donna. Manifiesto para cyborgs: ciencia, tecnología y feminismo socialista a finales del siglo xx: 251-312. In: HARAWAY, Donna. Ciencia, cyborgs y mujeres La reinención de la naturaleza. Ediciones Catedra. Universitat de Valencia. Catedra de la Mujer, 1995.

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial . Cadernos Pagu (5): pp. 07-41. 1995.

HINE, Cristine. *Etnografia Virtual*. Editorial UOC, Barcelona, 2004.

JEWKES, Yvonne. *Autoethnography and Emotion as Intellectual Resources: Doing Prison Research Differently*. *Qualitative Inquiry*, 18(1) 63–75, 2011.

JUNIOR, Osvaldo Pessoa. *A liberação da maconha no Brasil*. In: HENMAN, Anthony, JUNIOR, Osvaldo Pessoa (org). *Diamba Sarabamba: Coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. Editoura Ground, São Paulo, 1985.

KARAN, Maria Lucia. *Sem o fim da “guerra às drogas” não haverá desmilitarização. Relatório 2013 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2013.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de Si, Escritas do Outro: Autoficção e Etnografia na Narrativa Latino-Americana Contemporânea*. Instituto de Letras da UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

LATOURETTE, Bruno. *Reagregando o Social: Uma introdução à teoria Ator-Rede*. EDUFBA-EDUSC, Salvador-Bauru, 2012.

LEMOS, André. *Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 2ª edição, Editora Sulina, Porto Alegre, 2004.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 1ª edição, Editora 34, São Paulo 1999.

MACRAE, Edward, SIMÕES, Júlio Assis. *A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre Setores socialmente integrados*. Salvador, 2000.

MACRAE, Edward. *Rodas de fumo: O uso da maconha entre camadas médias urbanas*. EDUFBA. Salvador, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole*. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

MALINOSWISKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Introdução: objecto, método e alcance desta investigação. *Ethnologia*, nº 6-8, 1997. P. 17-37.

MÁXIMO, Maria Elisa. *O “paciente informado”: primeiras notas de um estudo etnográfico*. In: SEGATA, Jean, RIFIOTIS, Theophilos (Org.) *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília. ABA Publicações, Editora Letradágua, Joinville 2016.

MACLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. Editora Cultrix, São Paulo, 1964.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. Coleção Debates. 4ª ed., Editora Perspectiva, São Paulo, 2000.

MOTT, Luiz. *A maconha na história do Brasil*. 1984. In: HENMAN, Anthony, JUNIOR, Osvaldo Pessoa (org). *Diamba Sarabamba: Coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. Editoura Ground, São Paulo, 1986.

MUNCEY, Tessa. Doing autoethnography. *International Journal of Qualitative Methods*, 4(1): 69-86, 2005.

NOYS, Benjamin. The Density and Fragility of the World: Latour. In: NOYS, Benjamin, *The Persistence of the Negative. A Critique of Contemporary Continental Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010. (Tradução: Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (GEAC).)

OLIVEIRA, Roberto Cardozo de. O trabalho do Antropólogo. Brasília. Paralelo 15, 2º ed, Editora UNESP, São Paulo, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Organização Pan-Americana da Saúde. Relatório de situação regional sobre o álcool e saúde nas Américas: Um Resumo. 2015. Disponível em: < <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2015/Alcohol-report2015-Factsheet-POR.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2018

ORTNER, Shery. Teoria na Antropologia desde os Anos 60. *Mana*. 17(2). P. 419-466. 2011.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de Danos E[em] Saúde Pública: Construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 2011, P.154-162.

PETRY, Dalila Floriani Revisitando o Floresta Digital: notas sobre o esforço de uma descrição sociotécnica. In: SEGATA, Jean, RIFIOTIS, Theophilos (Org.) *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília. ABA Publicações, Editora Letradágua, Joinville 2016.

RABELO, Leon. As Mídias Sociais e a Esfera Pública: Mudanças de Paradigma na Comunicação Contemporânea. Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Goiânia, 2010.

RECUERO, Raquel da Cunha. Redes Sociais no Ciberespaço: Uma proposta de Estudo. In: Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Coleção Cibercultura. Editora Sulina, Porto Alegre, 2009.

RIFIOTIS, Theophilos. Desafios Contemporâneos para a Antropologia no Ciberespaço: o lugar da técnica. In: SEGATA, Jean, RIFIOTIS, Theophilos (Org.) *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília. ABA Publicações, Editora Letradágua, Joinville 2016.

_____. Etnografia no Ciberespaço como “Repovoamento” e Explicação. In: SEGATA, Jean, RIFIOTIS, Theophilos (Org.) *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília. ABA Publicações, Editora Letradágua, Joinville 2016.

ROBINSON, Rowan. O grande livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999.

SAAD, Luísa. Medicina Legal: O discurso médico e a criminalização da maconha. Revista de história, Salvador, 2010. P. 59-70.

SANTOS, Alanna Oliveira. Crime, Doença ou Remédio. Análise do discurso de reportagens sobre o uso da maconha no Jornal Nacional e No Fantástico. UFRB, Cachoeira, 2011.

SANTOS, Francisco Coelho dos. As Faces da Selfie. Revelações da fotografia social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 31, nº 92, 2016.

SEGATA, Jean. Dos Cibernautas às Redes. In: SEGATA, Jean, RIFIOTIS, Theophilos (Org.) Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura. Brasília. ABA Publicações, Editora Letradágua, Joinville 2016.

SOUSA, Victor Paulo, BRAGA, Vitor. Self, identidade, redes sociais: definições e relações entre a psicologia social e a comunicação em tempos de redes sociotécnicas. Anais do VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura - ABCiber, UTP, Paraná, 2013.

SOUZA, Emanuel luz de. Sonhos da Diamba, Controles do Cotidiano: Uma história da criminalização da maconha no Brasil. EDUFBA, Salvador, 2015.

TURNER, Victor. Liminaridade e Communitas. In: O Processo Ritual. Estrutura e Antiestrutura. Coleção Antropologia, Editora Vozes, Petrópolis, 1974.

WHITE, Susan. Autoethnography – an appropriate methodology? Qualitative Research Journal, Vol. 3, No. 2, Freie Universität, Berlin, 2003. P. 22–32.

UNODC. Relatório Mundial sobre Drogas 2014. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), 2014. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2014/06/World_Drug_Report_2014_web_embargoed.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2018.

VALENÇA, Tom. Drogas na cultura de consumo: do estigma ao preço da felicidade. In: Os novos velhos desafios da saúde mental. LUIS, Margarita Antonia Vilar (Org.). Ribeirão Preto: DEPCH/EERP/USP, 2008. P.183-191.

VIANNA, Priscila Cravo, NEVES, Claudia Elizabeth. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. Estudos de Psicologia, 2011. P. 31-38.

VIEIRA, Ricardo. Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. Revista Pro-Posições, v. 24, n. 2 (71), maio/ago. 2013. P. 109-123

VIDAL, Sérgio. Colhendo Kylobytes: O Growroom e a cultura do cultivo de maconha no Brasil. UFBA, Salvador, 2010. Disponível em: <https://www.growroom.net/download/monografia/o_growroom_e_a_cultura_do_cultivo_de_maconha_no_brasil.pdf> Acesso em 10 de abril de 2017

Internet:

ÁLCOOL X MACONHA. 200 seg. Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/911990478857340/?q=maconha%20x%20alcool>> Acesso: 16 mar. 2017

“A maconha pode salvar o nosso mundo”. *Blog Tudo Sobre Plantas*. 20 abr. 2015. Disponível em: <<https://tudosobreplantas.wordpress.com/2015/04/20/a-maconha-pode-salvar-o-nosso-mundo/>> Acesso: 28 mar 2017

AMORIM, Felipe. “Jungmann pede que STF julgue descriminalização de consumo de drogas”. *Uol Notícias*. 8 mar. 2018. Disponível: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/08/jungmann-pede-que-stf-julgue-descriminalizacao-de-consumo-de-drogas.htm>> Acesso: 14 mai. 2018

ANDERÁOS, Ricardo. “Pesquisa confirma que derivado da maconha reduz crescimento de tumores e explica como THC combate o câncer”. *Huffspot Brasil*. 23 jul. 2014. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2014/07/23/maconha-cancer-beneficios_n_5614795.html> Acesso: 20 jun. 2017

ANDRADE, Antônio. “150 pacientes serão tratados com maconha medicinal produzida em Salvador”. *Correio da Bahia*. Disponível em: <<http://especiais.correio24horas.com.br/filadaCannabis/portfolio-item/fazendoacabeca/>> Acesso: 30 ago. 2017

“ANVISA autoriza prescrição de remédios com canabidiol e THC no país”. *O Globo*. 21 mar. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/ANVISA-autoriza-prescricao-de-remedios-com-canabidiol-thc-no-pais-18924615>> Acesso: 25 abr. 2017

“ANVISA dá parecer contrário à liberação da maconha para fins medicinal”. *Smoke Buddies*. 23 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/ANVISA-da-parecer-contrario-liberacao-da-maconha-medicinal/>> Acesso: 15 ago. 2017

“ANVISA reconhece maconha como planta medicinal. *Maryjuana jornalismo 100% natural*. 15 mai. 2017. Disponível em: <<http://maryjuana.com.br/2017/05/ANVISA-reconhece-maconha-como-planta-medicinal/>> Acesso 22 mai. 2017

“Aqui são 4:20, e aí? – Feliz 20 do 4! 420”. *Growroom seu espaço para crescer*. 20 abr. 2010. Disponível em: <<https://www.growroom.net/2010/04/20/aqui-sao-420-e-ai-feliz-20-do-4/>> Acesso em: 4 fev. 2017

ARAÚJO, Tarso. “Maconha é reconhecida como planta medicinal pela ANVISA”. *Exame*. 16 mai. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/maconha-e-reconhecida-como-planta-medicinal-pela-ANVISA/>> Acesso 23 mai. 2017

BALZA, Guilherme. “PF apreende 450 kg de cocaína em helicóptero da família do Senador de MG” *Uol notícias*. 25 nov. 2013. Disponível em : <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/25/pf-apreende-450-kg-de-cocaina-em-helicoptero-da-familia-perrella.htm>> Acesso: 20 abr. 2018

“Beleza pura: conheça cosméticos inspirados na maconha.” *Ganja Talks*. 12 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.ganjatalks.com.br/single-post/2017/12/01/Beleza-pura-conhe%25C3%25A7a-cosm%25C3%25A9ticos-inspirados-na-maconha>> Acesso: 12 abr. 2017

BOTELHO, Thais. “‘Cannabis’ no quintal: cresce cultivo para tratar epilepsia”. *Veja*. 5 mar. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/Cannabis-no-quintal-cresce-cultivo-para-tratar-epilepsia/>> Acesso: 3 set. 2017

“Campanha pela liberdade de Rafael Braga. *Libertem Rafael Braga*.” 19 out. 2017. Disponível em: <<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/about/>> Acesso: 4 jan. 2018

CANCIAN, Natália. “ANVISA libera uso medicinal de derivado da maconha” *Folha de S. Paulo*. 14 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2015/01/1574878-ANVISA-tira-canabidiol-derivado-da-maconha-da-lista-de-substancias-proibidas.shtml>> Acesso: 18 abr. 2017

CANCIAN, Natália. “ANVISA aprova critérios para uso de medicamento à base de maconha”. *Folha de S. Paulo*. 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2016/11/1834447-ANVISA-aprova-criterios-para-uso-de-medicamento-a-base-de-maconha.shtml>> Acesso: 20 mai. 2017

“Cânhamo: primo careta da maconha é o futuro da construção.” *Smoke Buddies*. 14 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/primo-da-maconha-futuro-da-construcao/>> Acesso: 2 abr. 2017

CARVALHO, André. “Maconha medicinal no Brasil?” *Uol Notícias*. 18 jul. 2016 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/Cannabis-no-quintal-cresce-cultivo-para-tratar-epilepsia/>> Acesso: 30 ago. 2017

CASTRO, Helena. “Mulher: O elo mais fraco da “guerra às drogas””. *Outras Palavras*. 24 abr. 2017. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/terraemtranse/2017/04/24/o-elo-mais-fraco-da-guerra-as-drogas/>> Acesso: 14 jul. 2017

“Condenação de Rafael Braga gera revolta”. *Justificando*. 22 abr. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/22/condenacao-de-rafael-braga-gera-revolta/>> Acesso: 6 jan. 2018

COUTINHO, Dave. “ANVISA poderá autorizar cultivo de maconha em breve”. *Smoke Buddies*. 18 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/ANVISA-podera-autorizar-cultivo-de-maconha-em-breve/>> Acesso: 20 jul. 2017

COUTINHO, Dave. “Conheça 5 remédios que a maconha pode substituir” *Smoke Buddies*. 26 out. 2015. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/conheca-5-remedios-que-a-maconha-pode-substituir>> Acesso: 8 ago. 2017

DANTAS, Tiago. “Decisão sobre descriminalização da posse de drogas hiberna no Supremo”. *O Globo*. 13 ago. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/decisao-sobre-descriminalizacao-da-posse-de-drogas-hiberna-no-supremo-21700281>> Acesso: 10 set. 2017

Diferença entre Maconha x Alcool. 1 min. 40 seg. Disponível em: <<https://www.facebook.com/santosedevassos/videos/1413712222053393/>> Acesso: 22 mar. 2017

DUELO MACONHA X ÁLCOOL. 78 seg. Disponível em: <<https://www.facebook.com/amadaface/videos/1223299087697646/?q=maconha%20x%20alcool>> Acesso em: 14 mar. 2017.

Eae???. 20 seg. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DiariodeumMaconheiroOficial/videos/370070660009656/?q=maconha%20x%20alcool>> Acesso: 20 mar. 2017

“Ele não viu que estava com roupa de escola? Questionou vítima. *Catraca Livre*. 22 jun. 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/ele-nao-viu-que-estava-com-roupa-de-escola/>> Acesso: 3 jul. 2018

“Estudo: maconha pode impedir que o vírus HIV se espalhe”. *Terra*. 12 fev. 2014. Disponível em: <<https://saude.terra.com.br/doencas-e-tratamentos/estudo-maconha-pode-impedir-que-o-virus-hiv-se-espalhe,29a10cb042624410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>> Acesso: 20 ago. 2017

“Eu uso maconha medicinal”. *Facebook*. 26 ago. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/euusomacanhamedicinal/about/?ref=page_internal> Acesso: 15 jul. 2017

“Filho de desembargadora do MS volta para a prisão por suspeita de tráfico. *O Globo*. 22 nov. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/filho-de-desembargadora-do-ms-volta-para-prisao-por-suspeita-de-trafico-1-22101183>> Acesso: 15 jun. 2018

GONÇALVES, Juliana; DEZAN, Thiago. “Após autorização parra plantar maconha, casal passa pelo desafio de produzir canabidiol.” *The Intercept Brasil*. 9 fev. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/02/09/apos-autorizacao-para-plantar-maconha-casal-passa-pelo-desafio-de-produzir-extrato-de-canabidiol/>> Acesso 15 mai 2017

GREGO, Maurício. “Maconha é menos mortal que álcool e tabaco, afirma estudo”. *EXAME Abril Mídia S.A.* 24 fev 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/ciencia/maconha-e-menos-mortal-que-alcool-e-tabaco-afirma-estudo/>> Acesso em: 4 fev. 2017

“Justiça autoriza pais a plantar maconha em casa para tratar filhos”. *Smoke Buddies*. 16 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/justica-autoriza-pais-plantar-maconha-em-casa-para-tratar-filhos/>> Acesso: 24 ago. 2017

LEMOS, Marcela; VETTORAZZO, Lucas. “Bandido não carrega mochila’, diz mãe de aluno de 14 anos morto no Rio”. *Folha de S. Paulo*. 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/mae-de-aluno-morto-na-mare-mostra-uniforme-com-sangue-bandido-nao-carrega-mochila.shtml>> Acesso: 2 jul. 2018

Literalmente, uma viagem: empresa do Canadá cria avião feito de cânhamo.” *Smoke Buddies*. 30 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/empresa-do-canada-cria-aviao-feito-de-canhamo/>> Acesso: 2 abr. 2017

Maconha x Álcool. 5 min. 23 seg. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DiariodeumMaconheiroOficial/videos/429720467378008/?q=maconha%20x%20alcool>> Acesso: 20 mar. 2017

“Maconha: ANVISA não é contra uso para fins medicinais”. *Portal ANVISA*. 25 jul. 2017. Disponível em: <http://portal.ANVISA.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/ANVISA-nao-e-contra-uso-para-fins-medicinais/219201?p_p_auth=CttOpeuj&inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fportal.ANVISA.gov.br%2Fnoticias%3Fp_p_auth%3DCttOpeuj%26p_p_id%3D101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3D118_INSTANCE_dKu0997DQuKh_column-2%26p_p_col_count%3D2> Acesso: 15 ago. 2017

“Maconha é mais eficaz contra enxaqueca do que medicamentos comuns”. *Forbes*. 4 jul. 2017. Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/colunas/2017/07/maconha-e-mais-eficaz-contr-enxaqueca-do-que-medicamentos-comuns/>> Acesso: 3 set. 2017

“Maconha medicinal pode ajudar crianças com epilepsia e náuseas por quimioterapia.” *Daboa Brasil*. 25 out. 2017. Disponível em: <https://daboabrasil.wordpress.com/2017/10/25/maconha-medicinal-pode-ajudar-criancas-com-epilepsia-e-nauseas-por-quimioterapia/> Acesso: 25 ago. 2018

“Mãe luta na justiça para que ANVISA libere remédio de maconha para filha de 5 anos”. *Marie Claire*. 28 mar. 2014. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/03/mae-luta-na-justica-para-que-ANVISA-libere-remedio-de-maconha-para-filha.html>> Acesso: 15 abr. 2017

MOURA, Rafael Moraes. “Barroso apoia legalização da maconha para enfrentar crise penitenciária. *Estadão*. 1 fev. 2017. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,barroso-apoia-legalizacao-da-maconha-para-enfrentar-crise-penitenciaria,70001649868>> Acesso: 30 mai. 2017

NARDINI, Rafael. “Não é a maconha! Álcool é a ‘porta de entrada’ das outras drogas. *Huffpost Brasil*. 18 jan. 2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/01/18/alcool-leva-a-outras-drog_n_9008622.html> Acesso em: 25 jan. 2017

“Número de mortes pelo álcool supera Aids, tuberculose e violência juntos”. *Correio Braziliense*. 12 mai. 2014. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/05/12/interna_mundo,427129/numero-de-mortes-pelo-alcool-supera-aids-tuberculose-e-violencia-juntos.shtml> Acesso: 10 mar. 2017

OLIVEIRA, Monique. “Maconha medicinal será tão importante quanto a penicilina, diz cientista.” *Folha de S. Paulo*. 20 jan. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/01/1399965-maconha-medicinal-sera-tao-importante-quanto-a-penicilina-diz-cientista.shtml>> Acesso: 20 ago. 2017

OLIVEIRA, Monique. “Justiça autoriza importação de remédio derivado de maconha para criança com epilepsia”. *Folha de S. Paulo*. 3 abr. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/04/1435521-justica-autoriza-importacao-de-remedio-derivado-de-maconha-para-crianca-com-epilepsia.shtml>> Acesso: 18 abr. 2017

“Os canabinóides podem tratar efetivamente a apneia obstrutiva do sono”. *Daboa Brasil*. 21 nov. 2017. Disponível em: <<https://daboabrasil.wordpress.com/2017/11/21/os-canabinoides-podem-tratar-efetivamente-a-apneia-obstrutiva-do-sono/>> Acesso: 5 fev. 2018

“Para ANVISA , maconha causa dependência comparável à heroína”. *Vice*. 24 jul. 2017. Disponível em <https://www.vice.com/pt_br/article/qvp9dx/para-ANVISA_-maconha-causa-dependencia-comparavel-a-heroina> Acesso 15 ago. 2017

PONTINHA. “Justiça reafirma a liberação de tratamentos com Maconha no Brasil”. *Smokebud*. 15 mar. 2016. Disponível em: <<https://smkbd.com/justica-reafirma-liberacao-de-tratamentos-com-maconha-no-brasil/>> Acesso: 27 abr. 2017

PONTINHA. “Usuários de maconha medicinal lutam pela legalização no Brasil; assista”. *SmokeBud*. 30 abr. 2014. Disponível em: <<https://smkbd.com/usuarios-de-maconha-medicinal-lutam-pela-legalizacao-brasil-assista/>> Acesso: 17 ago. 2017

RAMOS, Alexandre. “Liberou, a Maconha agora está na lista “A3” da ANVISA ”. *SmokeBud*. 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://smkbd.com/liberou-maconha-agora-esta-na-lista-a3-da-ANVISA/>> Acesso: 16 mai. 2017

ROSA, Ana Beatriz. “A maconha é planta medicinal? ANVISA diz que sim. *Huffspot Brasil*. 16 mai. 2017. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/16/a-maconha-e-planta-medicinal-ANVISA-diz-que-sim-a-22093469/?_u=1494947778216&_system_preview=_ZytOd0V2dHhXTmN4_VWfYcIVNdEhYZz09LDE0OTQ5NDc3MzgsM2puUEEzQU4rMHBYVUtqMmNOQmhHYmVrcW5QdklkaXJUeGRtdGs1UDNtSzhkbzFTMC9zVTFmYTI2MnhQa042WHNCMDdlcG9VNVF5MytZdVUrRDY0Z0E9PTp7InNpdGVfaWQiOjEwNDk5ImRhdGEiOnRydWV9&ncid=tweetInkbrhpmg00000002> Acesso: 23 mai. 2017

ROSSATTO, Jonas Rafael. “Surpresa! Justiça brasileira legaliza o uso de maconha medicinal”. *Smokebud*. 10 nov 2015. Disponível em: <<https://smkbd.com/surpresa-justica-brasileira-legaliza-o-uso-de-maconha-medicinal/>> Acesso: 19 abr 2017

ROSSATTO, Jonas Rafael. “Liberou a Maconha! Justiça manda e ANVISA autoriza importação do CBD e THC”. *Smokebud*. 21 mar. 2016. Disponível em:

<<https://smkbd.com/liberou-ANVISA-cumpre-determinacao-e-libera-o-thc-e-cbd/>>
Acesso: 15 mai. 2017

ROSSATTO, Jonas Rafael. “Maconha para uso medicinal chega com força ao Brasil; Veja como foi a matéria do Fantástico”. 30 abr. 2017. <<https://smkbd.com/fantastico-maconha-para-uso-medicinal-chega-com-forca-ao-brasil/>> Acesso: 3 jul. 2017

ROSSATTO, Rafael. “Inalação de maconha pode reduzir os sintomas da doença de Parkinson”. *SmokeBud*. 18 out. 2016. Disponível em: <<https://smkbd.com/inalacao-de-maconha-pode-reduzir-os-sintomas-da-doenca-de-parkinson/>> Acesso: 10 ago. 2017

ROSSATTO, Jonas Rafael. “O uso diário de maconha pode proteger o fígado das pessoas com hepatite C ou HIV”. *SmokeBud*. 30 out. 2017. Disponível em: <https://smkbd.com/o-uso-diario-de-maconha-pode-protoger-o-figado-de-pessoas-com-hepatite-c-ou-hiv/?utm_medium=ppc&utm_source=adwords&utm_campaign=avisos&utm_content=site> Acesso: 25 nov. 2017

“Supositório de maconha promete acabar com dor de cólica menstrual”. *Smoke Buddies*. 9 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/supositorio-de-maconha-promete-acabar-com-dor-de-colica-menstrual/>> Acesso: 30 jun. 2017

“Tênis de cânhamo ou Sapatona”. *Seda em Casa, Eh hora de enrolar*. 24 set. 2016. Disponível em: <<https://www.sedaemcasa.com.br/calcao-feito-com-canhamo/>> Acesso: 16 abr. 2017

Um pé de que? **Canal Futura, 2009**. 7 min. 58 seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vL3gFVTZFf0>> Acesso: 26 mar. 2017

URBIM, Emiliano. “Rede secreta produz maconha medicinal no Rio”. *O Globo*. 12 out. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/rede-secreta-produz-maconha-medicinal-no-rio-14198705>> Acesso: 19 ago. 2017

VELASCO, Clara; D’AGOSTINO, Rosanne; REIS, Thiago. “Um em cada três presos do país responde por tráfico de drogas”. *G1 Globo*. 3 fev. 2017 Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml>> Acesso 20 ago 2017

“Velinhos que fumam maconha tomam menos remédios, diz estudo” *Smoke Buddies*. 7 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.smokebuddies.com.br/velinhos-que-fumam-maconha-tomam-menos-remedios-diz-estudo/>> Acesso 25 ago. 2017